



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PERFIS, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES:
Como os estudos de violência discutem a categoria raça no Brasil

Gabriela Costa Carvalho

Brasília, 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PERFIS, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES:
Como os estudos de violência discutem a categoria raça no Brasil

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, junho de 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PERFIS, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES:
Como os estudos de violência discutem a categoria raça no Brasil

Autora: Gabriela Costa Carvalho

Orientadora: Profa. Haydée Gloria Cruz Caruso (UnB)

Banca:

Prof. Joaze Bernardino Costa (UnB)

(membro interno)

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto (UFSCAR)

(membro externo)

Prof. Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB)

(membro suplente)

Agradecimentos

À minha família, em especial à minha mãe Lia e minha irmã Raíssa que para além do incentivo em todas as empreitadas da vida, sempre foram capazes de impulsionar a minha força de vontade e desejo de crescer.

Aos meus amigos, Maysa, Andreza, Bruna, Júlia, Elen, Matheus, Cezar, Angelo, Wanderson, Artur e Polliana, sem os quais eu não teria nem metade do estoque de bom humor e esperança em dias melhores. Em especial à Andresa, parceira principal dessa caminhada, do começo ao fim estive mais em paz quando tinha você por perto, e gosto de pensar que não é à toa que essas defesas foram tão sincronizadas. Obrigada.

Ao grupo de pesquisa organizado pela nossa querida orientadora, Haydée Caruso. Vocês são brilhantes e estão sempre correndo atrás de novas formas de criar e novas formas de ser. Estive vulnerável muitas vezes, mas ainda bem que foi na companhia de Laura, Yacine, Marina e Natália.

À minha orientadora Haydée. Quando a curiosidade se mistura com amor por lecionar, resulta em alguém como você.

Ao CNPq e ao INeAC, que possibilitaram a bolsa que viabilizou essa pesquisa.

Essa pesquisa “sobreviveu” a um governo perverso, uma pandemia e aos meus próprios conflitos pessoais graças a todas as pessoas e instituições acima.

Por fim, agradeço aos pesquisadores com quem pude conversar na ocasião da pesquisa, a trilha de seus caminhos não só abriu algumas clareiras, mas também possibilitou perceber o quanto ainda resta para desbravar. Obrigada

Lista de Siglas

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais
CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CONSEG-Conselho Comunitário de Segurança
CPDOC FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CNPPJs- Conferências de Políticas Públicas de Juventude
CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GT- Grupo de Trabalho
INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
INEAC- Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos
ISER - Instituto de Estudos da Religião
IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
LEAP Brasil - Law Enforcement Against Prohibition/ Agentes da lei contra a proibição
MN/MNU - Movimento Negro/ Movimento Negro Unificado
NEV- USP - Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo
ONG- Organização Não Governamental
PRONEX - Programa Nacional de Apoio a Núcleos de Excelência
PUC - SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia
SENASP -Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UnB - Universidade de Brasília

UNESCO – Fundo das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP- Universidade Estadual Paulista

Lista de Tabelas e Figuras

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Tabela de quantidade de artigos de acordo com o subtema do texto | 67 |
| Tabela 2: Quantidade de artigos de acordo com o tipo de pesquisa e métodos presentes no texto | 68 |
| Tabela 3: Distribuição dos artigos mapeados por tema e técnica de análise de dados..... | 70 |
| Tabela 4: Tabela de resultados referentes à busca de palavras-chave em Revistas Acadêmicas | 74 |
| Tabela 5: Tabela de resultados referentes à busca de termos no Google Acadêmico | 75 |

Lista de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Gráfico de evolução comparativa dos resultados obtidos com base na pesquisa de termos ao longo dos períodos observados-Google Acadêmico..... | 76 |
| Gráfico 2: Resultados referentes à produção textual – Frequência de utilização das palavras-chave- SCIELO | 78 |
| Gráfico 3: Resultados referentes à produção textual – Frequência de utilização das palavras-chave pesquisadas- Google Acadêmico | 79 |
| Gráfico 4: Resultados referentes à produção textual – Concentração da produção de acordo com o período- SCIELO..... | 80 |
| Gráfico 5: Resultados referentes a produção textual – Concentração da produção de acordo com o período - Google Acadêmico..... | 81 |
| Gráfico 6: Resultados referentes a autoria – Perfil de gênero das autorias- SCIELO..... | 88 |
| Gráfico 7: Resultados referentes a autoria – Perfil de gênero das autorias - Google Acadêmico | 89 |
| Gráfico 8: Resultados referentes a autoria – Região de autoria - Google Acadêmico | 89 |
| Gráfico 9: Resultados referentes a autoria –Região de autoria- SCIELO | 90 |
| Gráfico 10: Resultados referentes à autoria – Região de publicação do artigo- SCIELO..... | 90 |
| Gráfico 11: Resultados referentes à autoria – Região de publicação do artigo - Google Acadêmico..... | 90 |
| Gráfico 12: Padrão de citações a Sergio Adorno segundo o Google Acadêmico | 92 |

Resumo: Esta dissertação propõe uma investigação acerca da forma como as relações raciais estão inseridas na construção das agendas de pesquisas e discursos de acadêmicos do campo da Criminologia e da Sociologia da Violência. Inspirada pelo livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” coproduzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e ANPOCS, no qual foram realizadas entrevistas com os pioneiros da Sociologia da Violência, nesta dissertação intenta-se resgatar a história dos atores para reconstituir a própria história do campo. A partir da construção de uma “radiografia arqueológica” de documentos como revisões bibliográficas do campo, ementas, artigos, projetos e, principalmente, as próprias entrevistas oferecidas por esses pesquisadores ao CPDOC e ao livro “As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”. Para tanto, também foi composto um quadro com base nos resultados das buscas de palavras-chave e termos-chave em duas plataformas: SCIELO e Google Acadêmico que revelou, ainda que de forma inicial, o perfil acadêmico das pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam ao tema. Por fim, foram contrapostos os discursos de três pesquisadores da sociologia da violência, criminologia e relações raciais de diferentes gerações como forma de captar as críticas e transformações vivenciadas atualmente no debate do campo. Conclui-se que o campo passa atualmente por transformações resultantes das políticas de ações afirmativas ampliando o debate racial nas universidades brasileiras de forma a propiciar, por parte de alguns pesquisadores, uma proposta de agenda de pesquisa antirracista na sociologia da violência no Brasil.

Palavras chave: Sociologia da violência, relações raciais, cor/raça.

Abstract: This dissertation proposes an investigation about how race relations are inserted in the construction of research agendas and academic discourses in the field of Criminology and Sociology of Violence. Inspired by the book "Social Sciences and pioneers in studies on crime, violence and human rights in Brazil" co-produced by the Public Security Forum and ANPOCS, in which interviews were conducted with the pioneers of the Sociology of Violence, this dissertation is intended to rescue the history of actors to reconstitute the history of the field. From the construction of an "archaeological radiography" of documents such as bibliographical reviews of the field, summaries, articles, projects and, mainly, the interviews offered by these researchers to CPDOC- FGV and to the book "The Social Sciences and Pioneers in Crime Studies, violence and human rights in Brazil".

To this end, a chart was composed based on the results of searches for keywords and key terms in two platforms: SCIELO and Google Scholar, which revealed, albeit initially, the academic profile of researchers dedicated to theme. Finally, the discourses of three researchers in the sociology of violence, criminology and race relations from different generations were contrasted as a way to capture the criticisms and transformations currently experienced in this debate. It is concluded that the field is currently undergoing transformations resulting from affirmative action policies, expanding the racial debate in Brazilian universities in order to provide, on the part of some researchers, a proposal for an anti-racist research agenda in the sociology of violence in Brazil.

Keywords: Sociology of violence, race relations, color/race.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos | 4 |
| Lista de Siglas | 5 |
| Lista de Tabelas e Figuras | 7 |
| Lista de Gráficos | 7 |
| Introdução: Epistemologia em movimento: captando transformações no campo da sociologia da violência | 10 |
| Capítulo 1- Narrando por dentro: histórias e vertentes fundacionais do campo da Sociologia da Violência..... | 19 |
| 1.1 - Ouvir os “pioneiros”: Narrativas presentes no livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”..... | 19 |
| 1.2 - “Onde está e quem é o sujeito da sociologia da violência?”: Revisitando as revisões bibliográficas. | 29 |
| 1.3. Uma crítica da memória intelectual: as disputas no campo da violência, crime e segurança pública..... | 41 |
| 1.3.1 Elementos constitutivos do pioneirismo: | 42 |
| 1.3.2 Críticas metodológicas internas: | 47 |
| Capítulo 2. Uma história da temática racial na sociologia da violência | 50 |
| 2.1- Relações Raciais nas Ciências Sociais Brasileiras: | 50 |
| 2.2 A entrada do tema na sociologia da violência..... | 60 |
| 2.3 O perfil dos textos sobre relações raciais..... | 65 |
| 2.4 O perfil de produção na sociologia da violência..... | 69 |
| 2.4.1. Perfil de quem publica..... | 88 |
| 2.5 Para além da violência racial contra a população negra: algumas abordagens sobre violência e a população indígena e oriental no Brasil..... | 94 |
| 2.5.1. População indígena e violência | 95 |
| 2.5.2. População oriental e violência..... | 98 |
| Capítulo 3. A virada antirracista na Sociologia da Violência..... | 102 |

| | |
|---|-----|
| 3.1. O que mudou? Há uma virada antirracista para o campo da sociologia da violência? | 102 |
| 3.2 Contrapondo entrevistas: os encontros e desalinhos entre pesquisadores de diferentes gerações:..... | 113 |
| 3.3 - Uma demanda por novos conceitos: genocídio, um conceito transversal | 125 |
| 3.4. Uma virada antirracista entre o tema do negro e a vida do negro..... | 133 |
| Considerações finais | 146 |
| Referências Bibliográficas | 153 |
| ANEXO I – Questionário para as conversas informais com pesquisadores..... | 161 |
| ANEXO II - Formulário/ Protocolo de questionamento aos textos..... | 163 |

Introdução: Epistemologia em movimento: captando transformações no campo da sociologia da violência

Este estudo pretendeu transitar pelas transformações no trato da temática racial no campo da Sociologia da Violência. Ressalta-se que o objeto da pesquisa se detém em tratar a forma como os pesquisadores brasileiros da Sociologia da Violência pensam, observam e constroem suas pesquisas no que se refere às relações raciais no Brasil. O intuito é compreender as motivações e a dimensão da importância ou da subalternização do tema na produção de conhecimento na área. A ideia de produzir esse trabalho esteve diretamente ligada a dois eventos: a leitura do livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” e a participação nas disciplinas “Pensamento Negro Contemporâneo” e “Etnologia Visual do Negro”. Ou seja, o trabalho expressa a curiosidade por uma nova metodologia de pesquisa baseada na inquirição a documentos e entrevistas, a partir da forma como tal obra me apresentou ao termo “radiografia arqueológica” que viria a adotar como noção estratégica para a pesquisa. Respectivamente, a utilização de documentos e o reconhecimento da possibilidade de uma “pesquisa sobre as pesquisas” ou uma “Sociologia da Sociologia” com foco em compreender as agendas de interesse está presente em autores como Laura Nader (1972) e Francisco Thiago Vasconcelos (2009).

Nader (1972) aponta para o uso de documentos pessoais e memorandos na pesquisa antropológica, possibilitando alternativas além da observação participante para estudar “os poderosos” ou “os que não desejam ser pesquisados” já que o acesso a esses documentos facilitaria o reconhecimento de dinâmicas que demoram anos a serem construídas e compreendidas. Desse modo, a reunião de documentos como entrevistas, ementas e relatórios me permitiriam me aproximar das lacunas entre os relatos e as práticas, estabelecendo uma relação com uma gama mais ampla de dados.

Já Francisco Thiago Vasconcelos (2009) afirma que sua pesquisa partiu de uma inquietação reflexiva: pesquisar o campo do qual fazia parte, implicando em ir além da questão metodológica e teórica para pisar em território movediço: o das hierarquias estabelecidas na academia ou o da realização de qualquer crítica excessiva que pudesse afetar interesses corporativos ou relativizar a importância das contribuições dos pesquisadores que dele participam (VASCONCELOS, 2009, p.16).

Em minha pesquisa, ao revisitar as entrevistas dos pesquisadores ao livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” e ao

CPDOC-FGV, vivenciei exatamente o mesmo medo do autor. Ao mesmo tempo em que as entrevistas e documentos estavam disponíveis online, de forma pública a qualquer pesquisador, expor determinados trechos tanto das entrevistas de alguns pesquisadores canônicos, ou as posições e nomes dos três pesquisadores com quem interagi, poderia estabelecer uma relação disfuncional, de “escrutínio”, exposição excessiva, ou cobrança de adoção de uma determinada lente aos trabalhos desses pesquisadores. O que me fez pensar muitas vezes nos limites do que pode ser discutido acerca do campo de que se faz parte, considerando que os autores aqui retratados estabelecem novos diálogos e interesses de pesquisa a cada dia. Mesmo entre os pioneiros, a atividade de pesquisa e orientação permanece ainda muito intensa e é necessário relembrar que estes escreveram com base em um quadro mais restrito de materiais e possibilidades de interlocução. O medo de responder a perguntas sobre a relevância de um estudo que questiona o próprio campo: uma sociologia da sociologia, tal como destacado por (VASCONCELOS, 2009) foi algo que também identifiquei, na medida em que estudos como esse demandam o reconhecimento dos riscos de criticar e questionar uma ciência que já possui certa instabilidade em seu status, algo que vai desde a ausência de financiamento até ameaças constantes a sua continuidade, como é o caso das falas de parlamentares e políticos brasileiros propondo a extinção de disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino regular no Brasil, bem como o debate público de extinção de tais cursos nas universidades¹. No meu caso, além de questionar o campo, questionar as tensões raciais, foi visto por mim mesma como um campo minado, repetidas vezes. Por vezes sentia que não conseguia enxergar longe o suficiente e incluir todos os argumentos primordiais para dialogar de forma hábil com o tema.

O problema central da pesquisa pode ser expresso em: Quais seriam as características da inserção da questão racial na teoria sociológica da violência? Quais as particularidades no trato do tema por parte dos pesquisadores brasileiros? Essas particularidades revelam uma negação do tema resultante de uma base de dados ainda em processo de consolidação ou seria a “manifestação de um racismo difuso, estruturante, presente até nos momentos de discussão e enfrentamento do próprio racismo?” (ORTEGAL, 2016, p.530). Levantar essas questões possibilita dar sentido e retrazar a história de uma questão fundante como a racial, bem como resulta em ganho teórico, aprofundamento e indicações para desenvolvimento do tema. Essas

¹ Um exemplo da presença desse tipo de comunicação é a “ideia legislativa”, uma plataforma na qual cidadãos podem realizar a proposição e/ou apoio a projetos de lei. Em uma delas é possível ler “Não é adequado usar dinheiro público em tais cursos, o ideal é direcionar esses investimentos a cursos mais sérios, por exemplo, medicina ou engenharia”. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?Id=111992>.

perguntas não surgem em um “vácuo”, pelo contrário, elas dialogam diretamente com a outra motivação para a escolha desse tema: a experiência que tive na Universidade de Brasília com disciplinas como “Pensamento Negro Contemporâneo” e “Etnologia Visual do Negro”, estas duas disciplinas me apresentaram ao caráter inconstante das conquistas realizadas no âmbito da Universidade de Brasília. Por um lado, a própria existência de uma disciplina como Pensamento Negro Contemporâneo é um exemplo de persistência. De sua fundação, que ocorreu por demanda do grupo Afroatitude, grupo de estudantes negros da Universidade de Brasília, diretamente responsáveis pela luta em torno de demandas de ingresso e permanência de discentes negros na UnB até seu crescimento devido ao “boca a boca” de estudantes fascinados pela possibilidade de ler pesquisadores que não estavam presentes em nenhuma outra ementa da universidade.

Entretanto, isso não significa que a universidade oferece as condições para o bom andamento dessas disciplinas, um exemplo é o fato de que Etnologia Visual do Negro, uma disciplina que apresentava um filme por aula, era semestralmente alocada em salas que nem mesmo tinham projetor, mesmo com a demanda formal na reitoria para que a disciplina tivesse os materiais necessários. A disciplina ofertada pelo Decanato de Extensão sem pré-requisitos, ou seja, para qualquer estudante da Universidade de Brasília, possui uma ementa em geral bastante ambiciosa, com a presença de autores nacionais e internacionais, e com um vasto recorte temporal que inclui textos que abordam a fundação do Movimento Negro e do Teatro Experimental do Negro até textos mais recentes voltados para a avaliação de políticas educacionais como a lei 10.639². A matéria tem como objetivo cobrir um terreno muito largo de discussão epistemológica e possibilidades temáticas, mas também sempre que estive presente foi um espaço de troca intergeracional e interdisciplinar, pois a cada vez comporta turmas mais cheias de alunos de diversos cursos e até mesmo de convidados que não pertencem à comunidade acadêmica, mas que fundamentam discussões inestimáveis. Pude vivenciar o contraste visível de quando entrei na graduação na universidade em 2011 e fiz a disciplina Pensamento Negro até a época em que fui monitora da disciplina Etnologia Visual do Negro em 2015, na qual me deparei com mais que o dobro do número de alunos. Acompanhar o crescimento dessas disciplinas me ajudou a captar os primeiros indícios de transformações na Universidade e posteriormente buscar por essas transformações no campo da Sociologia da Violência, um resultado que está inegavelmente articulado com o avanço das políticas de ações afirmativas.

² A lei 10.639 determina a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino e a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Em um artigo especificamente sobre a importância da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo em universidades brasileiras, Hamilton Richard Alexandrino Ferreira dos Santos e Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos (2018) que atuaram como professores da disciplina retomam as contribuições de Sueli Carneiro (SANTOS E SANTOS, 2018 apud CARNEIRO, 2005) que ressalta como a educação constitui uma faceta estratégica de combate ao epistemicídio, porque é uma ferramenta de embate com a autoridade exclusiva de pensadores brancos, e seu predomínio não só nas ementas, mas na condução teórica e metodológica na formação do saber. Os autores também destacam que bell hooks (SANTOS E SANTOS, 2018 apud hooks, 1995) aponta para a importância do trabalho intelectual como estratégia de distanciamento da objetificação vivenciada por pessoas historicamente oprimidas, ou seja a educação e a construção intelectual como estratégia de libertação e descolonização.

Embora acredite que o ambiente que menciono e que se consolidou nas últimas décadas resultou não apenas na ampliação do ingresso de estudantes negros na graduação e pós-graduação nos últimos anos, e em um aumento dos esforços institucionais por constituir espaços de promoção da Igualdade Racial internos ao governo, a exemplo de órgãos como a SEPPIR. A possibilidade de uma virada antirracista perpassa um cenário ainda pleno de tensões, caracterizando não só uma “caminhada adiante”, mas também o resgate das contribuições com menor interlocução no passado, como é o caso da obra “Violência e Racismo no Rio de Janeiro”. A obra escrita por Jorge da Silva em 1998 merece ser recuperada para além das contribuições contedísticas. A própria trajetória do pesquisador se presentifica de forma bastante transparente em seu texto. Além de cientista político, cientista social, tecnólogo em segurança e professor da UERJ, Jorge da Silva coadunava identidades que hoje geram bastante interesse no campo da sociologia da violência: a do policial que pesquisa a instituição da qual faz parte. O pesquisador criado no Complexo do Alemão menciona o fato como parte da constituição do seu interesse na relação povo e polícia e seu pertencimento racial é também uma lente notável na maneira como constrói as perguntas e admite a insuficiência das respostas encontradas, abrindo espaço para que outros pesquisadores se juntem ao diálogo. O autor não só serviu à polícia militar chegando ao cargo de chefe do Estado Maior Geral, mas também atuou como secretário de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro e exerceu a vice-presidência da LEAP Brasil - ou “agentes da lei contra a proibição”. O próprio, ao narrar a si mesmo, relatava a dificuldade de vivenciar essas identidades. Dos policiais ouvia que era o “câncer da polícia”, de parlamentares ouvia que era uma figura presente no campo político para “agradar” ou “satisfazer unicamente aos

interesses internos da polícia”. Dessa forma, a trajetória de Jorge da Silva é por si, um resgate à constituição de temas que paulatinamente conquistam maior relevância, embora o autor não esteja presente de forma frequente em ementas, seu recente falecimento em 15 de dezembro de 2020 veio acompanhado de algumas homenagens de colegas pesquisadores reforçando seu papel inovador, mediador e articulador de dados e informações utilizados em pesquisas de cânones como Michel Misse e Roberto Kant de Lima. Na solitude que vivenciava em termos de interlocução específica sobre o tema, Jorge foi capaz de criar pontes até então inexistentes entre polícia, academia e fontes de financiamento. Um exemplo de seu caminho inicial na temática está na introdução de sua obra “Violência e Racismo no Rio de Janeiro” (SILVA, 1998, p.11) em que afirma sobre sua escolha de tema:

Tema extremamente subjetivo e polêmico, grande foi a dificuldade de objetivar a análise e as conclusões, como se comenta adiante, o que deixa em aberto amplas veredas para o aprofundamento da discussão na perspectiva aqui vislumbrada. Para a maioria dos estudiosos da violência essa teria outras razões, nada tendo a ver com raça/cor. Se houver discriminação contra os negros, não será por serem negros e sim por serem pobres. O ponto de vista de onde se procede a investigação, portanto, é diferente daquele de onde tem partido a maioria das análises explicativas das relações raciais no Brasil. Aqui, tem-se como pressuposto que o Brasil está longe de ser uma democracia racial, para o que seria condição necessária que fosse, uma democracia, sem adjetivos. Seria realmente espantoso que tivéssemos conseguido erguer uma democracia “racial” numa sociedade com modelo de ordem tradicionalmente autoritária e hierárquica.

É inegável que o campo da sociologia da violência precisou reunir em torno de si um rol muito amplo de discussões sobre violência, direitos humanos, policiamento, segurança pública, governança entre outros, ou seja, torna-se tarefa difícil estabelecer limites bem definidos para a produção de um campo tão vasto. Em um campo repleto de disputas, há que também se questionar o pioneirismo temático de tendências que hoje se desvelam com maior força, bem como os pontos de encontro com a literatura exposta nas revisões bibliográficas. Nesse ponto, Jorge da Silva traz duas questões muito caras e recorrentes na Sociologia da Violência: a classe como categoria analítica frequente, e, no entanto, escamoteadora de outros conflitos como o do racismo, e a (re) democratização como um processo em desenvolvimento. Por fim, o próprio autor sugere que o tema que introduz não se encerra em seu trabalho e abre “amplas veredas para aprofundamento”.

A hipótese desta dissertação é de que os intelectuais brasileiros no campo da sociologia da violência ocuparam-se pouco da questão racial e não creem que esta seja fundante para o campo. Entre os apontamentos específicos, destaco que a escassez de dados e a dificuldade em adquiri-los no início da formação do campo, o predomínio de um quadro

teórico com baixíssimo índice de referência a pesquisadores e pesquisadoras negras vitais para o estudo das dinâmicas e mecanismos de controle e subjugação dos corpos negros e a escassez do ingresso de professores e pesquisadores negros ou que adotem uma perspectiva antirracista nas universidades brasileiras tenham tornado a raça um mero “atributo dos indivíduos”, citada, mas pouco considerada no que se refere à estruturação dos problemas de pesquisa. Dessa forma, ela foi adotada como atributo obstaculizando a descrição das relações étnico-raciais enquanto relações sociais, negando seu aspecto explicativo “como componente indissociável da interpretação dos fenômenos violentos e de seu tratamento institucional.” (SINHORETTO, 2017, p.16).

A metodologia deste trabalho é qualitativa e envolve dois processos: a **pesquisa bibliográfica**, que reuniu tanto os artigos escritos sobre o problema central da pesquisa: a ausência da questão racial na estruturação dos problemas de pesquisa na área da sociologia da violência. Associada a pesquisa bibliográfica, foi feita uma **pesquisa documental** que considera como dados os artigos produzidos pelos principais atores da pesquisa, ementas de disciplinas, bem como as entrevistas oferecidas por autores do campo para livros, revistas e instituições. Os documentos “falam” na medida em que expõem parcialmente a maneira como o pesquisador constrói suas problemáticas de pesquisa. Ao explorar o conteúdo dos artigos, pretende-se levantar possíveis padrões acerca dos temas, objetos, questões e outros elementos que permitam compreender as particularidades das produções de autores nacionais. Na etapa inicial desta pesquisa, realizei três entrevistas com autores do campo ou de campos correlatos, como a Criminologia e a Sociologia das Relações Raciais. Devido ao vasto material dedicado aos cânones, optou-se por realizar essas entrevistas que chamo de “conversas informais”, para que estas guiassem algumas das percepções sobre os anseios, críticas e práticas de autores que ocupassem posições menos consolidadas no campo, como os contemporâneos e os autores que participam da dita virada antirracista. De forma a auxiliar na constatação das diferenças dos perfis de pesquisa. As conversas com esses três pesquisadores implicaram também na percepção de um mecanismo que ainda permanece um tanto intraduzível, mas ainda assim bastante mencionado: como uma pretensa “neutralidade científica” pode na verdade camuflar recortes epistemológicos que possuem origem e história.

A coleta dos dados desses pesquisadores foi feita com base em entrevistas individuais semiestruturadas, uma delas realizada presencialmente e as outras duas em plataformas de videoconferência online. Embora tivéssemos um roteiro de perguntas, nesse formato os pesquisadores tiveram mais liberdade para responder às questões que surgissem no momento

ou propor aspectos não tratados. Tratam-se de pesquisadores de três áreas diferentes das Ciências Sociais - Sociologia da Violência, Sociologia das Relações Raciais e Criminologia. M. é uma pesquisadora contemporânea da sociologia da violência, ou seja, de acordo com a caracterização presente neste trabalho sua produção está concentrada no início dos anos 2000. Trata-se de uma pesquisadora com um histórico amplo de interesses que se expressam em uma formação autêntica e plural, além de bastante influente no campo da sociologia da violência no Brasil. Já R. se identifica como um pesquisador das relações raciais, e seu currículo lattes confirma pois suas escolhas de orientação são de pesquisadores que também compõem a linha de relações raciais, embora o pesquisador possua uma interface importante com a sociologia da violência, atuando em pesquisas de forma colaborativa, trata-se de um pesquisador com produção mais recente, concentrada no período posterior à 2010. Por fim, T. é um criminólogo, também com pesquisas colaborativas e mais recentes, concentradas no período após 2010. Optou-se por preservar a identidade desses interlocutores como forma de respeitar a franqueza das informações ofertadas, fato que agradeço imensamente. Essas conversas permitiram “arranhar” um pouco da superfície das possíveis oposições e ausências enxergadas por esses pesquisadores, quais tendências e autores recebem maior atenção, bem como com quais pesquisadores os intelectuais brasileiros da sociologia da violência dialogam em seus textos.

Guiada pela comunicação e a conversa com esses autores, decidi entender as características da produção pregressa e atual do campo no que tange o tema. Para isso foi necessário realizar um questionário aos artigos, desse modo pretendeu-se explorar qual tem sido o avanço da temática e as estratégias de pesquisa adotadas nos trabalhos. Portanto, foi feita a análise dos textos publicados e dispostos em duas plataformas: Google Acadêmico e Revistas Acadêmicas o que permitiu o mapeamento de um perfil do campo, de acordo com a resposta a este formulário que usou palavras e termos chave para rastrear a frequência e traços dos textos que tratam do tema. Dessa forma, acompanhar os documentos ao longo de três períodos - de 1990 a 2002, de 2002 a 2012, 2012 a 2020, nos permitiu inquirir se há de fato uma tendência, ou como os autores afirmam “uma virada” antirracista no campo da Sociologia da Violência.

As entrevistas foram visitadas levando em conta a proposta de Bardin (2011) de realizar **análises temáticas** em um modelo no qual é possível interpretar o texto de cada entrevista em temas principais a serem aperfeiçoados, dos quais é possível extrair os

significados atribuídos pelos pesquisadores à temática racial em seus cotidianos de pesquisa. Outra análise que pode servir a pesquisa é a de **oposições**, posto que espera-se que no discurso dos pesquisadores surjam distinções entre campos como a sociologia da violência e a sociologia das relações raciais ou entre a sociologia da violência e ; e ainda entre pesquisadores neutros e engajados. Por fim, a entrevista propicia a realização de uma análise de **enunciação** na medida em que ao expressarem-se acerca da forma como constroem seus trabalhos estes pesquisadores exibem na fala termos, tiques e optam por concluir ou não determinadas frases e pensamentos, expondo informações significativas para a pesquisa. Dessa forma, os discursos das entrevistas semiestruturadas, o material documental e a literatura pertinente irão compor um quadro necessário para a triangulação na análise dos dados. A triangulação refere-se ao uso combinado de “diferentes métodos, grupos de estudo, ambientes locais e temporais e perspectivas teóricas distintas no tratamento de um fenômeno” (FLICK, 2004, p.237).

O **primeiro capítulo** analisou a forma como o campo da Sociologia da Violência narra a si mesmo. A formação do campo da Sociologia da Violência através dos próprios discursos e trajetórias de seus pioneiros-fundadores. Ao mesmo tempo, as principais revisões bibliográficas do campo foram revisitadas para compor um quadro dos principais temas que compõem as agendas de pesquisa. Por fim, busquei apontar alguns dos principais embates e críticas internas nesse processo de estruturação e consolidação do campo de estudos da violência e segurança pública.

No **segundo capítulo** busquei recompor o histórico das discussões sobre a temática racial nas Ciências Sociais, já que de forma geral este é um dos grandes temas da sociologia brasileira. Posteriormente, abordou-se a inserção específica do tema na Sociologia da Violência, apresentando perfis dos autores e textos que realizam essa interlocução, bem como apresentando discussões proporcionalmente menos presentes no que se refere a processos de racialização: a violência contra indígenas e imigrantes orientais.

Já no **terceiro capítulo** busco investigar a possibilidade de uma virada antirracista aventada por alguns pesquisadores da sociologia da violência. Para tanto, foi importante reconstituir a implicação de mudanças políticas como a promoção das políticas de ações afirmativas, a consolidação da lei 10.639 e a participação do ativismo negro dentro e fora das universidades implicando em novos direcionamentos teóricos e um possível novo projeto epistemológico para o campo. Para isso apresento discursos dos pesquisadores, conceitos,

projetos, relatórios que possam atestar a existência da virada antirracista, bem como os entraves e críticas que (im) possibilitam essa afirmação.

Capítulo 1- Narrando por dentro: histórias e vertentes fundacionais do campo da Sociologia da Violência

Neste primeiro capítulo foi analisada a forma como o campo da Sociologia da Violência narra a si mesmo. A formação do campo da Sociologia da Violência através dos próprios discursos e trajetórias de seus pioneiros-fundadores. Ao mesmo tempo, as principais revisões bibliográficas do campo foram revisitadas para compor um quadro das questões que compõem a agenda de pesquisa investigadas. Por fim, busquei apontar alguns dos principais embates e críticas internas nesse processo de estruturação e consolidação do campo de estudos da violência e segurança pública.

1.1 - Ouvir os “pioneiros”: Narrativas presentes no livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”.

Realizar uma metanarrativa da formação do campo de segurança pública no Brasil revelou-se uma tarefa complexa. Não só porque essa tarefa já foi realizada habilmente por autores como Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (2009, 2011, 2012, 2014,2017), Silvia Ramos (2012) e Paulo César Ramos (2017), mas também porque esse movimento implica em selecionar as versões de alguns poucos pesquisadores e construir um fio condutor que possa entrelaçar as histórias fundacionais desses diferentes pesquisadores respeitando as dissonâncias de seus discursos.

Por sorte, é crescente o número de trabalhos que facilitam a adoção da abordagem pela qual optei, e que guia também outros pesquisadores que revisitam a história da área a partir das entrevistas e documentos produzidos pelos agentes do próprio campo com vistas a realocar os espaços vazios que compõem a memória do campo. Uma das principais obras de base para essa estratégia é o livro “As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” (LIMA; RATTON, 2011). A obra não só reconstrói essa história a partir de uma “radiografia arqueológica do campo” como demonstra os caminhos que consolidaram o mesmo no cenário acadêmico, tornando-se uma das áreas de maior prestígio e que concentra o fomento de recursos e redes de pesquisa (VASCONCELOS, 2012).

Embora muitas abordagens pudessem ser adotadas para realizar essa reconstrução histórica, a estratégia documental nos permite entrelaçar entrevistas, artigos, publicações em revistas, dossiês e pesquisas em grupo. Desse modo, neste primeiro capítulo reconta-se o início do campo a partir das entrevistas oferecidas pelos pioneiros ao livro “As ciências

Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” (LIMA; RATTON, 2011). Complementando este quadro posteriormente no item 2, dedicado somente às revisões bibliográficas para que seja possível rememorar as agendas de interesse de cada período, bem como as escolhas adotadas por cada autor, ou grupo de autores na ocasião da realização do estado da arte da disciplina até então.

Um esforço necessário inicialmente é o de apresentar a obra citada. Trata-se de uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da ANPOCS e conta com catorze entrevistas e três testemunhos (referentes a pesquisadores pioneiros já falecidos).

O livro encontra-se disponível online e possui um prefácio da pesquisadora Elizabeth Leeds, a própria também recorda alguns dos primeiros passos de consolidação da disciplina ao mencionar que:

A relutância – justificável – dos acadêmicos em embarcar em estudos nessas áreas, ou em formar parcerias com as polícias para fins de estudo ou formação, foi-se gradualmente correndo nos últimos 20 anos, graças ao papel desbravador dos estudiosos entrevistados neste livro, os quais reconheceram a necessidade de as ciências sociais abordarem essas questões com rigor. Lembro-me bem quando Sérgio Adorno e eu, com o apoio da Fundação Ford, organizamos um Colóquio sobre segurança pública na ANPOCS em 1998. Foi um ato realmente revolucionário – um evento em duas sessões com policiais fardados misturados ao mundo acadêmico. O desconforto certamente foi sentido mais pelos acadêmicos do que pelos policiais. Nos doze anos que sucederam o encontro, os temas da violência, justiça e segurança pública estiveram cada vez mais presentes nos títulos dos GTs da ANPOCS, o que gradualmente legitimava essas questões junto à academia. (LIMA; RATTON, 2011 p.7-8)

A Fundação Ford mencionada como apoiadora do primeiro Colóquio sobre segurança pública da ANPOCS surge também como promotora dos recursos para a realização e organização do livro que ficou sob a responsabilidade dos pesquisadores José Luiz Ratton (UFPE) e Renato Sérgio de Lima (FBSP). Apesar de ambos terem realizado boa parte das entrevistas, há que se destacar a participação das pesquisadoras: Jacqueline Sinhoretto (UFSCar) e Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (UFMG) que também coordenaram algumas das entrevistas. Importante mencionar os testemunhos escritos pelos pesquisadores Renan Springer de Freitas, Candido Mendes de Almeida e até pelo próprio Edmundo Campos Coelho, que homenageou o colega Antônio Luiz Paixão em uma publicação da revista Dados v.39 em 1996. Nota-se então que ambos, pesquisadores e entrevistadores são colegas e compartilham o mesmo campo de pesquisa, o que pode facilitar o andamento das entrevistas ou impedir que determinadas questões reconhecidamente ‘espinhosas’ sejam de fato tratadas.

A apresentação da obra no artigo de Ramos (2017) destaca alguns caracteres importantes sobre os pioneiros do campo entrevistados na obra. Todos são professores do

ensino superior e, portanto, possuem relação com centros de pesquisa da temática, em alguns casos os centros de pesquisa foram fundados pelos próprios entrevistados nas universidades em que lecionam.

O aspecto geracional é também fundamental, visto que do universo dos entrevistados, dois nasceram na década de 1930, nove na década de 1940 e cinco nasceram na década de 1950. “(...) dos 16 pioneiros, apenas 4 nasceram fora do período que compreende entre 1941 e 1952”. (RAMOS, 2017. p.97). Essa definição de pioneiros implica em notar que aqueles/as pesquisadores/as a quem denominamos dessa forma vivenciaram e produziram ativamente em um período específico: o da redemocratização no Brasil.

Mais um aspecto importante de análise do campo quando observamos somente a obra em questão, a partir da reflexão de Paulo César Ramos (2017) é a formação dos entrevistados, a graduação da maioria destes é na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia (doze), Antropologia (três) e Ciência Política (um). Segundo o autor, um dado a ser ressaltado é a frequente segunda formação em Direito (quatro). A chegada ao tema também é ressaltada na análise de Ramos (2017) acerca da obra, classificando três temas que congregam as origens dos autores: “os estudos sobre conflitos no campo, relacionados à violência vivenciada por agricultores na luta pela posse de suas terras; os estudos sobre representação da pobreza, marginalidade e crimes; e os estudos sobre repressão e direitos humanos em prisões e no sistema de justiça” (RAMOS, 2017, p.100).

A classificação de três temas adotada por Ramos (2017) aproxima-se da de Vasconcelos (2012), que traça algumas vertentes principais a partir das entrevistas dos pioneiros sobre suas trajetórias. Se pensarmos de forma acurada veremos que alguns estudos, independentemente da vertente em que se inserem, na verdade tinham um foco diferente, e que, em meio à concorrência acadêmica e devido às demandas do próprio campo, transformaram-se em estudos pioneiros. Ou seja, cada vertente apresentada descobriu, a seu próprio modo, o tema da violência. Foi o caso de Alba Zaluar que ao investigar o cotidiano das classes populares se deparou com uma questão mais forte: as redes do tráfico.

O autor indica a existência de três vertentes principais desde o marco fundador da temática. A vertente **sociojurídica**: na qual estavam inseridos alguns dos principais fundadores como Antônio Luiz Paixão, Edmundo Campos Coelho, Sergio Adorno, Roberto Kant de Lima e Julita Lemgruber. Considerando que os pioneiros surgem logo após um período ditatorial opressivo esta vertente estaria voltada para a abordagem da violência do Estado contra as classes populares, seus posicionamentos denotariam a continuidade do caráter autoritário do período de ditadura por meio de práticas policiais e judiciárias focadas

na criminalização da pobreza. Tal linha questiona a violência de Estado e se aprofunda nos conflitos advindos da relação deste com as classes populares em um enfoque acerca da continuidade de práticas autoritárias presentes na polícia e no âmbito do judiciário. Dessa forma esses pesquisadores "inauguraram, assim, sociologias históricas, organizacionais e culturais da polícia e do sistema de justiça criminal no Brasil." (VASCONCELOS, 2012, p.573).

(...) Para dizer a verdade, meu problema, no fundo, desde àquela época, é política, poder, democracia. E inclusive a questão da justiça, do acesso e de seu funcionamento, porque ela está vinculada, de alguma forma, às questões de estruturação do poder e das relações políticas na sociedade. Na época da tese, eram temas pouco estudados. O tema da justiça, claro, aparece na sociologia política clássica no Brasil. Você vai encontrá-la no Raymundo Faoro, no Vitor Nunes Leal, no livro da Maria Sylvia de Carvalho Franco... apontavam as relações entre poder, política, liberalismo e democracia, assim como as questões relacionadas com acesso e funcionamento da justiça, o papel dos juristas como uma categoria profissional e política. Foram nesses temas que eu, de alguma maneira, me centrei e continuo centrado. Porque, na verdade, os temas da política, da violência e dos direitos humanos me permitem pensar qual sociedade é esta e, particularmente, quais são os limites e os impasses à consolidação da democracia em uma sociedade cuja transição parece não ter terminado, ou pelo menos aparenta ser interminável. Claro, empiricamente os temas da violência e do crime têm me ajudado de alguma maneira a visualizar com maior clareza esses impasses do direito e da justiça, e, sobretudo, os desafios da democracia, mas não sou, por exemplo, um estudioso de crime, um criminologista propriamente dito. (...) Mas meu foco de fato não é este. É, justamente, como por meio do crime e da violência que procuro entender o modo como a sociedade controla a ordem social e implementa a aplicação das leis. De alguma maneira, essa perspectiva também permite você compreender a sociedade democrática no Brasil em seu funcionamento e movimento a partir de alguns dos seus fragmentos, o crime e a violência.

(Sérgio Adorno em entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima. LIMA; RATTON, 2011.p.80-81).

A vertente **sócio urbana** seria menos focada nas instituições estatais e mais voltada para o estudo de redes de sociabilidade, associativismo local e mudanças no espaço público e urbano. Esta vertente é também responsável por uma abordagem da realidade social do crime e violência, a partir dos estudos de redes de criminalidade e tráfico de drogas e armas, representantes desta linha são: Alba Zaluar, Michel Misse e Luiz Antonio Machado. Seus estudos desvelam padrões organizacionais da criminalidade além do reconhecimento histórico e cultural de contextos em que o tráfico de drogas, o jogo do bicho e a posse de armas influenciaram na aquisição de novos modelos de sociabilidade e um novo padrão de masculinidade:

Cheguei na Cidade de Deus e me vi diante de algo que ninguém, nem o Michel Misse, estudava, que era um outro tipo de organização popular, uma quadrilha de traficantes. Nunca se havia escrito nada sobre isso, e escrevi um capítulo da minha tese sobre esta questão. Fiz também uma apresentação, no seminário organizado

pelo Paulo Sérgio Pinheiro na Universidade de Campinas, em 1980, chamada “A Lógica do Ferro e do Fumo”, porque me impressionou muito como duas coisas estavam ligadas: a maconha – a venda da droga ilegal – e a arma de fogo, uma nova maneira de se apresentar como homem, ter orgulho como homem. Logo depois defendi minha tese de doutorado na USP. O livro foi quase que imediatamente publicado: defendi em 1984 e o livro saiu em 1985. E foi assim que virei uma especialista de violência! [risos]. E eu não era uma especialista de violência, mas fui como que empurrada para o tema. Foi o tema que me escolheu mais do que eu o escolhi. (Alba Zaluar em entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima, LIMA; RATTON, 2011. p.60).

Ainda que a apresentação dessa vertente esteja associada a um enfoque menor nas instituições estatais, as vivências políticas da época deixaram marcas na forma como os pesquisadores organizavam suas pesquisas, de forma que o conteúdo político encontra-se entremeado na trajetória daqueles que influenciaram no nascimento de uma linha de pesquisa em sociologia da violência:

Essa pesquisa foi desenvolvida em 1971 e 1972, nos dois anos da faculdade. Para que se sinta um pouco o clima da época, eu estava saindo de casa para ir a uma reunião de pesquisa, quando fui sequestrado no meio da rua por policiais não uniformizados, que me levaram para o famigerado DOI-Codi, da Rua Barão de Mesquita. Essa foi uma experiência muito forte, que provavelmente influenciou muito a perspectiva que comecei a adotar na pesquisa, que era a de não aceitar o crime como patologia, a de não adotar uma visão patologizante sobre o autor de um crime. Lembro-me que li com muito interesse textos como “A ideologia profissional dos patologistas sociais”, de Wright Mills. Por outro lado, não conhecíamos o livro seminal de Howard Becker, *Outsiders*, que chegou ao Brasil, em excertos, quando nossa pesquisa já havia sido publicada, em 1973. (...) Apenas no ano seguinte, 1974, Gilberto Velho publicaria *Desvio e divergência*. Logo, estávamos bastante sós do ponto de vista teórico. Começamos pela Escola de Chicago e pelo famoso texto de Merton sobre anomia e estrutura social. (...) Assim, fizemos a pesquisa, que acabou sendo publicada pelo Tribunal de Justiça da Guanabara, em 1973. No mesmo ano, em São Paulo, sociólogos do Cebrap publicaram também uma pesquisa sobre criança e adolescente, uma parte da qual lidava com a questão da delinquência, embora não fosse só sobre delinquência. Licia Valladares e Rosilene B. Alvim, em resenha publicada no BIB sobre a bibliografia brasileira sobre infância e adolescência, consideraram o nosso trabalho um marco da entrada das ciências sociais nessa área no Brasil. (...) Havia o tipo social do pivete, do trombadinha, que era a figura dominante na representação social da violência no Rio e nas grandes cidades brasileiras. Apresentamos o projeto, e veja a nossa ingenuidade, ao CNPq e à Fundação Ford, nós que só tínhamos a graduação nessa época. Evidentemente, não conseguimos o financiamento, embora soubéssemos que a maioria dos colegas não possuía pós-graduação nessa época. Em 1974, eram pouquíssimos os cientistas sociais no Rio com mestrado. Com doutorado, então, nem se fala... Embora ingênuos em tentar um financiamento do CNPq apenas com a graduação, não estávamos assim tão distantes da realidade acadêmica da época. As ciências sociais no Brasil ainda começavam a se institucionalizar. (Michel Misse em entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima (LIMA; RATTON, 2011. p.17).

Por fim, embora Vasconcelos (2012) confirme que se trata de outra modalidade de grupo, não homogênea, é possível rastrear uma última vertente fundacional para a área da sociologia da violência: a dos sociólogos agraristas. Pesquisadores que pensavam sobre a

violência de Estado e os conflitos característicos do campo, estes também passaram a perceber a premência da violência enquanto objeto de pesquisa a partir de conflitos por terra e dos crimes de pistolagem, por exemplo. Alguns representantes dessa vertente são: César Barreira, Maria Stela Grossi Porto e José Vicente Tavares.

Posso dizer como a questão se colocou para mim. Da minha perspectiva, foi fundamentalmente certa insatisfação, eu diria teórica. Acho que o modelo de modernização da agropecuária no Brasil, da forma como foi concretizado, da forma como aconteceu, com agravamento de contradições originadas do processo histórico de constituição e consolidação da estrutura fundiária e expulsão de importantes contingentes de trabalhadores do campo, concorreu para um processo de exacerbação de tensões no mundo rural. Mortes e violências no campo passaram a ocupar (talvez de uma forma muito similar ao que hoje acontece com a violência urbana) não apenas a mídia, mas também o campo científico. Entretanto (...) a produção sobre esse tema acabou se concentrando numa questão muito ligada à denúncia. Denunciava-se, então, a violência no campo e também havia certa proximidade com movimentos sociais da época, como a pastoral da terra, com alguns trabalhos significativos no que dizia respeito à produção acadêmica. (...) Um número considerável de trabalhos acadêmicos ocupou-se com a denúncia sobre a violência no campo nesse período. Entretanto, com as honrosas e mesmo brilhantes exceções que confirmavam a regra, faltava, por vezes, fôlego teórico a alguns desses trabalhos, cuja preocupação com a denúncia mantinha-os no âmbito da descrição. Ora, questionava-me, então, já um tanto inconformada com o estado da arte e com a produção de conhecimento na área: se a denúncia é um recurso válido e às vezes único para o cidadão, do sociólogo espera-se mais. Supõe-se que ele a ultrapasse e crie as condições necessárias para constituir possíveis “problemas sociais” em questões sociológicas, fazendo avançar as fronteiras do conhecimento e da compreensão da realidade. (Maria Stela Grossi Porto em entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima, LIMA; RATTON, 2011. p.210)

Quando recorremos às entrevistas, é possível até mesmo realizar uma contraposição das narrativas fundacionais do campo que se diferenciam nas entrevistas de Michel Misse e José Vicente Tavares, respectivamente, no que se refere à importância da redemocratização para o campo.

E você acha que isso tem uma ligação com o momento político? Porque uma das questões que está sendo colocada é que este foi um tema que nasceu a partir da demanda por redemocratização.

Eu não vejo ligação, não.

Não?

Não. Esse tema foi introduzido pela mudança do perfil da criminalidade no Brasil, nas grandes cidades brasileiras, pelo aumento das taxas de crimes violentos a partir de meados dos anos 1970. Para você ter uma ideia, comecei a ser chamado pela imprensa para falar sobre esses problemas desde 1972... Tenho recortes de intervenção minha na imprensa em 1976, 1978, 1980. Então, o tema já estava ligado ao problema do aumento, principalmente, dos roubos. Foi isso que causou muita apreensão. Há até uma capa da revista Veja, por exemplo, com o título “As cidades estão com medo”, em 1979. (...) Pois é. Então, não foi a redemocratização, mas sim a mudança do padrão da criminalidade que explica o começo dessa área temática no Brasil. A redemocratização influenciou a maior circulação de ideias, com o fim da censura prévia. A denúncia contra a tortura, contra os esquadrões da morte, a

temática dos direitos humanos, isso sim ganhou fôlego com a redemocratização. Aqui foram particularmente importantes os trabalhos de Pinheiro. (Michel Misse em entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima, LIMA; RATTON, 2011.p.20)

Já Tavares, afirma que:

A questão da violência nasceu como uma questão social durante a ditadura militar, com as denúncias e as campanhas contra a tortura e pela anistia. Surgiu no bojo de uma luta contra a ditadura, e isso marca, talvez como tenham sido as greves no século XIX, sua emocionalidade e grande dramaticidade. Quando se passa à democracia, é outra face da violência, expressa pelo conceito de [Guillermo] O'Donnell, em "o autoritarismo socialmente implantado". Vem daí a trajetória do NEV/USP. Quando estávamos passando do estudo sobre o campesinato e a colonização de novas terras para os estudos acerca da violência rural, comecei a dialogar com os pesquisadores do NEV, e eles não tinham nenhuma tradição nessa temática. Eu já vinha de uma experiência de cinco anos fazendo cursos para a Comissão Pastoral da Terra sobre sociologia contemporânea, principalmente na Amazônia. Lembro de que havia muitos relatos de violência rural, morte e sofrimento. Muitos estavam estudando esses fenômenos, portanto, não é por acaso que vários agraristas passaram a ser estudiosos da violência. (...) O César Barreira, a Maria Grossi Porto, o Wilson Barp, o próprio José de Sousa Martins, que estava fazendo um estudo sobre linchamentos. Foi um trabalho de construção sociológica de um objeto, sem nunca perder a relação tensa com a questão social. Isso trouxe uma exigência de rigor de pesquisa e metodológico. Por quê? Por um lado, havia a emocionalidade que impregnava o objeto social e contaminava a construção do objeto sociológico, mas também existia uma segunda dimensão teórica, pois o estudo do crime e da violência naquela época, no início dos anos 1990, salvo honrosas exceções, basicamente era penalista, e a criminologia estava confinada às escolas de direito e de polícia, na tradição da antropologia criminal positivista. (...) Daí fizemos uma espécie de arqueologia da violência na sociologia brasileira. Descobrimos que a violência foi pensada, primeiro, como violência rural, pela Maria Isaura, para não falar de Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Maria Sylvia. Só que o pessoal do crime também não sabia isso. Então, pouco a pouco, foi se construindo a violência como objeto sociológico. Como isso se refletiu no campo das políticas públicas? Primeiro, no debate público. Naquele momento, começavam as mudanças da sociedade preparando o período da mundialização de conflitos. (José Vicente Tavares em entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima, LIMA; RATTON, 2011, p.178).

As revisões do campo consideram um marco para a área o engajamento dos pesquisadores para estudar a segurança pública e a justiça criminal diante das mudanças no cenário político pós-redemocratização, entre os anos 1970 e 1980 que teria propiciado a criação de algumas ONG's e a maior participação da sociedade civil nos espaços burocráticos (ZALUAR, 1999). Mas efetivamente são os anos 1990 que trouxeram consigo o maior número de articulações para que os pesquisadores passassem a ser interpelados e convidados a pensar ativamente as crises de segurança pública no Brasil em uma relação que envolvia tanto as mobilizações da sociedade civil como as ações políticas para o campo de propostas de políticas de segurança pública, essencial para que o tema se tornasse um dos objetos centrais de estudo para a sociologia da violência. (KANT DE LIMA et al., 2000). Dessa forma,

admite-se a inter-relação entre a formação de núcleos e centros de estudo e as agendas políticas de cada momento histórico, em uma ação de intermediação entre sociedade política e sociedade civil (VASCONCELOS, 2017, p 42). Para o rápido desenvolvimento desses centros de estudo, a participação de agências de fomento internacionais foi determinante. Como exposto na entrevista concedida por Sérgio Adorno (LIMA; RATTON, 2011, p. 96)

(...) Não só a CAPES, mas as agências de apoio à pesquisa, têm tido um papel extremamente importante não apenas na institucionalização das ciências sociais e, em particular, da sociologia da violência. Se não fosse CNPq, FAPESP, Fundação Ford, não teríamos construído o campo de pesquisa que temos no Brasil atualmente. Hoje, pode-se dizer que em todas as áreas do conhecimento há um mínimo de uma estrutura de pesquisa consolidada, ainda que em algumas mais desenvolvidas, outras, menos, mas, existente. Isso foi e continua sendo fundamental. O papel das agências de fomento continua sendo fundamental. Está cada vez mais claro, sobretudo para os administradores, que dispor conhecimento científico qualificado é fundamental do ponto de vista da inserção do país na competição internacional assim como para reverter ganhos em mais justiça social, democracia e qualidade de vida. (Sérgio Adorno em entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima, LIMA; RATTON, 2011, p.96)

O fomento da Fundação Ford às pesquisas no Brasil se inicia a partir dos anos 1960, período no qual ela se destacou como principal fonte de apoio destinada a este fim. Com o apoio da Ford se desenvolveram algumas das grandes associações científicas no Brasil e na América Latina, com destaque para a ANPOCS³. Segundo (Vasconcelos, 2017, p.44) o financiamento da Fundação Ford ratificaria o conhecimento como instrumento de legitimação das bases institucionais do regime liberal-democrático.

Outro exemplo importante de apoio da Fundação Ford é a atuação, a partir do fim dos anos 90, na aproximação entre cientistas sociais e profissionais de segurança pública, com ênfase em organizações e centros de pesquisa como o CRISP, CESeC, Sou da Paz e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, impulsionando a expansão das redes de pesquisa em direitos humanos e segurança pública lideradas por beneficiários da Fundação.

Vasconcelos (2017) ainda analisa as reuniões da ANPOCS do GT “Direito e Sociedade” no período de 1979-1989, utiliza esse grupo de trabalho para rastrear o tema nas ciências sociais, pois somente a partir de 1990 são formulados novos eixos de discussão como “violência e gênero”; “violência e lutas sociais”; e “violência criminal, sistema de justiça e segurança pública”. A maior concentração de pesquisas estaria no último eixo, ainda assim, até a metade dos anos 90 os estudos de segurança pública encontravam-se subsumidos nos Grupos de Trabalho de Políticas Públicas, saindo de seu lugar de coadjuvante a partir do

³ Para saber mais sobre o papel da Fundação Ford na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, consultar: MICELI, Sergio. (Org.). A Fundação Ford no Brasil. Editora Sumaré, 1993.

momento em que a violência urbana no Rio de Janeiro passa a se tornar uma pauta política crescente, como na Operação Rio⁴, assim como com a inserção de pautas de organizações como ISER e Viva Rio na agenda política e intelectual da ANPOCS. Os estudos que realizaram a aferição das taxas de criminalidade ainda não possuíam uma representatividade significativa, contribuindo com um dos conflitos centrais da disciplina:

(...) de um lado, uma visão ampla dos atos de violência, como reação de sentido protopolítico à uma situação de ‘violência estrutural’, ou como ‘violência simbólica’ e, de outro, uma visão mais restrita da violência como criminalidade comum (homicídios, latrocínios, roubos e furtos) ou redes estruturadas de crime-negócio. Este contraste será expresso nas discussões sobre a questão da sociabilidade juvenil na forma de gangues e galeras na ANPOCS durante os anos 1990. O tópico mais ressaltado consistiu na crítica a concepções amplas a respeito da violência, sintetizadas no conceito de violência estrutural. Ao propor que os verdadeiros problemas estariam no desemprego, na falta de serviços públicos, na ausência de políticas sociais, entendidos como fatores de violência do Estado, este discurso não ofereceria meios para pensar aquelas ações caracterizadas pelo excesso ou descontrole no uso da força física (ou de seus instrumentos) nas interações sociais, passíveis de controle democrático (ZALUAR, 1999, p. 233-240). Assim, consolida-se um direcionamento pragmático e reformista em segurança pública, reverberando em tomadas de posição que têm restrições ou precauções quanto a perspectivas mais amplas ou positivadas da violência, em prol de um conceito mais restrito de criminalidade como problema a ser combatido. (VASCONCELOS 2017, p.44)

A consolidação do tema, segundo Vasconcelos (2017) se deu por meio de três dimensões principais. **1)** a nacionalização da área de pesquisa com a aderência das associações como ABA, SBS e ANPOCS às agendas de reforma da segurança pública, **2)** a participação ativa e o trânsito de pesquisadores propiciados pelo PRONEX – Programa Nacional de Apoio a Núcleos de Excelência, que permitiu o trânsito de pesquisadores de áreas como a sociologia rural para o campo da segurança pública, e por fim, **3)** a associação de interesses dos pesquisadores e da Fundação Ford, em especial em eventos como o Simpósio “Experiências inovadoras e políticas de segurança pública”, em parceria com a SENASP em 1998. Mais tarde, nos anos 2000 em decorrência deste movimento de expansão, inicia-se um fluxo de produção importante com o aumento de Congressos sobre o tema, formação de linhas temáticas e também a criação de novas revistas como a Revista Brasileira de Segurança Pública (2007), a Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social (2008) e a Revista Sistema Penal e Violência (2009). Foram também instituídos dois INCTs: Violência, Democracia e Segurança Cidadã (USP e parceiros) e Administração Institucional de Conflitos (InEAC – UFF). É inegável a participação ativa dos cientistas sociais em processos que vão

⁴ A Operação Rio, também conhecida como Rio 1 foi realizada em 1994. Trata-se da primeira tentativa de ocupação de favelas pelas Forças Armadas como medida de enfrentamento ao tráfico de drogas.

além do protagonismo e expansão acadêmica do tema. A partir dos anos 2000, é possível elencar múltiplos processos de mobilização por reformas estatais no campo de direitos humanos e segurança pública:

Destacam-se o conjunto de planos e inovações institucionais a partir da criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, em 1997, e da SENASP, em 1998, e dos Planos Nacionais de Segurança Pública promulgados a partir de 2000, cujo objetivo declarado seria articular a eficácia e eficiência da segurança pública com a garantia dos direitos humanos e processos de controle democrático. Com base nestes princípios projetou-se uma estrutura de governança, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A montagem de sua Arquitetura Institucional (SENASP, 2006) foi produzida por uma rede de 60 atores, em especial cientistas sociais e advogados, de organizações de interface entre sociedade civil e centros de pesquisa universitários. (VASCONCELOS, 2017, p.46)⁵.

Ainda é importante mencionar eventos como a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG) em 2009, que representava o esforço em torno da adesão a um paradigma de segurança cidadã, com participação de ONGs, sociedade civil e institutos acadêmicos. Encontros como esse foram capazes de promover tentativas de dissolução da polarização entre as forças policiais e a militância em direitos humanos, possibilitando oportunidades de aliança entre policiais e cientistas sociais que promoveram a inserção de novos conteúdos nos cursos de formação policial e um incentivo à formação de cientistas sociais capazes de atuar diretamente na formulação de agendas e políticas de segurança pública. As aproximações entre academia e polícia são inclusive mencionadas no prefácio da obra “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”. O prefácio de Elizabeth Leeds menciona o empenho dos pesquisadores Edmundo Campos Coelho e Antonio Luiz Paixão que teriam sido os grandes responsáveis por quebrar as barreiras entre a universidade e a polícia, o que a autora caracteriza como um impacto de suma importância para o campo (LIMA; RATTON, 2011, p.08).

Portanto o campo da sociologia da violência no Brasil se instaura em meio a mobilização coletiva de intelectuais, movimentos sociais, políticos e juristas e é nesse contínuo debate que as questões que antes estavam circunscritas ao campo do Direito passam a se expandir para as Ciências Sociais, que passa a se preocupar tanto com o crescimento da violência urbana quanto com os rastros do autoritarismo pós ditadura. A força desse debate encontra-se em momentos como o Massacre do Carandiru (1992) e a Chacina da Candelária (1993) e Chacina de Vigário Geral (1993) nos quais os pesquisadores foram convocados não só a qualificar o debate, mas também a atuar ativamente em ONGs e consultorias para o

⁵ O SUSP, ou Sistema Único de Segurança Pública, foi desenhado nos anos 2000, entretanto só foi instituído pela lei 13.675 em 2018, no Governo de Michel Temer.

governo. Embora tenhamos caminhado bastante, a centralidade de temas como transição democrática incompleta e monopólio da violência permanecem, enquanto delineiam-se novos, como formação policial, novas estratégias de policiamento (Policiamento Comunitário, UPPs entre outros) e redes de criminalidade organizada. A semente de diversos temas já estava presente em muitos trabalhos iniciais do campo, esperando somente uma chance de expansão.

1.2 - “Onde está e quem é o sujeito da sociologia da violência?”: Revisitando as revisões bibliográficas.

Desde a formação do campo da sociologia da violência em meados de 1970, a partir dos trabalhos pioneiros de Edmundo Campos Coelho, Sérgio Adorno e Luís Antônio Paixão até o momento presente, observa-se o crescente interesse acadêmico na área. Em 2007, em um mapeamento apresentado por Renato Sérgio de Lima em seu livro “Entre palavras e números: Violência, democracia e segurança pública no Brasil” (LIMA, 2011) já havia sido ultrapassada a marca de oito mil teses na área, em uma análise que incluiu 168 universidades públicas. Um importante achado da pesquisa do autor é o de que os principais temas adotados pelos grupos de pesquisa no país se refere a “Controle e combate ao crime”, “Violência”, “Gestão de segurança pública”, “Sistematização de estatísticas criminais”, “Desigualdade social”, “Direitos humanos”, “Sistema penitenciário e Instituições policiais”. Entre os principais autores citados como referenciais teóricos para os grupos de pesquisa da área estão: Michel Foucault, David Garland, Serge Moscovici e Nils Christie. Curiosamente, não foram apresentados referenciais brasileiros, o que pode também denotar a percepção de ausência de perspectivas macro-sociológicas na pesquisa da sociologia da violência brasileira.

Revisitar as revisões bibliográficas do campo nos coloca frente a frente com as preocupações e o corpo de interesses e tendências dos momentos em que estes textos foram escritos. Essa é uma estratégia documental que já havia sido delineada como uma das fontes principais deste trabalho. Como forma de respeitar a abrangência das temáticas presentes nas revisões bibliográficas, foram selecionadas as revisões mais influentes e que poderiam ser consideradas como representativas de diferentes períodos de desenvolvimento do campo, de forma a nos permitir entrever os interesses, as gerações e os embates travados ao longo dessa trajetória.

Dessa forma estão presentes os seguintes trabalhos para compor a análise documental: Adorno (1993), Zaluar (1999), Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) e Barreira e Adorno

(2010) bem como o BIB de número 84, no qual é possível observar um esforço de múltiplos autores para dar forma a um projeto de revisão crítica da área.

O trabalho de revisão realizado na vigorosa tese de doutorado de Francisco Thiago Vasconcelos (2014) que reconstitui detalhadamente as múltiplas influências da transição democrática no desenvolvimento do campo, e da resposta do campo na construção das políticas públicas de segurança no Brasil também compõem a análise. Outra autora a realizar uma recente reconstituição do campo foi Silvia Ramos (2012), esta também recorre aos levantamentos bibliográficos mais abrangentes da área, mas com o objetivo de informar e fomentar uma leitura acerca do incentivo da fundação Ford.

Apresento esses estudos de forma a recuperar o caráter histórico para que possa ser realizada a crítica com base nas principais tendências do campo, bem como nas lacunas apresentadas por ele. Como exposto por (Nery e Adorno, 2013, p.13) , a partir do final dos anos 60, o campo da violência urbana se firmou enquanto problema social e sociológico no Brasil. No mapeamento realizado por estes autores o período de 1960 a 1980 contém 40 publicações modelares sobre a violência no meio urbano e rural. Muitos desses trabalhos assumem perspectivas de endosso de que a violência seria uma consequência das dificuldades de agregação e organização da sociedade civil, produto da desestruturação de laços familiares e comunitários.

A partir dos anos 80, a violência passa a ser um dos principais temas do debate acadêmico e a criminalidade constou entre os aspectos mais estudados dessa discussão, em especial devido ao destaque no debate público e midiático acerca do tema. A relevância do mesmo permitiu que ele fosse incorporado na academia de forma a ramificar o debate para além da esfera do Direito, que até então mantinha a hegemonia do discurso sobre o assunto. Este momento é também decisivo para a delimitação de fronteiras entre as disciplinas e também a introdução de fatores até então pouco mencionados no debate acerca da violência.

Nessa linha Nery e Adorno (2015) mencionam que os principais estudos até aquele momento foram realizados por Paixão (1983), Coelho (1988), Caldeira (1989) e Adorno (1991). Estes são os estudos responsáveis por achados importantes, que não só anunciavam a evolução do crime organizado, o consequente aumento das taxas de crimes como tráfico de drogas, homicídios e roubos, mas também inauguram uma bibliografia que observava o fenômeno em suas oscilações a partir de diferentes metrópoles: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Na esteira do aumento dos crimes, surge um ramo midiático dedicado somente a dramatização dos conflitos cotidianos através de reportagens policiais que tinham

como objetivo suscetibilizar o público que assistia, algo que também foi capturado pelo campo de estudos da sociologia da violência e da segurança pública.

Essa interação entre opinião pública e violência produziu uma série de outros enfoques de estudo, como os estudos pioneiros de Paixão (1983) e Zaluar (1989). O primeiro coletava opiniões sobre a organização policial em delegacias e a segunda construía as representações da justiça e do crime no Rio de Janeiro baseando-se em pesquisas de opinião pública. Estes estudos ressoam um descompasso percebido ainda hoje entre a percepção da criminalidade, ou seja, a sensação de insegurança e as taxas criminais efetivamente percebidas. A violência como problema de investigação sociológica também se propõe a desmistificação constante de informações equivocadas que ressoam até mesmo entre especialistas, como a ideia de que o aumento da criminalidade estaria vinculado ao crescimento populacional. A desmistificação dessas informações já começa a ocorrer em publicações importantes dos anos 1980 como as de Velho (1980), Paixão (1983), González (1984); Cardoso (1987) e Caldeira (1989; 1991; 2000 [1992]) que:

“[...] já evidenciavam que a criminalidade urbana violenta pode crescer em termos absolutos, porém em ritmo inferior ao da população. [...] percebe-se que o aumento relativo das taxas de criminalidade urbana violenta pode não estar necessariamente associado ao incremento populacional.” (NERY E ADORNO, 2015, p.8).

Outro ponto de conflito entre os pesquisadores é a dicotomia ricos/pobres, algo apontado por (NERY e ADORNO, 2015) bem como por (ZALUAR, 1999a; 1999b) ambos apontam para os conflitos éticos, políticos e teóricos dos pesquisadores ao pensar em como retratar o espaço ocupado pelos pobres como as maiores vítimas e ao mesmo tempo os “maiores perpetradores” dos crimes.

O campo intelectual dos anos 80 foi fortemente influenciado pelo contexto da redemocratização de forma que o posicionamento político dos intelectuais estava refletido na produção científica. Esse posicionamento ideológico é criticado por Nery e Adorno (2015) como uma abordagem excessivamente simplista na qual:

No que tange aos estudos sociológicos da violência, esses modelos resultaram na articulação de um centro (dominante) e uma periferia (oprimida), do hegemônico (revestido de coerção do grande capital monetário) e do marginal (revestido de um sentido de exclusão, de não participação ou de disfunção), diferentemente do que já era observado por Kowarick (1975b) ou, ainda, do Estado (violento) contra a população (necessitada). As oposições mencionadas foram categorias analíticas frequentemente articuladas por diversos pesquisadores, mesmo com evidências recorrentes de que os modelos de sociedade requeriam uma visão mais complexa. (NERY e ADORNO, 2015, p. 09)

Já no fim dos anos 90, as discussões teóricas caminham para a delimitação de algumas constatações importantes: a redemocratização não foi capaz de dirimir todas as práticas do regime autoritário brasileiro. Os estudos dos anos 2000 ainda refletiam o papel contínuo das violações dos direitos humanos presentes nas execuções extrajudiciais e na prática da tortura (MISSE, 2007). Nessa linha pesquisava-se também como as polícias assumiram o papel de substituição das forças armadas na segurança pública, de modo que data dessa época a preocupação com o tema da brutalidade policial. (PAIXÃO, 1983, 1990; ADORNO, 1993; SILVA, 1993; ZALUAR, 1994; SOARES, 1996; BEATO et al., 1997).

Segundo Nery e Adorno (2015) os estudos dos anos 2000 possuem duas linhas argumentativas principais, uma que aponta que a criminalidade estaria relacionada às condições econômicas como desemprego e precarização do trabalho e outra na qual ela seria fruto da negação de direitos sociais básicos negligenciados pelos poderes públicos, tais como educação e segurança. Surgiram novos padrões de criminalidade e a sociedade estava acompanhando uma acelerada transformação tecnológica bem como processos resultantes da globalização. Dessa forma, passa-se a pensar criticamente como o contexto brasileiro pôde, ao mesmo tempo, conservar as estruturas do regime militar e fortalecer seus movimentos sociais e as entidades de direitos humanos.

Outro grande tema que acompanhava a situação complexa vivenciada nas cidades brasileiras era o da intensificação dos crimes de tráfico de drogas e armas, assim como o aumento dos homicídios, fato que intensificou as demandas por tipificações penais e punições mais severas. O tema construiu sua importância em meio ao contexto que definiu os homicídios como maior causa de mortalidade externa no país, aproximando o Brasil dos índices de El Salvador e Colômbia (NERY e ADORNO, 2015).

Esse é também o momento de disseminação de pesquisas quantitativas, que privilegiaram a construção de bancos de dados e sistematização de informações. Tal fato também contribuiu fortemente para identificação de padrões criminais e elaboração de indicadores. Inclusive filtrando e interpretando os dados produzidos pela própria polícia (CANO, 2006). Os anos 1990 e 2000 também foram marcados pelo aumento no orçamento da área de segurança pública com investimento em novas tecnologias de informação.

A primeira revisão bibliográfica reconhecida por todos os que se propõem a reconstituir a memória intelectual da área, é a de Sergio Adorno em 1993, que se propunha a analisar os estudos sobre criminalidade violenta no Brasil entre os anos de 1972 a 1993. Silvia Ramos (2012) aponta que o mapeamento realizado por Adorno foi capaz de encontrar 264 referências centrais. Mais tarde, Alba Zaluar realizaria o segundo balanço bibliográfico, que

em 1999 apontava 397 referências. No ano seguinte, os autores Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda trariam um levantamento de 1970 a 2000 no qual o número salta, e constam 1166 referências. Por fim, Ramos (2012) tinha como referencial mais recente o levantamento de 2010, realizado por Cesar Barreira e Sergio Adorno no artigo “A violência na sociedade brasileira” que compreendia o período de 2001 a 2010. Embora não tenha sido um levantamento de todo o período de construção do campo, os autores foram capazes de traçar as principais linhas de pesquisa, e ausências da área. Atentam também para a consolidação do campo a partir dos anos 2000, dado ratificado pela consulta de Silvia Ramos ao banco de dados da plataforma Lattes:

Os levantamentos indicam claramente a grande ampliação e diversificação do campo no final da primeira década do século XXI. Por exemplo, a consulta ao banco de dados da plataforma Lattes em 2000 mostrava a existência de 450 pesquisadores e 41 grupos de pesquisa de ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política) registrados no CNPq no setor de atividades “segurança pública e criminalidade”. Uma busca realizada no início de 2012 na mesma plataforma mostra que há atualmente 1.334 pesquisadores e 71 grupos de universidades brasileiras pesquisando temas ligados a essa área. A propósito de um balanço do estado da arte nesse campo que denominam provisoriamente de Sociologia da Violência, Barreira e Adorno (2010) concluem que “talvez já se possa dizer que foi criada uma ‘tradição’ de estudos sobre violência na sociedade brasileira. Ela se revela não apenas no volume de referências bibliográficas, como também na ampliação do campo para temáticas circunscritas a múltiplos recortes temáticos que 3 envolvem diversos eixos: mercado, cooperação e conflito, classes e hierarquias sociais, política, poder e governabilidade, controle social, cultura, representações sociais e imaginário. (RAMOS,2012, p.2)

A primeira revisão bibliográfica do campo realizada por Sérgio Adorno (1993) para a revista BIB nº 35 aborda o nascimento e proliferação de estudos sobre a violência e a criminalidade fora do âmbito jurídico e passou a ter interpretações de diferentes áreas da ciência, nas quais o autor destaca os estudos sociológicos, antropológicos, políticos e históricos, atentando para a rápida proliferação destes nos últimos 15 anos, ou seja traçando uma linha temporal que compreendia o fim dos anos 60, início dos 70 até o momento dessa primeira revisão, nos anos 90. Essa introdução é importante para situar, ainda que brevemente, o momento que o país passava no início dos estudos de criminalidade por parte das ciências sociais. De forma a pensar como o término do período autoritário havia deixado marcas permanentes nas formas de exercício de poder executadas pelas instituições de segurança pública. A análise destas transformações dá o pontapé inicial dos estudos fora do âmbito jurídico que buscavam os prováveis fatores explicativos para o crescimento da violência urbana.

O autor realiza uma subdivisão de eixos temáticos da área, sendo o primeiro eixo voltado para o “movimento da criminalidade”: Estudos que objetivavam captar as tendências

delituosas, crescimento ou retração do número de crimes, em que eram analisados quantitativamente os dados oficiais, mesmo com o comprometimento da qualidade bem como o problema da subnotificação dos dados. Esses também são estudos preocupados em verificar o paralelo existente entre a realidade e a percepção de aumento da criminalidade tal como avaliada em estudos de opinião pública como o de Zaluar (1989). O que o autor classifica como tendências da criminalidade pôde ser detectado através do aumento do tráfico de drogas, roubos e homicídios, como expresso nos estudos de Paixão (1983) Caldeira (1989) e o próprio Sérgio Adorno (1991a).

Entretanto seria inevitável lançar um olhar ao fato de que todos esses estudos têm grandes cidades do Sudeste como referencial principal, a exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Além disso, estudos como o de Caldeira revelam uma alternância no registro dos crimes que ora cresciam, como entre 1981-85 ora declinavam como entre 1986-87, elevando-se novamente em 1988. Tais estudos também foram responsáveis por detectar um aumento na participação de crianças e adolescentes em crimes como roubo e latrocínio. Abordando também, a exemplo de Feiguin (1985) e Pezzin (1986) a ligação direta destes com fatores como a crise econômica do país e a ascensão da porcentagem de condenados por crimes como roubos, latrocínio e tráfico de drogas em detrimento das condenações por lesão corporal e homicídio como em Abreu e Bordini (1985). Algo que Adorno menciona como uma provável inclinação preferencial do judiciário na distribuição de condenações.

Desse modo, percebe-se que o aumento relativo das taxas de criminalidade urbana violenta pode não estar necessariamente associado ao incremento de novos cidadãos que enveredam pela delinquência, mas ao aumento do número daqueles que se especializam e constroem carreiras delinquentiais, constatação que revela a opção preferencial das agências de contenção e repressão ao crime pelos indivíduos já estigmatizados como delinquentes — os mais pobres e negros, por exemplo, (Chalhoub, 1986; Fausto, 1984; Oliveira, 1985; Oliven, 1982; Pinheiro, 1991a; Velho, 1987; Viana, 1987; Zaluar, 1986) —, disso resultando pressões no sentido da elevação dos coeficientes de reincidência criminal, que se supõem elevados (Abreu e outros, 1984a). (ADORNO, 1993, p.5)

A segunda divisão é a de estudos dedicados a descrever e problematizar concepções acerca de um suposto “perfil social dos autores de crimes”, utilizando-se de análises quantitativas e qualitativas. As primeiras investigações citadas pelo autor são as de Coelho, 1980; Paixão, 1983; Abreu e Bordini, 1985; Brant e outros 1986; Adorno e Bordini, 1989. Neste eixo, a população de baixa renda é vista como o alvo preferencial do recrutamento para o crime. Embora Adorno (1993) reitere que tal fato se deve a vulnerabilidade destes às ações do sistema de justiça criminal. “A crença de que os delinquentes possuem uma natureza anti-humana, perversa e pervertida, resultado de sua suposta inferioridade racial, étnica, social e

cultural, não se sustenta em qualquer das pesquisas realizadas”. (ADORNO, 1993, p.5). O que o autor destaca como comum nas diversas pesquisas é a constatação de que os crimes contra o patrimônio são o foco da maioria das “carreiras delinquentes” e questiona: “Por conseguinte, tudo leva a crer que o problema essencial consiste em explicar por que motivos alguns indivíduos procedentes de um mesmo segmento populacional optam pela delinquência, enquanto outros optam por construir uma trajetória de trabalhadores e cidadãos “normais” (ADORNO, 1993, p.5)”.

O terceiro eixo conta com as pesquisas sobre organização social do crime e a perspectiva de quem cometia os delitos. Com o forte apelo ao recurso etnográfico, a principal expoente dessa perspectiva de pesquisa, bem como do uso do recurso etnográfico, segundo o autor, foi Alba Zaluar com uma bibliografia extensa durante a década de 80 e 90 dedicada a, entre outras coisas, explorar a multiplicidade de perfis e organizações criminosas, destacando um perfil empresarial e a entrada das mulheres e jovens para o tráfico de drogas. Para estes últimos, a autora destaca a importância da posse de arma, dos símbolos de status e poder como roupas, dinheiro e tênis de marca. Nesse sentido a autora também explorou a guerra entre polícia e bandidos e a construção de uma identidade delinquente que negaria e teria ojeriza ao mundo “formal e legalizado” do trabalho. Por fim, e talvez o mais importante, Adorno acredita que é necessário expressar como Zaluar reconhece os erros nas chamadas “teorias da marginalidade” ao pensar os pobres como incapazes de reconhecer e reivindicar linhas divisórias entre o moral e o imoral. Há também em Zaluar, mas também em (Adorno, 1993 apud Bretas, 1988;1992; Donnici, 1984; Fernandes, 1989; Lemgruber, 1987; Lima, 1989;1990; Minguardi, 1992 e Mott, 1987) a identificação de problemas de auto percepção e relacionamento que determinadas instituições possuem, na medida em que se pensam através da chave dicotômica de produtores da ordem diante da “desordem da favela” ou seja, estabelecem-se fronteiras na medida em que a polícia não consegue estabelecer uma relação de confiança com a população resultando na percepção de que esta estaria somente interessada na repressão e em humilhações públicas.

Por fim, estão os estudos sobre as políticas públicas penais. A quarta linha tratava das políticas públicas penais com o uso de recursos como observação participante, entrevistas e análise documental. O crescimento dos estudos sobre movimento da criminalidade demandou a ascensão de estudos sobre as agências de controle e repressão ao crime. Sendo a polícia o principal alvo desses estudos. Os trabalhos de Paixão (Adorno, 1993, apud Paixão 1982a) destacam as dificuldades de inspecionar o trabalho policial levando em conta as diferenças entre o exercício prático da profissão e a estrutura formal. Algo que se caracteriza como uma

“lógica em uso nos meios policiais” vinculada especialmente à maneira de categorizar “delinquentes” e modalidades de ação “delinquencial”. Outro grande objeto deste tópico é o sistema de justiça criminal contendo obras do próprio Adorno e também de outros pesquisadores (Adorno, 1993 apud Americas Watch Committee, 1987 e 1989; Caldeira, 1991; Herkenhoff, 1987; Pinheiro e Braun, 1987), enfatiza também a amplitude do tema nas ciências sociais, destacando o trabalho de historiadores, antropólogos e sociólogos na pesquisa de práticas judiciárias (Adorno, 1993 apud Correa, 1983; Fausto, 1984; Chalhoub, 1986; Esteves, 1986; Herkenhoff, 1987). Adorno enfatiza durante a revisão que os achados desses estudos apontam para o conflito entre organização formal da polícia e a cultura organizacional de modo a gerar, por parte dos agentes policiais, um forte sentimento de desqualificação da lei, percebida como obstáculo para a boa realização do trabalho de repressão, algo que posteriormente se configura em um sentimento de antagonismo com entidades de direitos humanos, de modo que não eram raras as ações de tortura e execução de presos e detidos. (Adorno, 1993 apud Américas Watch Committee, 1987; 1993; Pinheiro e outros 1991). Esse contexto também propiciou a criminalização de determinados segmentos da sociedade com foco naqueles que não poderiam assegurar seus direitos civis diante do poderio da polícia (Adorno, 1993 apud Pinheiro, 1979; 1981; 1982; 1983 e 1984; Pinheiro e Sader, 1985; e Pinheiro e outros 1991).

O autor destaca que seus estudos sobre as políticas implementadas nas prisões pelo governo de São Paulo entre 1950-1985 (Adorno e Fischer, 1987a; 1987b) demonstram o caráter de segregação que políticas de contínua oferta de vagas no sistema penitenciário promoveram na medida em que geraram efeitos como administração inoperante, endurecimento dos métodos disciplinares, confrontos entre grupos de influência na prisão, ausência de uma política que coordene a execução penal, entre outros. Estes efeitos foram evidenciados tanto no trabalho acima mencionado como no organizado pela Fundação João Pinheiro (1984) publicado parcialmente em Paixão (1987) e Coelho (1987a). Com reverberações em (Adorno, 1993 apud Camargo, 1984; Catão e Sussekind, 1979; Fundap, 1991a; Góes, 1991; Lemgruber, 1983; Marques Jr., 1991; Paixão, 1984; Pinto, 1990; Ramalho, 1983; Rocha, 1984; Souza, s.d. e 1980b; Vincentin, 1992). O mesmo se repetiu nas análises referentes à instituições destinadas à jovens infratores (Adorno, 1991c; Alvim e Valladares, 1988; Arruda, 1983; Bierrenbach e outros, 1987; Cebrap, 1972; Guirado, 1980 e 1986; Ferreira, 1979; Fundap, 1991b; Queiroz, 1984; Silva e outros, 1988; Violante, 1983 e 1984).

A revisão realizada por Alba Zaluar (1999) afirma que os estudos sobre crime e justiça criminal estão intimamente ligados ao contexto político vivenciado no país após as profundas transformações políticas vivenciadas nos 25 anos que precederam sua revisão bibliográfica. Zaluar (1999) também fornece um enfoque importante ao papel dos pesquisadores na medida em que estes não poderiam ignorar o seu lugar de cidadãos envolvidos não só na luta educacional e em seus papéis nas instituições universitárias, mas também nos movimentos sociais e partidos políticos. Parte do rastro dessa importância do tema da sociologia da violência a partir da década de 70 segundo a autora estaria no que (Misse, 1997) classificou como ascensão da influência de um paradigma marxista que funcionava como uma boa chave explicativa na crítica aos crimes do capital e à violência de Estado. Segundo a autora, há também a influência inegável da obra de Michel Foucault fortalecendo o enfoque nos dispositivos de poder e de disciplina. Tal combinação - Marx e Foucault - teria sido majoritariamente utilizada nos estudos referentes às prisões e às polícias (Zaluar, 1999 apud Adorno, 1990, 1991b e c; Carrara, 1991 a; b; Kant de Lima, 1989 e 1997; Misse e Motta, 1979).

Aparenta uma cisão metodológica entre pesquisadores vinculados a etnografia e a estatística. Um dos motivos da disputa era a afirmação de que somente os dados estatísticos oficiais são incapazes de expressar a dinâmica cotidiana da relação entre a polícia e a população, por exemplo (ZALUAR, 1999). Com relação ao levantamento bibliográfico do campo até o ano de 1999, a autora classifica a área nos seguintes subtemas: 1) polícia - 61 trabalhos 2) sistema penal - 19 trabalhos 3) funcionamento da justiça - 24 trabalhos. Há também na abordagem da autora, espaço para outras subdivisões incomuns nas descrições de revisões bibliográficas, como os textos que ela classifica como pertencentes à uma perspectiva estrutural “seja pela via da estrutura social ou urbana desigual e iníqua, seja pela via da luta de classes, seja pela via da exclusão ou da segregação das favelas, (estes) somaram 40” (ZALUAR, 1999, p.2). A autora cita também, os estudos de representações sociais, dedicados à compreensão dos fatores que impulsionam a percepção da violência, o preconceito e a sensação de medo, somando 40. Importante notar o significativo número de estudos voltados para compreender a vitimização divididos por idade, gênero e cor, que somavam 51, que segundo a própria autora:

sobrepujaram os estudos que exibiam ou discutiam o aumento dos índices de criminalidade (33). Os primeiros contaram as vítimas, no duplo sentido da palavra, fossem eles pesquisas amostrais com dados de primeira mão feitas em algumas capitais brasileiras (quatro), fossem pesquisas baseadas nos dados de mortalidade violenta do Sistema de Informações sobre a Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (seis), fossem eles pesquisas de âmbito mais restrito sobre violência contra

mulher (14), violência contra crianças e adolescentes (21), ou envolvendo a cor da vítima e do agressor (cinco). Os segundos contaram os crimes ou os criminosos com base em dados oficiais da Polícia ou em levantamentos feitos nos arquivos do Judiciário ou do Sistema Penal no Brasil, em números gerais para anos específicos (12), numa perspectiva histórica ou tomando uma série histórica de tais dados (oito), focalizando a idade (nove) ou o gênero (quatro) dos agressores. Tanto as primeiras quanto as segundas, nas quais os métodos ditos quantitativos predominaram, foram aprimorando suas técnicas para construir indicadores sociais ao longo dos últimos 20 anos, conquistando novos adeptos e, assim, experimentando uma certa hegemonia no campo durante os anos 80 e 90. (ZALUAR, 1999, p.7)

Nesse ponto, há uma crítica da autora de que estes trabalhos teriam tomado o centro em detrimento dos estudos, ainda escassos, sobre as transformações nas organizações criminosas, tema de interesse da autora, no qual não só é referência como, até aquele momento, dominava, dado que metade dos vinte artigos escritos sobre o tema era de autoria dela. Esse ponto é determinante para este trabalho para compreendermos a frequência em que os temas vêm em “ondas”, ocupando lugares de maior ou menor destaque a depender do período. O balanço tem como principais contribuições a ideia de que há um “debate disperso” que revela o baixo consenso até então do significado da violência, dessa forma a autora ocupa-se em realizar apontamentos críticos acerca da definição das violências na literatura. Já nos direciona também para os primeiros rastros de um tema cada vez mais em voga no campo, o do medo e percepção da violência. Por fim, reflete acerca do engajamento de pesquisadores nas políticas públicas de redução da criminalidade e ressalta a necessidade de uma formação metodológica mais completa na qual integrem-se os métodos quantitativos e qualitativos.

A revisão realizada por Zaluar (1999) para a coletânea “*O que ler na ciência social brasileira*” sob organização de Sergio Miceli, novamente a redemocratização é o centro do marco temporal de interesses que iniciaram o campo guiando pesquisas que questionam a violência institucional na democracia.

A terceira revisão do campo organizada por Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda para a revista BIB nº 50 (2000) contribui para a apresentação do crescimento e diversificação do campo da sociologia da violência. Os autores esforçam-se por mapear não só os principais pesquisadores e suas temáticas de preferência, mas também apresentam gráficos e tabelas que dividem os estudos de acordo com a área de pesquisa, para compreender como se situavam as produções em segurança pública orquestradas pelas Ciências Sociais frente a outros grupos de estudo externos como o da área de saúde, por exemplo. O texto possui diversas “convergências analíticas” com o trabalho de Alba Zaluar no tipo de mapeamento adotado e ao elencar os assuntos que mais movimentavam as pesquisas. Embora, à diferença de Zaluar (1999) que menciona fatores políticos e culturais

entremeados no fenômeno da violência, os autores aqui mencionados tenham priorizado o enfoque nos fatores de natureza estatal da produção da violência (RATTON, 2018). A revisão do campo organizada por (KANT, MISSE e MIRANDA, 2000) fornece a seguinte classificação para os estudos do campo.

1) *Delinquência e criminalidade violenta:* referente à delinquência juvenil e mudanças nos padrões de criminalidade, tais como o crescimento dos índices, e o perfil social dos acusados. Aqui estão contidos a maior parte dos trabalhos vinculados à prática do tráfico de drogas e as mudanças nos padrões da criminalidade urbana, a exemplo dos estudos de Adorno (1991), Luiz Eduardo Soares (1996) e Michel Misse (1999), há também a referência ao estudo pioneiro de Alba Zaluar (1985) sobre a Cidade de Deus e o de Cecília Minayo sobre “galeras” (RAMOS,2012)

2) *Polícia e sistema de justiça criminal:* O segundo bloco contava com menor número de textos ao longo da trajetória do campo até o fim dos anos 1990, porém já contavam com artigos de nomes importantes da área como Paixão (1982,1995);Guaracy Mingardi (1992), Kant de Lima (1995), Bretas (1997) e Holloway (1997) e estudos mais específicos sobre as organizações policiais, como os de Leonarda Musumeci sobre polícia comunitária (1996), Ignacio Cano (1997) e Jacqueline Muniz e Barbara Soares (1998) e novamente Jacqueline Muniz (1999).

3) *Políticas públicas de segurança:* Essa vertente seria menos consolidada que as duas primeiras. De modo a fazer com que os autores comentassem mais abertamente sobre a vivência política contemporânea e os desafios da segurança pública em especial no Rio de Janeiro. Sendo as principais referências os trabalhos de Luiz Eduardo Soares (1996, 1998), o livro *Meu casaco de general* (2000) e trabalhos de João Trajano Sento-Sé (1998). A vertente também abarcaria as pesquisas de vitimização e análise estatística, às violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente, os estudos sobre medo e insegurança além dos estudos sobre a atuação de ONG’s de direitos humanos. Por fim, os chamados “estudos problemáticos” para a segurança pública também comporiam o quadro, ou seja, os referentes à violência racial, doméstica e contra a mulher. O uso do termo problemático para estes últimos estudos que se referem a violências cotidianas sofridas por minorias é interessante, pois denota a marginalidade dos temas. Ao mesmo tempo esta é uma das poucas revisões a oferecer certo destaque e referência a estes. O próprio termo “problemático” pode ser pensado como um tema que precisa ser enfrentado posto que é desafio, ou seja, “apresenta um problema” ou pelo ângulo de que são temas controversos ou predispostos à discussão.

4) Violência urbana: imagens, práticas e discursos

Por fim, o quarto grupo refere-se aos estudos sobre mídia, grupos culturais, pesquisas de opinião e análises de discurso sobre violência. Os autores visivelmente optaram por tratar dos temas mais reverenciados e pesquisados até chegar aos com menor número de referências e estudos consolidados, de certa forma, essa abordagem pode até mesmo prever grandes objetos vindouros para o campo. Portanto, os autores ocupam-se também de tratar de temáticas que ainda engatinhavam em seu surgimento como as pesquisas sobre controle democrático da violência, ilegalismos, formas organizadas de crimes, violência entre gangues, reforma das polícias e encarceramento em massa. (Ramos, 2012)

A revisão bibliográfica de Sérgio Adorno e César Barreira (2010) compôs a coleção “Horizontes das Ciências Sociais no Brasil” publicada pela ANPOCS, o capítulo escrito pelos autores cumpre a função mencionada anteriormente de periodizar e renovar os debates organizados até então no âmbito da sociologia da violência. Ou seja, os autores dialogam abertamente com as revisões predecessoras, mas também mencionam tendências importantes do campo naquele momento como o surgimento e consolidação de mercados informais ilegais, a diversificação organizacional do crime, as possibilidades de reforma das instituições policiais, a ampliação dos estudos sobre os homicídios, entre outros. revisão realizada por Campos e Alvarez (2017) em que foram analisados os artigos das revistas classificadas como A1 no período de 2000 a 2016. Neste artigo os autores subdividem o campo em alguns eixos - políticas públicas, violências e sociabilidades, sociologia da punição para prosseguirem com a análise dos problemas teórico-metodológicos apresentados em cada um deles.

Por fim, a publicação BIB de número 84, representa um enorme ganho para o campo da sociologia da violência, pois trata-se de um projeto coeso de revisões e discussões sobre vertentes e sobre o campo como um todo. O artigo de Ludmila Ribeiro e Alex N. Teixeira realiza uma reflexão crítica sobre a diversidade metodológica e o que seria o “calcanhar de Aquiles” dos estudos de violência: a ênfase em temas ao invés de teorias e métodos de pesquisa. Com um levantamento que englobou 546 trabalhos, os autores encontraram evidências de que os principais recursos na área são o uso de entrevistas, em estudos qualitativos e quantitativos e as etnografias.

É importante notar que as revisões costumam também incorporar menções aos desafios da área. No caso, o principal deles, segundo os autores, e que para o propósito dessa dissertação seria inevitável mencionar é o do acesso aos dados de segurança pública, justiça e sistema penitenciário. Posto que, ou as informações estão completamente indisponíveis, ou

desorganizadas ou há a recusa por parte dos gestores públicos em permitir o acesso aos bancos de dados existentes.

Algumas publicações empreendem um tipo diferente de revisão bibliográfica, a primeira delas é o livro *“As ciências sociais e os pioneiros”* organizado por Lima e Rattón (2011), um projeto muito interessante no qual foram realizadas diversas entrevistas com pesquisadores/as canônicos do campo, que reconstituem a partir de suas trajetórias pessoais, a história da organização do campo, do nascimento de temáticas e dos desafios enfrentados no desenvolvimento da área. Um modelo que inspira bastante a forma como penso a dissertação aqui proposta.

O segundo trabalho também é um empreendimento raro e trabalhoso nas ciências sociais, a formulação de um compilado de revisões bibliográficas dos subcampos contidos pela grande área de segurança pública, justiça e violência intitulado *“Estado, polícia e justiça criminal”* com organização de Renato Sérgio de Lima, José Luiz Rattón e Rodrigo Ghiringhelli (2014). Uma publicação bastante completa e que contou com o envolvimento de pesquisadores de diversos centros de pesquisa do país. O projeto envolve não uma revisão do campo propriamente dita, mas sim a construção de verbetes pertinentes à discussão realizada no campo da violência e criminalidade no Brasil.

Já o artigo de Ludmila Ribeiro e Alex Niche Teixeira tem um enfoque de revisão das estratégias metodológicas dos pesquisadores do campo, em uma análise dos artigos publicados em periódicos classificados como A1 e A2. O artigo reafirma um padrão observado e criticado nas ciências sociais, qual seja o do perfil qualitativista de pesquisa.

Evidentemente, há também as revisões específicas de determinadas temáticas que evocam desafios metodológicos particulares de determinadas áreas, a exemplo do artigo de Muniz, Caruso e Freitas (2018) intitulado *“Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000”*. Este menciona o engessamento do conceito de cultura policial, bem como a necessidade de construir uma perspectiva analítica mais rica e com uma abordagem compreensiva das polícias.

1.3. Uma crítica da memória intelectual: as disputas no campo da violência, crime e segurança pública

Como exposto nos itens anteriores focados na memória intelectual e na revisão bibliográfica do campo, a sociologia da violência é uma área em crescimento constante no Brasil, de forma que os balanços bibliográficos para além da consolidação da produção

denotam também os novos caminhos do campo. Porém, a construção de um quadro geral da área nos demonstra, desde os títulos das publicações, que ainda há certa dificuldade em nomear e traçar um caminho “único” do campo. A obra tomada como referência no primeiro item deste capítulo: “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos” exibe três nomeações diferentes para o campo, exemplificando essa inconstância e dualidade entre não encontrar um consenso e respeitar as diferentes acepções de estudos da área. O mesmo se repete em uma das principais obras a estruturar o estado da arte do campo, o livro “Crime, Polícia e Justiça no Brasil” que também conta com um título que abarca uma amplitude expressa em sessenta capítulos com diferentes focos temáticos.

A inconstância na nomeação gera ainda outro desafio, o de compreender a expansão do interesse no campo a partir da pesquisa de palavras chave nos bancos de teses e dissertações da CAPES, afinal seria necessário testar múltiplas palavras para compreender a extensão de todo um subcampo da Sociologia, como empreendido por (Lima, 2009, p.1):

“dos pioneiros trabalhos de Ciências Sociais de Michel Misse, Alba Zaluar, Edmundo Campos Coelho, Paulo Sérgio Pinheiro, Luís Antonio Paixão (sic), Sérgio Adorno, entre outros, o país saltou, segundo o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, em pesquisa realizada em abril de 2007, para 2.044 trabalhos contendo a violência como palavra chave. Esse salto na produção acadêmica sobre o tema é ainda mais eloquente quando consideramos uma pesquisa um pouco mais refinada: ao trocarmos a palavra-chave para “direitos humanos”, teremos 2.699 teses ou dissertações; para “crime”, teremos 1.075 pesquisas; para “criminalidade”, 790 trabalhos; para “polícia” 621; para “justiça criminal”, 174; para prisões, 124; para “tráfico de drogas”, 106 estudos; e finalmente, para “guardas municipais”, 18 teses ou dissertações”.

A múltipla possibilidade de nomeações revela um dos grandes pontos de disputa e discussão de autores no campo: o investimento maior em temáticas do que em teorias. Tal problema é abordado pelos pioneiros, mas também encontra espaço em uma discussão de autores contemporâneos como Ludmila Ribeiro (2011) e Francisco Thiago Vasconcelos (2009).

1.3.1 Elementos constitutivos do pioneirismo:

Para a compreensão do campo de estudos em violência, crime e segurança pública é importante evocar a problematização das posições de poder e as disputas do campo. Nesse sentido, Bourdieu (2004) a partir da preocupação com o discurso científico pode nos fornecer o aporte necessário para pensar os conceitos de campo e capital científico no que se refere aos pioneiros da segurança pública. Utilizar as entrevistas e as revisões bibliográficas do campo é uma tentativa de compor um quadro ainda mais extenso que seria o que Bourdieu compreende como campo, que engloba não só a produção intelectual, mas também a inserção dos

indivíduos, os monopólios, interesses, consensos e discordâncias e os consensos na produção e reprodução de conhecimentos científicos.

Dessa forma, os agentes implicados no campo agem de acordo com a posição que ocupam na estrutura de relações e, portanto, os pioneiros são os agentes que ocupam posições prestigiosas, com maior acúmulo de capital. Indivíduos que não só inauguram temáticas, como também realizam a análise e reflexão das mesmas por meio das revisões bibliográficas e de suas declarações que condicionam as ações dos demais agentes da área. Ou seja, os pioneiros são aquelas/es autoras/es que deixam uma marca tão profunda no campo, que tornam-se inescapáveis aos demais pesquisadores e estudantes, seja por serem lembrados e citados em papers, artigos, teses e dissertações, seja por influenciarem a própria forma como os conhecimentos do campo são absorvidos, corroborados, negados ou marginalizados.

Portanto, o campo é propriamente relacional ao evocar tanto a disputa de forças quanto a arquitetura das relações entre agentes. Nesse sentido, Bourdieu (2004) ao definir capital científico como uma forma específica de capital simbólico baseada em conhecimento e reconhecimento dos pares do campo, reitera a importância das citações, dos prêmios e da seleção dessas figuras específicas enquanto personagens determinantes do campo da sociologia da violência. Quer estes pesquisadores aceitem ou não o título de pioneiros. A disputa de aquisição ou negação desse título é abordada nas entrevistas concedidas ao livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos (2011)”. Sobre autoras que não conquistaram o título de pioneiras no campo, mas são lembradas durante as entrevistas:

Devo reconhecer que as pioneiras que trouxeram as questões de direitos humanos para a universidade foram a Rosa Maria Fischer e a Maria Victoria Benevides, que escreveram antes de qualquer pessoa o livro *Meninos da rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo, sobre violência contra as crianças de rua*. Acredito que elas fizeram essa pesquisa antes de qualquer um de nós. Há também uma precursora em outra área, da saúde pública, Maria Helena Prado de Mello Jorge, que fez pesquisa sobre homicídios muito antes de nós no NEV. (Paulo Sérgio Pinheiro. LIMA; RATTON, 2011 p.47)

Estas podem não ter conseguido tal título devido à ausência de uma rede de pesquisadores que pudesse mobilizar a fundação de um campo, ou seja, um isolamento de quem escreve muito antes da temática constituir-se enquanto tendência. A questão é abordada por um dos pesquisadores pioneiros, Michel Misse, que mesmo após um hiato de dez anos, consegue retomar o reconhecimento no campo:

(...) Como naquela época não havia essa área temática, as pessoas que começaram a publicar na década de 1980 não conheciam o que foi feito no início dos anos 1970. Quase ninguém cita o “Delinquência juvenil na Guanabara, de 1973, nem o “Crime:

o social pela culatra”, de 1979. Sérgio Adorno menciona este último, em sua resenha de 1986, mas com a data de publicação errada, 1982. Passei vários trabalhos para Alba Zaluar, quando a encontrei em Paris, em 1997, que ela aproveitou na resenha que escreveu para a Anpocs, em 1999. É aí que ela cita meus trabalhos anteriores, os quais provavelmente ela também não conhecia. Há ainda os trabalhos que não foram publicados (....) Mas, de modo geral, encerrei meu investimento nessa área por volta de 1983, voltando-me inteiramente para a teoria, e só retomei em 1993, ou seja, há um intervalo de dez anos. E nesses dez anos mudou tudo: quando retomei, em 1993, já havia um campo temático relativamente consolidado, com vários especialistas publicando. E com toda uma linha de pesquisa... Com toda uma linha de pesquisa. Vários, né? E curiosamente eu estava excluído dessa área temática que ajudei, de certo modo, a criar. Eu estava excluído porque, por um lado, me afastei e, por outro, ninguém conhecia meus trabalhos mais antigos e, então, ninguém citava. (Michel Misse, LIMA; RATTON,2011, p.20)

Há também os exemplos de pesquisadores que de alguma forma negam o título de pioneiros, ou o contextualizam:

Não é bem pioneirismo, pois eu não estava com isso na cabeça, não estava querendo ser o primeiro, nem pioneiro. Fiz uma tese sobre um assunto que, pessoalmente, achei interessante, talvez por ser formado em direito no Brasil e depois ir conviver diuturnamente com as formas de controle social dos EUA, que eram diferentes, e vi com outros olhos aquelas de controle social no Brasil, e não encontrei nada escrito sobre isso. Eu ficava muito desconfortável porque todo mundo nos EUA, inclusive os colegas brasileiros, dizia que a América do Sul é suja, é violenta, barulhenta, desorganizada e não sei mais o quê, e os EUA eram uma maravilha de ordem. Maravilha, nada! E resolvi escrever uma tese sobre isso para quê? Para compreender algo que eu não compreendia, para satisfazer o meu espírito! Então, eu não estava querendo ser pioneiro... Nesse sentido, a palavra pioneiro parece que a pessoa tinha um (projeto)... (Roberto Kant de Lima, LIMA; RATTON,2011. p.136

Primeiro, gostaria de dizer que fico muito feliz em poder participar desse projeto de produção acadêmica, que se propõe à construção de uma memória intelectual. Trata-se de iniciativa extremamente importante, porque, muitas vezes, os pesquisadores vão construindo individualmente suas trajetórias e seus espaços, mas é importante pensar a questão do ponto de vista de um grupo e, portanto, de algo que pode unir esse grupo, da perspectiva teórica à seleção de objetos de pesquisa, como condição para que se constituam um denominador comum e um campo de saber. No caso da violência, talvez pela recorrência que o tema tem alcançado fora da Academia, seu tratamento acaba se transformando em objeto extremamente difícil de ser abordado, porque parte é constitutiva do senso comum. Creio que estabelecer essa separação é importante, e esse livro certamente vai contribuir para isso. Ao mesmo tempo, eu queria dizer que não me sinto parte das e dos pioneiros e por isso fico ainda mais feliz por ter sido lembrada. De fato, minha inserção na temática é tardia; se, do ponto de vista etário, posso me identificar com algumas dessas pessoas, em termos de temporalidades os pioneiros são aqueles que, certamente, começaram a trabalhar e a refletir sobre a temática bem antes de mim. (Maria Stela Grossi Porto, LIMA; RATTON, 2011, p.210).

Ou seja, embora a identificação de pioneiros do campo da sociologia da violência possa ser elencada a partir de obras que incluem entrevistas com esse quadro de pesquisadores, ela imprime uma seleção com alguns critérios e abordagens privilegiadas. A

própria obra caracteriza os pioneiros a partir de um critério simples: intelectuais que “desde a década de 1970 e 1980 construíram uma reflexão sistemática e permanente, voltada, prioritariamente, para as questões sobre violência, criminalidade, organizações policiais e do sistema de justiça e políticas públicas de segurança” (Lima; Ratton, 2011, p. 11).

O que efetivamente pôde ser observado durante a leitura dos materiais que constituíram este trabalho é que um dos critérios que poderia ser elencado para demarcar o pioneirismo de um pesquisador ou uma pesquisadora é o do pioneirismo temático, ou seja, a proposição de um tema ou objeto que até então jamais havia sido abordado, o segundo critério para construção da figura do pioneiro, provavelmente é o da capacidade de elaboração de explicações generalistas para os fenômenos. Alguns exemplos trazidos por Ribeiro (2011) são o conceito de ethos guerreiro de Alba Zaluar, sociabilidade violenta de Machado da Silva e o de sujeição criminal de Michel Misse, todos apresentam esforços teóricos de médio alcance, em um esforço de entendimento mais “globalizado” de seus objetos, mas também criando pontes de comunicação com outros pesquisadores que podem utilizar esses conceitos como lentes para enxergar outros fenômenos em suas pesquisas.

Isso não significa dizer que todos os pioneiros possuem teorias de médio alcance, mas sim que estes em geral se enquadram em uma das categorias apresentadas acima, ou até mesmo em ambas. Como veremos a seguir, a formação teórica e a própria dúvida sobre a capacidade do campo de se constituir ultrapassando os obstáculos da fragilidade da mera “descrição dos fenômenos” está presente na crítica ao campo. Por fim, há talvez um outro critério a ser considerado, a composição narrativa do campo nas próprias revisões bibliográficas. Os pesquisadores que são considerados pioneiros são, na maior parte dos casos, os pesquisadores que narraram o campo nas revisões bibliográficas mais importantes, referenciando suas próprias obras, bem como um quadro seletivo de pesquisadores, ou seja há um reforço constante nas leituras do campo, em especial nos balanços bibliográficos, acerca do entendimento destes pesquisadores como precursores.

Ramos (2017) alerta para o fato de que embora as entrevistas com os pioneiros denotem que o campo se constitui com forte presença de pesquisadores advindos da área do Direito, fica claro que há uma disputa com os juristas. Em especial porque os cientistas sociais passam a tomar uma posição de desafio a alguns dos consensos que já estavam delineados no que se refere ao estudo da violência até então. Um dos trechos em que esta disputa está mais demarcada é na entrevista de Roberto Kant De Lima, ao expor um conflito na publicação de um artigo seu para a Revista Brasileira de Ciências Sociais.

(...)Mandei o artigo e ele foi desqualificado por um advogado que era um consultor da revista. Ele dizia que o meu artigo faltava com a verdade, mentia, que não era nada daquilo que a minha etnografia descrevia, porque na Constituição dizia isso e no Código de Processo Penal dizia aquilo, e o meu artigo dizia outra coisa!!! Coisas do tipo: que a Polícia Civil não faz ronda, vigilância, a Polícia Civil, e de acordo com a Constituição, trata do inquérito policial, e quem faz ronda é a PM. Então, esse artigo só foi publicado em 1989, porque a editoria da RBCS mudou para o Rio. Mandou me chamar e disse: “professor, mas esse seu artigo, como é que fica?”. E eu respondi: “Fica. Eu já escrevi o que é, eu já respondi o que o consultor criticou. Isso daí é uma maluquice”. Na minha resposta critiquei, inclusive, a RBCS, como uma Revista Brasileira de Ciências Sociais vai perguntar para um jurista o que ele acha do que um etnógrafo fez? Quais são os critérios científicos disso? O que um jurista tem a ver e que poder ele tem para desqualificar o trabalho sociológico dessa maneira? Ele dizia: “falta com a verdade”. (KANT DE LIMA, 2011, p. 128)

A sociologia da violência caracterizou-se então pela construção de uma explicação própria que pudesse diferenciá-la do campo do Direito. Esse processo implicou não só em um léxico que rompesse com as explicações hegemônicas sobre crime e violência. Considerando que muitos preconceitos sobre a criminalidade encontravam-se entranhados nas formulações jurídicas tornando a crítica necessária. A sociologia da violência trouxe então “novidades metodológicas” e uma outra perspectiva teórica que buscava se distanciar da então fatigada perspectiva marxista (RAMOS, 2017). Como exposto na introdução deste trabalho, na fase inicial desta pesquisa realizei algumas ‘conversas informais’ com pesquisadores do campo, entre eles, R. um pesquisador da sociologia das relações raciais que propôs que:

“Mas eu acho que você percorrendo os problemas de pesquisa, identificando nestes problemas de pesquisa quem são os sujeitos de direitos que seriam beneficiados pela solução dos problemas que as políticas públicas teriam que resolver. Sim, tem uma diferença né? entre o problema que a política pública tem que resolver e o problema teórico para investigar, mas eu acho que você percorrer isso, ia ser muito produtivo”.

A relação entre tendências teóricas e as influências internacionais no cenário acadêmico do período de constituição do campo, entre os anos 1970 e 1980 também reforça o declínio das explicações marxistas e o entusiasmo com a visita de Michel Foucault ao Brasil, bem como a inserção dos estudos da Escola de Chicago no cenário acadêmico do país. Dessa forma, a inserção de uma tendência modificava até mesmo a aceção desses sujeitos, ao que Ramos (2017) aponta para a passagem de “trabalhadores pobres” para os “reprimidos pelo Estado”.

No Brasil, não se desenvolveu uma criminologia como nos países anglo-saxões e mesmo na França e no continente, na Espanha, etc. No Brasil, a criminologia esteve sempre vinculada ao direito penal. Então, ela não se desenvolveu como uma área

interdisciplinar em que havia sociólogos, antropólogos e a figura interdisciplinar do criminólogo. Isso no Brasil não existiu. Então, as referências teóricas eram jurídicas, e nesse sentido você tem uma criminologia crítica de orientação jurídica no Brasil, com Roberto Lira Filho, Roberto Aguiar, Juarez Cirino dos Santos, Nilo Batista... Todos os estudos clássicos norte-americanos eram citados, mas jamais lidos ou absorvidos em pesquisas. Então, quando chega o Foucault, as ciências sociais se entregam à sua crítica da criminologia como parte do dispositivo da biopolítica. Por outro lado, o marxismo já estava em crise. Então, para onde poderiam ir as ciências sociais? Para o Foucault. (MISSE, 2011, p. 2).

Nesta perspectiva, o que o pesquisador aponta em seu artigo para o site “Justificando” é a de que a noção de classe marxista passa então a dar lugar a uma espécie de “sujeito sociológico”, ou “ente coletivo”: o povo. Este seria a maior vítima da violência do Estado. Tal perspectiva embora tenha gerado um quadro estatístico importante para a compreensão dos fenômenos e eficaz para o uso institucional e midiático não pôde complexificar e delinear esse sujeito ao mesmo tempo em que também ensaiava uma perspectiva otimista na qual a saída do momento político repressivo vivenciado até então só poderia dar vida à um momento de maior aquisição de direitos e diminuição dos conflitos violentos, o que não se efetivou.

Caracterizar esse sujeito da violência ao longo do tempo nos permite pensar que “este diálogo contribui para superar uma visão na qual o tal “povo”, vítima preferencial da violência, é alheio às divisões de classes, não possui cor nem raça e parece desaparecer quando olhamos de perto.” (RAMOS,2017)

1.3.2 Críticas metodológicas internas:

Não são poucos os autores (RIBEIRO e TEIXEIRA, 2018; SOARES, 2005; REIS, 1993) que apontam para a fragilidade metodológica nas Ciências Sociais como decorrência de uma hostilidade aos métodos quantitativos e à estatística, mas sem que se utilizasse qualquer método qualitativo rigoroso que pudesse preencher essa ausência. O dilema teórico-metodológico não se encerrava aí, visto que se entendia erroneamente o qualitativo como “tudo aquilo que não fosse quantitativo”, mesmo sem o devido uso de métodos de análise de dados qualitativos, uso de entrevistas em profundidade, etnografia e observação participante. Tornando os trabalhos publicados nas revistas brasileiras de caráter mais ensaístico do que qualitativo ou quantitativo (SOARES, 2005). Ribeiro e Teixeira (2018) revisitam as revisões bibliográficas e encontram, já na primeira revisão organizada por Sérgio Adorno, uma delimitação não só dos fundadores da área como também o destaque dos campos mais relevantes em desenvolvimento até então. Essa primeira revisão é marcada também pelo

enfoque regionalista no qual as pesquisas contam com análises quantitativas e qualitativas voltadas somente para a região Sudeste.

Há uma inclinação de que os trabalhos qualitativos abordem práticas microssociais e interacionais enquanto as análises quantitativas estariam vinculadas a perspectivas macrossociológicas. Embora ambos adotem grupos e territórios como unidade de coleta, padecem de uma baixa avaliação crítica das heterogeneidades intrínsecas a esses grupos de coleta (NERY e ADORNO, 2015).

Ribeiro e Teixeira (2018) destacam que a postura em relação aos métodos quantitativos pode ter refreado o desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, e no caso específico da sociologia da violência tal fato impossibilita a formação de bancos de dados nacionais já que seria necessária a participação de diversos centros de pesquisa com formação metodológica sólida para a realização das pesquisas. Embora já exista um número maior de pesquisas quantitativas, elas ainda são a menor parte da área no Brasil (RIBEIRO e TEIXEIRA, 2018; NEIVA, 2015).

O artigo de Renato Sérgio de Lima (2012), em homenagem à trajetória intelectual de Sérgio Adorno, intitulado “A influência da trajetória intelectual de Sérgio Adorno nos estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil” nos oferece o relato de uma pergunta formulada pelo autor, seu homenageado e a pesquisadora Jacqueline Sinhoretto: “até que ponto é possível pensar na formação de um campo de estudos sobre violência no Brasil?” “Podemos pensar em uma escola paulista de pesquisa?”. O próprio autor nos apresenta uma perspectiva sobre os desafios dessa empreitada. “No entanto, não existiam compilações e/ou balanços que permitissem uma genealogia desse campo ou que autorizassem a ideia de “escola”, até em razão de este ter assumido feições mais nítidas somente nos últimos quinze anos e ter raízes em contribuições quase que simultâneas de todo o país, com destaque quantitativo para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo” (LIMA, 2012, p.102).

O desafio relatado pelo pesquisador em pensar uma genealogia de um campo ainda recente e que possui configurações regionais bastante particulares me motiva a pensar como é possível construir uma genealogia interna a genealogia do próprio campo, ou seja, como construir uma genealogia de um tema rastreando seus usos e os conflitos resultantes de sua tematização dentro das regiões, escolas, centros de pesquisa, grupos de trabalho e congressos, em especial tratando-se de um tema como a raça, que flutua em múltiplas vertentes das pesquisas conduzidas pela sociologia da violência, como no campo da seletividade penal, acesso à justiça, letalidade policial, juventude, entre outros.

No que diz respeito especificamente às Ciências Sociais, contudo, se é possível pensar em um campo já em estágio avançado de formação, também é necessário pensar que algumas de suas marcas seriam a forte disputa de posições, o dinamismo dela derivado e a pluralidade de abordagens, tradições teóricas e perspectivas metodológicas adotadas. Evidência de tais fatos, não à toa, a própria nomeação do campo é controversa e variável, reconhecendo-se a existência de uma grande zona de incertezas na definição dos seus principais territórios explicativos. (LIMA, 2012, p.102)

Dessa forma, aqui podemos trilhar um caminho derivado da perspectiva proposta por Lima (2012) marcado pelo reconhecimento da “disputa de posições e pluralidade de tradições teóricas”. Uma forma de perceber essas disputas está na própria aceção do que constitui o campo, um problema discutido em entrevistas pelos cânones. É o esforço de recuperação das memórias de constituição do campo, como o presente no livro “As Ciências Sociais e os pioneiros no estudo do crime, da violência e dos direitos humanos no Brasil”. A partir da coleta desses depoimentos é possível acompanhar como o tema da violência passa da marginalidade à uma posição de centralidade que arrecada recursos, redes de fomento e pesquisa. O livro denota a importância de um viés geracional que expressa os conflitos entre a incorporação do importante legado canônico, mas também dos novos direcionamentos possíveis para o campo, e até mesmo questionando as figuras que são mais comumente consideradas pioneiras, posto que muitos outros pesquisadores tiveram participações importantes na forma como se concebe a discussão teórico-metodológica da área como Maria Victoria Benevides, Teresa Caldeira, Elizabeth Sussekind, Gizlene Neder, Maria Cecília Minayo, Heleieth Safioti, Sergio Carrara, Mariza Corrêa, Maria Filomena Gregori, Jacqueline Muniz dentre outros.

De todo modo, os critérios objetivos que informaram a eleição dos pioneirismos, que se cruzam em maior ou menor grau na trajetória de cada pesquisador, oferecem ao leitor uma demonstração significativa do processo de auto reconhecimento de uma comunidade, no sentido antropológico, e dos processos de fundação de um campo, ainda em construção: foram reunidos pesquisadores que impactaram nas interpretações sobre o crescimento da violência urbana e da continuidade autoritária apesar da transição democrática; que cumpriram o papel de *institutional buildings* e de formadores de novos pesquisadores na área; e que desempenharam um papel político no debate público, junto à imprensa, a movimentos sociais e a órgãos estatais. Assim, apesar das marcas de seletividade, o resultado é fecundo para a interpretação dos acúmulos teóricos, das convergências e divergências entre os cientistas sociais desta área. (VASCONCELOS, 2012, p.572)

Para o propósito deste trabalho, um aspecto importante a ser considerado no que se refere ao fato de que por ser um campo novo, como bem mencionado por Vasconcelos (2009, p.44) a sociologia da violência pouco menciona obras brasileiras dos anos 30 e 50 como as de

Caio Prado, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, isso porque esta se inspira em uma tradição norte americana, o que possibilitou ao mesmo tempo um caminho novo para o campo, mas também uma ausência de envolvimento com a produção sociológica e histórica formadora do imaginário social brasileiro.

Como a presença constante de conflitos interpessoais no Brasil compôs somente em um período recente um campo de estudos (Vasconcelos, 2014, p.104), podemos pensar nessa pergunta também no que se refere à raça? Um componente de enorme onipresença na sociologia brasileira, mas ainda sem a centralidade nos estudos da violência e segurança pública?

Capítulo 2. Uma história da temática racial na sociologia da violência

Neste segundo capítulo busquei recompor o histórico das discussões sobre a temática racial nas Ciências Sociais, já que de forma geral este é um dos grandes temas da sociologia brasileira. Posteriormente, abordo a inserção específica do tema na Sociologia da Violência, apresentando perfis dos autores e textos que realizam essa interlocução, bem como apresentando discussões proporcionalmente menos presentes: a violência contra indígenas e imigrantes orientais.

2.1- Relações Raciais nas Ciências Sociais Brasileiras:

A forma como são estruturados os estudos raciais no Brasil e as inquietações dos intelectuais da sociologia foram alvo do interesse de muitos pesquisadores que construíram revisões bibliográficas importantes acerca do tema no campo das ciências sociais. Entre estes pesquisadores está Antonio Sérgio Guimarães (1999) que pontua que as primeiras formulações sobre “raças” estavam ligadas a subdivisões que mesclavam características morfológicas como cor da pele, forma craniana e formato de lábios e narinas com características morais e intelectuais e que estas particularidades eram vistas como essenciais para definição do potencial das raças para a civilização. A esse tipo de convicção, até então considerada como científica, dá-se o nome de racismo.

Essas doutrinas, consideradas científicas, que Appiah chama de racismo, serviram para justificar diferenças de tratamento e de estatuto social entre os diversos grupos étnicos presentes nas sociedades ocidentais e americanas, conduzindo, quase sempre, a um racismo perverso e desumano, genocida, mas outras vezes condescendente e paternalista, como o manifestado por Nina Rodrigues, ele mesmo ogã de um terreiro de candomblé na Bahia. A partir do começo do século XX, com o

crescente prestígio das teorias mendelianas, que relegaram as classificações morfológicas a aproximações grosseiras, o conceito de "raça" perdeu importância científica, sendo parcialmente abandonado pela biologia. (GUIMARÃES, 1999, p.147-148)

Segundo o autor, no entanto, o século XIX trouxe as teorias raciais novamente ao centro das discussões, na medida em que estas embasaram a legitimação de ideologias nacionais e nacionalistas, com efeitos visíveis tempos depois, a partir das décadas de 1920 e 1930 nos Estados nacionais imperialistas. Para Guimarães (1999) foi esta coleção de eventos de graves consequências que impactou na forma como cientistas, em especial os biólogos, antropólogos e sociólogos passaram a negar o conceito de raça. Tanto para reafirmá-lo como algo que não possui nenhum embasamento biológico real, quanto para substituir o termo por outros que pudessem realocar a ideia de que as diferenças existentes entre grupos humanos na verdade eram diferenças culturais. Dessa forma, deu-se a adoção do conceito de “população” em biologia e de “etnia” em ciências sociais.

O antropólogo Roque Laraia e o sociólogo Antonio Sérgio Guimarães serão duas referências iniciais de revisão bibliográfica para que se possa resgatar o histórico das relações raciais nos estudos feitos no âmbito das Ciências Sociais no Brasil, estes adotam uma abordagem seletiva para construir a narrativa que se acredita ser melhor para descrever o campo. Portanto, o mesmo vale para este primeiro exercício de aproximação e reconstrução da história da área das relações raciais para os fins desta dissertação, ou seja, assume-se que determinadas perspectivas ficarão de fora em detrimento das que tiveram maior destaque e interlocução na pesquisa acadêmica até então.

Optou-se por apresentar revisões mais antigas que retomam o início do campo para ressaltar que a temática racial sempre foi de interesse das Ciências Sociais. Um motivo importante para escolher revisões que partem de duas disciplinas ‘co-irmãs’ e que são fundantes das ciências sociais: Antropologia e Sociologia é a compreensão das especificidades do olhar de cada área. Um exemplo é o fato de que o foco inicial das pesquisas antropológicas no Brasil esteve majoritariamente voltado para o estudo das populações indígenas, de forma que a pesquisa sobre as relações entre negros e brancos era objeto quase exclusivamente sociológico (LARAIA, 1979). Há que se reconhecer também que como exposto por Abdias Nascimento (1978) o Brasil esforçou-se pelo apagamento de uma parte determinante de sua história quando, a mando do ministro de Finanças Rui Barbosa foram incinerados todos os documentos referentes ao tráfico negreiro e à escravidão, estes continham estudos demográficos e estatísticos que teriam sido peça chave para as pesquisas

com foco na “compreensão e análise da experiência africana e de seus descendentes no país”⁶ (NASCIMENTO, 1978, p.78).

Laraia (1979) relembra que Abdias Nascimento já apontava para o fato de que os primeiros estudos sobre os negros no Brasil foram feitos por psiquiatras, o primeiro deles é Nina Rodrigues (1862-1906). Seus trabalhos apresentam uma perspectiva patologizante da população negra, bem como um discurso marcado pela culpabilização deste pelo “subdesenvolvimento da nação”. Alguns de seus trabalhos são: “*Mestiçagem, degenerência e crime*”; “*A paranóia entre os negros*”; “*A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros do Brasil*”; “*Antropologia patológica: os mestiços*”. Laraia ressalta que todos esses trabalhos apresentam uma ausência evidente de qualquer fundamentação científica e são marcados somente pela manifestação de uma estereotipia negativa sobre o negro. Para Nina Rodrigues, a solução para o “problema do Negro” é a gradativa dissolução destes na população branca através da mestiçagem. O autor finaliza sua apresentação de Nina Rodrigues, com uma afirmação do sociólogo Guerreiro Ramos “Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época em que viveu”. (LARAIA, 1979, p.161 apud RAMOS, 1948⁷).

Ainda nessa chave de compreensão partilhada por Nina Rodrigues encontra-se o sociólogo Oliveira Vianna (1883-1951). Em sua obra “Raça e assimilação” (1932) e em “Evolução do povo brasileiro” (1923), Vianna expõe, respectivamente, sua crítica aos teóricos que já naquela época apontavam para a igualdade das raças bem como sua adesão ao arianismo e à tese de que o negro seria o responsável por refrear a formação e o progresso da nação. A “solução” apontada com entusiasmo pelo autor está contida no movimento imigratório europeu, que significaria o aumento do “coeficiente da massa ariana pura”.

Arthur Ramos (1903-1949) catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil realiza a crítica a Nina Rodrigues apontando sua obra como fruto de uma época em que as teses de desigualdade racial tinham maior circulação científica, evidenciando que o autor não criou as pontes necessárias para notar a falta de sustentação de suas teses. Entretanto, Ramos substitui o foco biológico adotado até então por um argumento que justifica a desigualdade das raças a partir de uma pretensa inferioridade cultural.

Já Alberto Torres (1865-1917) parece exibir um diálogo mais amplo com os cientistas da época, a exemplo de Ratzel (1844-1904) e Franz Boas (1858-1952) afastando a ideia de

⁶ Tal cenário de omissão de informações é ainda mais importante quando pensamos nos dados que ainda hoje são omitidos e escamoteados no que se refere à saúde, segurança e bem estar da população negra.

⁷ RAMOS, A. Guerreiro. Contatos Raciais no Brasil. Quilombo, 1 (1), 1948.

que a raça seria determinante para o que era percebido como “grau de civilização” de uma nação. O que Laraia (1979) reitera é que Torres menciona que as ideias racialistas sobrevivem ao desenvolvimento científico, de forma que teorias que já se encontravam superadas ainda foram utilizadas como justificativa em eventos nos quais uma suposta superioridade étnica acoberta as ambições imperialistas de uma nação, como no nazismo. Entretanto, é com Torres que se inicia a anulação do “problema da raça” para se pensar que o verdadeiro problema nacional é o da classe.

As revisões bibliográficas costumam situar a obra de Gilberto Freyre entre os maiores marcos do campo. Segundo Laraia (1979) é a partir de Freyre que pode ser demarcado o apogeu e o declínio dos trabalhos de gabinete. Em “Casa Grande e Senzala” (1933), Freyre valoriza positivamente a mestiçagem e constrói sua obra em torno de múltiplos mitos de sustentação da ideologia racial. A obra segundo Guimarães (1999) foi vital para uma mudança no debate científico e do pensamento social brasileiro acerca dos povos africanos. Segundo ele, é com Freyre que a acepção antropológica de cultura passa a ser compreendida de forma a reconhecer positivamente a contribuição dos povos africanos à sociedade brasileira. Para ele, esta obra marca o desprestígio do pensamento e do discurso racialista. O autor ressalta ainda a sincronia entre a obra de Freyre e a literatura e a cultura popular brasileira da época, que, a partir da obra de Jorge Amado e outros autores, supostamente passam a quebrar o prestígio das teorias racialistas.

Porém a obra de Freyre foi também o marco do mito da democracia racial como exposto na breve revisão bibliográfica presente no livro “Lugar de Negro” de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982). O capítulo “Relações raciais no Brasil” situa a obra de Gilberto Freyre como marco de uma versão oficial das relações raciais na qual as contribuições positivas de africanos e indígenas são tomadas como forma de contraposição ao pensamento social racista do século XIX e XX. Segundo os autores, o resultado disso foi a criação da “mais formidável arma ideológica contra o negro”. Com ênfase na miscigenação, formulou a ideia de democracia racial, ou seja, um sistema racial que não impõe obstáculos a igualdade racial, sem manifestação de preconceito ou discriminação, tomando como evidente a igualdade de oportunidades entre negros e brancos. Os pesquisadores apontam também que o contexto de produção de Freyre e demais autores dos anos 1940 e 1950 ignoraram as evidências das associações entre cor e posição social assumindo algumas conclusões principais:

- a) existe preconceito no Brasil, mas é mais preconceito de classe do que de raça; b) a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à discriminação; c)

estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são manifestados mais verbalmente do que a nível do comportamento; e d) outras características tais como riqueza, ocupação e educação são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento inter-pessoal. (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, p.85).

A tônica do pensamento de Freyre foi sendo replicado ao longo de alguns estudos subsequentes, a exemplo do trabalho de Donald Pierson, autor que compunha a leva de pesquisadores estrangeiros que queriam pensar a realidade brasileira a partir de estudos empíricos com bases na Bahia e em São Paulo. Este advogava que não havia quaisquer barreiras à mobilidade social calcada nas origens étnico-raciais, atribuindo-as unicamente a classe. Donald Pierson formulou suas pesquisas na Bahia entre 1935 e 1937. Sua obra *“Negroes in Brazil: A study of race contact at Bahia”* (1942) segue a linha de pesquisa apresentada até agora, na qual a classe seria o fator determinante para o preconceito.

Segundo tal autor, os negros estavam presentes em todos os círculos sociais de Salvador, o que comprovaria sua tese. Pierson utilizava também a categoria nativa “cor” como forma de evidenciar que não havia um uso preciso de designações raciais na vida social brasileira. Os trabalhos de Pierson inspiraram uma série de outros autores a pensar a categoria “cor” em detrimento da “raça”. O próprio Pierson parece ignorar a contraditoriedade de determinadas respostas obtidas em sua pesquisa, já que em dado momento, seus interlocutores mencionam que se opõem ao casamento inter-racial, pois “Porque os acho inferiores, intelectual e socialmente, e não me sentiria bem em sua convivência” (LARAIA, 1979, p. 164). Dessa forma, a revisão de Roque Laraia (1979) faz uma crítica ao autor na medida em que reitera que a “classe” enquanto categoria seria um excelente dispositivo para escamotear a questão racial. “A verdade é que Pierson trabalhando com dados, aproximou-se da realidade, e se não a aprendeu foi porque chegou ao Brasil predisposto para ver uma situação ideal e não real” (LARAIA, 1979, p.165).

Os trabalhos de Freyre e de Pierson caracterizam a primeira das posições acadêmicas sobre o assunto: aquela que atribui às diferenças de classes e das tensões sociais o problema do negro. A segunda posição seria aquela que, mesmo admitindo a existência do preconceito, alega que o critério de cor é irrelevante para a definição dos diversos grupos sociais. Esta segunda posição resultou da surpresa dos cientistas americanos participantes do “Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia — Universidade de Columbia” diante da constatação da existência de fortes preconceitos em uma sociedade que acreditavam ser o modelo de boas relações sociais. E, em segundo lugar, da estupefação dos mesmos diante da grande quantidade de categorias para definir a cor dos indivíduos. Convém lembrar que foi este mesmo fato considerado como responsável pela exclusão do item referente à cor dos recenseamentos de 1960 e 1970. Um dos testes aplicados na Bahia, por Harris, constituiu um exemplo bastante elucidativo: foram apresentadas a 100 informantes 9 fotografias que representavam um continuum do negro ao louro, com 7 tipos intermediários. O resultado foi a surpreendente catalogação de 40 diferentes tipos raciais. (LARAIA, 1979, p.165)

A partir dos anos 50, iniciaram-se as pesquisas financiadas pela UNESCO, e inaugura-se também a participação ativa do sociólogo Roger Bastide com a obra “O preconceito racial em São Paulo”, seguida por outras pesquisas como “Branços e negros em São Paulo” realizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959), bem como as pesquisas de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Com a mudança do eixo regional nas pesquisas e o enfoque no estudo das relações raciais no Sul⁸ do país apresentado na obra de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (1960) percebe-se que todas essas pesquisas não se negam a admitir a existência do preconceito.

Datam dessa época também os trabalhos de Oracy Nogueira (1955) nos quais a discriminação é vista sob a ótica das marcas do corpo, de forma que no Brasil são adotados diferentes processos que cumprem a função de embranquecimento, como o alisamento dos cabelos. A percepção da identidade racial no Brasil diferia então de países como os Estados Unidos, onde a percepção da origem racial teria maior peso do que as marcas físicas. No Brasil, a construção da nacionalidade era dividida e marcada pela incongruência entre a importância atribuída às teorias europeias racialistas e a materialidade de uma população composta por mestiços e que precisava considerá-los no progresso da nação e no desenvolvimento da vida social.

É aqui, a partir dos ideários da formação nacional, que a Sociologia Brasileira passa a pensar a categoria raça a partir de acepções muito próprias. Segundo Antônio Sérgio Guimarães (1999), os estudos de Azevedo e Wagley nos anos 1950, já apresentavam a ideia de que o embranquecimento era um projeto no Brasil, e que este poderia ocorrer através da mobilidade social, dessa forma, a população negra tornar-se-ia gradativamente assimilada, desde que incorporando aspectos comportamentais das elites brancas. Os estudos de Harris trouxeram consigo a proposição de que a raça tem menor peso do que a classe, na medida em que esta determinaria os comportamentos nas interações face a face. Desse modo, Harris argumenta que: “[...] não há grupos raciais contra os quais ocorra discriminação. Há, ao contrário, grupos de classe. A cor é um dos critérios da identidade de classe; mas não é o único critério” (Harris, 1967, p. 61). Posteriormente, contesta-se o conceito exposto por Harris e Pierson, de forma a questionar a forma como classe é percebida como uma categoria na qual estão subsumidos cor, status e posição econômica (GUIMARÃES, 1999).

Nos anos 70, os autores já admitiam abertamente o preconceito, escolhendo um enfoque no qual a pesquisa se detinha sobre as formas de compreensão do problema das

⁸ Cor e mobilidade social em Florianópolis, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960)

relações raciais. A exemplo de Thales de Azevedo (1966 [1956]) que, sob influência dos trabalhos de Weber e Tönnies, propõe que os negros brasileiros comporiam um estamento, com particularidades de prestígio vinculadas a cor e a origem social que dificultariam a mobilidade social, ou seja, na qual não se aplica o sentido weberiano de indivíduos livres para competir por oportunidades, posto que ainda encontra-se hierarquizada e que se contrapõe àqueles que negavam a existência de posturas segregacionistas, apontando inclusive para a existência de relações violentas e uma doutrina racista plenamente sistematizada no Brasil.

Já Florestan Fernandes na obra *“O negro no mundo dos brancos”* (1972) reúne artigos de diferentes épocas para acompanhar uma perspectiva histórica que revela a abolição como um evento “feito pelo branco e para o branco”. Florestan Fernandes apresenta a crueldade do processo de abolição feita sem indenizações e assistências. E mais tarde também demonstra que a democracia racial verdadeira não implica em supressão, mas ao contrário, em pluralismo e reconhecimento dos processos criadores de diferentes grupos raciais e culturais. Os estudos de Florestan Fernandes (1955) propõem que a transição do período escravocrata para a sociedade de classes não instaurou grandes mudanças, pois conservou a hierarquia do período anterior. Fernandes também aponta para a integração excessivamente tardia da população negra em posições subordinadas, em uma assimilação marcada pelo preconceito e exclusão. Ao apresentar as deficiências de sua resenha bibliográfica, Laraia (1979) aponta para outra contribuição importante de Florestan Fernandes: a introdução de publicações escritas por pesquisadores negros em suas referências:

“Alvorada”, “O clarim da alvorada”, “A voz da raça” etc., periódicos que circulavam nos anos 30 e 40 e que foram destemidos porta-vozes de associações constituídas por negros, e que buscavam conscientizar os demais para os problemas decorrentes da situação racial”. (LARAIA, 1979, p.168).

Entre os trabalhos que abordam o conceito da raça na sociologia brasileira, estão as contribuições de Nelson do Valle e Silva (1978) e Carlos Hasenbalg (1979), problematizando em suas teses de doutorado em Michigan e Berkeley. Especificamente o cenário de desigualdades entre brancos e negros. Esses trabalhos reconstituem a história do tema, recorrendo às produções de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo e Luiz de Aguiar Costa Pinto. A grande contribuição dos anos 70 foi centralizar a ideia de que as desigualdades tinham a raça como principal componente, algo que muitas vezes encontrava-se subsumido às diferenças educacionais e de renda. Outra contribuição de Hasenbalg é a rejeição da proposta de Florestan Fernandes de que a população negra teria uma integração tardia, Hasenbalg afirma que é justamente a integração tardia que propicia o reforço de um sistema de desigualdades permanentes. Tanto Hasenbalg quanto Valle e Silva, afirmam seu

descontentamento com a ausência de estudos microsociais “que pudessem revelar os mecanismos pelos quais o sistema manteve-se polarizado, apesar da aparente fluidez das relações raciais.” (GUIMARÃES, 1999, p.155) O interessante da revisão realizada por Antônio Sérgio Guimarães é o esforço em filtrar “contribuições” e “mal entendidos”:

Primeiro, ficou a idéia de que no Brasil não existem raças, mas cores, como se a idéia de raça não estivesse subjacente à de "cor" e não pudesse ser, a qualquer momento, acionada para realimentar identidades sociais; segundo, formou-se o consenso de que no Brasil a aparência física e não a origem determinaria a cor de alguém, como se houvesse algum meio preciso de definir biologicamente as raças, e todas as formas de aparências não fossem, elas mesmas, convenções; terceiro, criou-se a falsa impressão de que no Brasil não se poderia discriminar alguém com base na sua raça ou na sua cor, uma vez que não haveria critérios inequívocos de classificação de cor; quarto, alimentou-se a idéia de que os mulatos e os negros mais claros e educados seriam sempre economicamente absorvidos, integrados cultural e socialmente e cooptados politicamente pelo establishment branco; quinto, formou-se o consenso de que a ordem hierárquica racial, ainda visível no país, seria apenas um vestígio da ordem escravocrata em extinção. (GUIMARÃES, 1999, p.153)

Para ele, todas essas concepções errôneas, somadas a um forte anti-racialismo deram vida à ideia de que vivemos no Brasil uma “democracia racial”.

(...) o ideário anti-racialista de negação da existência de "raças" fundiu-se rapidamente com uma política de negação do racismo como fenômeno social. Entre nós existiria apenas "preconceito", ou seja, percepções individuais equivocadas, que tenderiam a ser corrigidas na continuidade das relações sociais (GUIMARÃES, 1999, p.49).

Ideia que se encaixava perfeitamente nos anos da ditadura militar como um dogma que afastava possíveis conflitos.

Ora, a redução do anti-racismo ao anti-racialismo e sua utilização para negar os fatos da discriminação e das desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por se tornar uma ideologia racista per se, ou seja, uma negação da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes (GUIMARÃES, 1999, p.153).

A obra “Preto no Branco” de Thomas Skidmore (1976) também resgata uma perspectiva histórica de análise da ideologia racista brasileira com enfoque no ideal de branqueamento da população. O autor preocupa-se em apresentar as contradições de uma elite que “alegra-se” com o branqueamento progressivo, mas também se mostra satisfeita com o consenso científico de que a miscigenação não era fator de degeneração. Skidmore (1976) também toma os anos 50 como marco do início da crítica ao mito da democracia racial, entretanto apresenta a opinião de que as relações raciais eram mais humanas devido a um sistema escravista mais “leve”, ideia contradita por Harris (1964) que aponta que o regime escravocrata brasileiro em nada difere dos outros países, e foi igualmente desumano.

O trabalho de Abdias do Nascimento “*O genocídio do negro brasileiro*” (1978) é o último a ser mencionado na revisão, de forma a apresentar novos e interessantes insights sobre

o tema, como a participação da igreja no sistema escravagista. Nascimento (1978) também critica o jargão sociológico que aponta para uma “contribuição negra na cultura brasileira” já que a chegada dos africanos no Brasil é na verdade marco de fundação cultural de uma nação que ainda não tinha traços culturais próprios. Aqui cabe a crítica a Laraia, pois na apresentação de Abdias Nascimento o acusa de cometer o “mesmo etnocentrismo que condena no branco”, em uma falsa simetria que demonstra sua baixa interlocução com pesquisadores negros.

Barreto, Lima, Lopes e Sotero (2017) apontam algo que interessa ao objetivo deste trabalho, a ideia de que embora as revisões bibliográficas se construam em torno de algumas figuras principais como é o caso do pesquisador Donald Pierson (1942) a quem Antônio Sérgio Guimarães atribui o status de figura chave no estabelecimento de uma sociologia das relações raciais no Brasil, pouco se fala sobre o pioneirismo de pesquisadores negros nesse início do campo: a exemplo de Édison Carneiro, Virgínia Bicudo e Guerreiro Ramos. Até mesmo o resgate desses autores ocorre somente mais recentemente através de outros pesquisadores, em especial pesquisadores/as negros/as e antirracistas. (ROSSI, 2015; SOTERO, 2015; GOMES, 2013; BARBOSA, 2006). A partir da implementação das políticas de ações afirmativas e da ampliação de vagas em instituições educacionais passa-se a perceber o impacto profundo de uma nova esfera de interlocução e construção narrativa do campo teórico.

Outro apontamento importante de Barreto, Lima, Lopes e Sotero (2017) é o de que, apesar da produtividade do campo de estudos das relações raciais, as conclusões das pesquisas possuem pouca penetração no debate público, em especial quando se tornam mais críticas às perspectivas biologizantes ou de negação da existência do racismo. É a partir da pressão do movimento negro que a inclusão racial passa a ser uma demanda de fato considerada pelo Estado. Este momento é marcado também por uma mudança na postura de agências internacionais que passam a reconhecer que a desigualdade racial era um problema central para o Brasil que até então era considerado um modelo de harmonia para outros países. O fato desse movimento se localizar na década de 80 está diretamente relacionado aos processos de abertura institucional da redemocratização e mais tarde com proposições mais específicas como a organização de um seminário sobre relações raciais no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996. Vale ressaltar que se é nos anos 80 que a desigualdade racial passa a ser incorporada paulatinamente na agenda estatal, este é também um momento crucial para que o campo de estudos da Sociologia da Violência tornar-se uma parceiro do Estado.

Recuperar o histórico dos estudos de relações raciais no Brasil é vital para compreender onde estão as lacunas narradas por outros sujeitos à margem das revisões hegemônicas. Nessa medida, é importante recuperar as críticas de autores como Kabengele Munanga (1988) que afirma que a produção científica brasileira apresenta-se de forma a contribuir com a identificação do negro enquanto “outro”, em uma dicotomia na qual somente o negro é objeto de estudo. Crítica corroborada por Cida Bento (2002) que afirma:

Em meu trabalho nos últimos catorze anos, o primeiro e mais importante aspecto que chama a atenção nos debates, nas pesquisas, na implementação de programas institucionais de combate às desigualdades é o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado [...] Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada [pela branquitude], embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. (p. 26-27)

Delineando esse histórico é possível constatar que as ciências sociais brasileiras sempre precisaram exercer um diálogo com o tema da raça em sua agenda. Todos os possíveis “pais fundadores” da sociologia brasileira a mencionam, tanto pelo fato de que o Brasil do século XIX seria caracterizado como um “laboratório racial, mas também, em especial pelo desejo das elites de extinguir a heterogeneidade racial na população” (CAMPOS e GOMES, 2016 apud SCHWARCZ, 1994).

Trata-se de um campo que pode ser reconhecido como um dos mais antigos das Ciências Sociais Brasileiras, sua produtividade e a premência da discussão também podem ser detectadas ao revisar os programas dos encontros da ANPOCS que desde sua quarta edição em 1980 comportava o grupo de trabalho “Temas e Problemas da População Negra do Brasil”⁹.

De forma peculiar, a partir do 16º Encontro, em 1992, o tema parece ter se diluído em outros grupos de trabalho. Na década de 1990, mais precisamente em 1996, ocorre o seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos do Ministério da

⁹ A delimitação a partir do quarto encontro deve-se ao fato de que não há registros no site anteriores a esta data. Entre os documentos não consta os GTs anteriores a 1980.

Justiça em 1996. Uma discussão que se inicia nos anos 1990, mas que possui enorme importância na forma como intelectuais que discutem o tema pensam o campo e a si mesmos:

Importa destacar somente como ela chacoalhou a sociologia das relações raciais, fomentando fortes antagonismos entre estudiosos que antes partilhavam de concepções próximas (CAMPOS, 2012). Ademais, a implementação das cotas remodelou a agenda de pesquisa desse campo, concentrando um enorme número de pesquisas ao seu redor (FERES JÚNIOR; OLIVEIRA; DAFLON, 2007). – e a aprovação da Lei 12.711 em 2012, que impôs políticas de cotas sociais e raciais a todas as instituições federais de ensino. Durante esse ínterim, as ações afirmativas se difundiram por mais de 70% das universidades federais e 80% das estaduais, foram chanceladas por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal e adotadas pelo governo federal em esferas diversas. (CAMPOS e GOMES, 2016.p.88-89).

A implementação das ações afirmativas nas universidades parece ter contribuído para o longo processo de quebra do casulo do tema da “raça” ou da “questão racial” para enfim tratar do racismo. Ou seja, as abordagens críticas proliferam-se, estruturadas em compreender conceitos como “racismo estrutural”, “lugar de fala”, “genocídio da juventude negra” o que impacta diretamente na demanda por criação e/ou manutenção de disciplinas, grupos de pesquisa e repertório bibliográfico voltado para a temática.

2.2 A entrada do tema na sociologia da violência

Sinhoretto (2020) destaca que embora a questão racial esteja invisibilizada no campo da segurança pública, o que se expressa em um baixo volume de pesquisas, as análises sobre cor/raça estão presentes de forma tangencial nos estudos sobre:

(...) seletividade penal, sobre vigilância preferencial às classes mais pobres, no estudo das categorizações estereotipadas sobre quem são os criminosos e sobre quais são os estoques de conhecimento utilizados por policiais e operadores judiciais para produzir o que Paixão (1982) denomina incriminação. Estão subjacentes às análises sobre desigualdades nos processos de incriminação, especialmente nos estudos dos processos de sujeição criminal (MISSE, 2010, 2014), assim como nos estudos sobre éticas policiais e saberes mobilizados para o “reconhecimento” dos criminosos por suas marcas objetivas, tal como estudado por Kant de Lima (1995) (SINHORETTO, 2020, p.20).

Entretanto, a autora destaca que faltam estudos que centralizem como objeto de pesquisa o perfil da população negra, vítima ou acusada de crimes, as mobilizações antirracistas e o funcionamento da denúncia do racismo institucional e a promoção da igualdade racial no direito à segurança. Os trabalhos de Sergio Adorno (1994, 1995, 1996) pesquisaram a influência da cor dos acusados na distribuição das penas em casos de homicídio, remontando ao próprio histórico brasileiro de associação entre população negra e propensão a criminalidade e a perturbação da ordem social. Ao interseccionar classe e raça, Adorno consegue explicitar o desequilíbrio no acesso à justiça no Brasil. A questão também

aparece nos trabalhos de outros pioneiros como Antonio Luiz Paixão (1982) e Kant de Lima (1995), na qual a raça é reconhecida em sua relação com a classe na incriminação de indivíduos negros em detrimento da de brancos, ocorre, no entanto, que estes últimos possuem trabalhos que abordam o tema de forma descritiva, menos aprofundada.

É comum aos autores pioneiros, no entanto, a presença e discussão da figura do malandro/marginal nos estudos na qual as características raciais tinham enorme poder. Em Kant de Lima ela surge em direta referência aos trabalhos de Thomas Holloway (1997) ao analisar as interações e formulações por parte da polícia acerca dos “tipos perigosos” do século XX: “capoeiras” e “malandros”, em sua maioria, ex-escravizados e seus descendentes, delineando caracteres primordiais da construção da suspeição no Brasil.

Em Schlittler (2016.p.170) as fronteiras entre raça e classe são mencionadas como difíceis de distinguir nas Ciências Sociais, posto que a existência e perseguição desses “tipos perigosos” está justaposta à criação do policiamento do Rio de Janeiro. A classe como categoria de análise estaria inextricavelmente ligada a escravidão, posto que a demanda pelo fim do trabalho escravo era uma condição para a entrada do Brasil no rol das economias liberais e capitalistas, mas permanecia a ideologia de que as populações escravizadas não teriam a aptidão para o trabalho livre, pois a cultura do trabalho teria sido “deformada” pela herança escravista para a população negra, dessa forma excluindo-os do mundo do trabalho, reprimindo suas manifestações culturais e mantendo uma vigilância constante sob estes como forma de preservar a propriedade privada escravocrata de possíveis ameaças.

Com o incentivo a entrada de trabalhadores estrangeiros, visava-se uma miscigenação “purificadora” que livraria a nação das “características biológicas” que a atrasavam, mas também a resolução da faceta cultural e econômica, na medida em que os trabalhadores estrangeiros já seriam disciplinados e virtuosos para o trabalho livre e remunerado, enquanto os ex-escravizados supostamente seriam sempre dependentes da coação para que exercessem o trabalho. Ou seja, o negro não era visto como participante possível do sistema capitalista vindouro, dessa forma, ele sempre seria o “marginal” por excelência, algo que também foi explorado por Florestan Fernandes em seu “A integração do Negro na Sociedade de Classes” (2008 [1964]). Conforme analisa o autor, o passado escravocrata brasileiro seria vital para o entendimento do negro como um trabalhador “dispensável” e facilmente substituível pelos imigrantes, delegando a estes as funções mais indesejáveis ou pouco valorizadas do mundo do trabalho. Na obra de Michel Misse e Alba Zaluar essa figura também está presente na contraposição desse arquétipo com base na participação ou não dos indivíduos na estrutura econômica e mercado legal. O malandro seria alguém avesso ao trabalho, que pode ou não

portar armas brancas, ele está presente no imaginário brasileiro, especialmente o cultural, como um boêmio. A ascensão do tráfico de drogas nos anos 60 e 70 deu origem a figuras como o “marginal” e o “bandido”.

Desta forma, para o autor, a passagem do “malandro” para “marginal” para o “bandido” está ligado ao processo de desenvolvimento da criminalidade urbana, com o fim do protagonismo do jogo do bicho como foco da criminalidade e ascensão do tráfico de drogas e do tráfico de armas como principal preocupação social. Desta forma, Misse aponta que durante a metamorfose do “malandro” em “marginal”, e do “marginal” em “vagabundo” (ou “bandido”) algumas características são acumuladas, como a oposição ao trabalho, a opção pelo “dinheiro fácil”, pela “vida fácil”, em contraposição ao trabalhador que ganha a vida “trabalhando duro”, bem como a repressão policial e jurídica sobre estes tipos sociais. É o que Misse chamou de acumulação de desvantagens destes grupos no que se refere à relação com as polícias, culminando numa normalização da repressão. (SCHLITTLER, 2016.p.183)

Como a década de 1980 foi marcada pela influência dos movimentos sociais, e a reabertura democrática motivava novas discussões, as publicações dos anos 90 já continham tematizações importantes pautadas pelo Movimento Negro, é o caso da obra “A cor do medo” de 1998 com organização de Dijaci David de Oliveira, Ricardo Barbosa de Lima, Sales Augusto dos Santos, responsável por trazer um amplo espectro de temas, que vão desde o alto índice de homicídios de jovens negros, a interseccionalidade entre gênero e raça na produção da vitimização, passando pelos conflitos e vulnerabilidade de indígenas e indo até terrenos menos explorados como a baixa presença de nipo-brasileiros em estatísticas sobre violência.

É também de 1998, o trabalho de Jorge da Silva, “Violência e Racismo no Rio de Janeiro” (1998 [2003]). Já no início da obra, o autor afirma que as duas principais lacunas nos estudos de relações raciais no Brasil são: 1) O reconhecimento do ângulo em que o analista faz a análise e 2) A tendência a não tomar a sociedade brasileira objetivamente. Segundo o autor, se em outros países fala-se constantemente na violência e no racismo analisando as imbricações entre os termos, falando-se em violência étnica, violência racial e genocídio, no Brasil os termos são evitados, ou os estudiosos parecem não reconhecer essas relações.

Joana Vargas nos anos 2000 também segue a corrente de análise de autoria dos crimes, mas agora no que se refere aos crimes sexuais, apontando uma tendência a condenação de homens negros por estupros. O trabalho de Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2004), “Elemento suspeito” é um marco importante porque inova em pensar o racismo antes mesmo da chegada do indivíduo no fluxo de justiça criminal, ou seja, abordam a atividade policial e a filtragem racial nas abordagens de forma profunda, explicitando os estereótipos raciais presentes nas mesmas, enquanto trazem também a contribuição de autores como Paul Amar, Marcelo Paixão e Luiz Eduardo Soares.

Embora tenhamos alguns nomes centrados na continuação desses estudos sobre filtragem racial e construção da figura do suspeito, o trabalho de Gilvan Silva (2009) com uma abordagem empírica realizada no Distrito Federal se destaca pela inserção do pesquisador, que é policial, ao entrevistar outros policiais buscando construir o quadro de marcas estereotípicas que caracterizam a suspeição.

A presença de novas técnicas como os estudos econométricos, a exemplo de “Vidas Perdidas e Racismo no Brasil” de Daniel Cerqueira e Rodrigo Moura (2013) se destaca pelo estudo de dados estatísticos acerca da mortalidade de homens e mulheres negras, que apontam para a maior mortalidade letal dos homens negros, explicitando que o critério sócio-econômico sozinho não seria capaz de explicar a diferença nas taxas de letalidade e expectativa de vida entre brancos e negros.

Produzir dados em segurança pública que desafiem a noção homogeneizada de nação propagada pelos estudos que inauguram a questão no Brasil esbarra então na dificuldade de reconhecimento deste critério como legítimo. A tese de doutorado de Maria Carolina Schlittler (2016) realiza um importante trabalho ao entrelaçar a negação da raça no cotidiano, seja na tentativa constante de homogeneização nacional presente no imaginário social brasileiro e nos estudos científicos, seja nos relatos de seus entrevistados: policiais que não admitem a existência de qualquer diferença de tratamento nas abordagens a pessoas negras:

A resposta dos policiais à questão, na maioria das vezes, se restringia ao argumento de que a PMESP não poderia orientar os policiais a “fazer diferença” nas abordagens de negros e brancos, pois este tratamento constituiria numa atitude de preconceito racial. A narrativa dos policiais quando o foco era a questão racial era de que a PMESP orientava seus policiais a tratar “todo mundo da mesma forma”. Nas palavras de um dos policiais “em nenhum momento a cor representa alguma coisa”. E, em grande parte das entrevistas, estas respostas vinham acompanhadas de outro argumento-defesa: era intangível, aos olhos da maioria dos policiais, que a PMESP fosse capaz de ser “racista”, uma vez que “mais da metade dos policiais da PMESP são negros”. Para os interlocutores, a questão racial tinha “desaparecido” da corporação diante da inclusão de negros no quadro de funcionários da corporação e, principalmente, da ascensão de alguns negros aos melhores postos na hierarquia da instituição. (SCHLITTLER, 2016, p.137)

A negação do critério produz ainda outro efeito nefasto que impacta os estudos que busquem abordar a desigualdade racial. Se não há reconhecimento de um dado, não há registro dele que possa constituir uma base de dados legítima e com um grau elevado de confiabilidade. Esse dilema foi enfrentado na construção da edição de 2012 do Mapa da Violência, a primeira na história da publicação a abordar prioritariamente a questão racial desde seu lançamento em 1998.

O tema da raça/cor aparece tardiamente nos mapas e como item ou capítulo dentro de um relatório. Mas isso não aconteceu por desconhecer a gravidade do problema.

Foram outros os motivos: O Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS) é a única fonte que verifica o quesito raça/cor dos homicídios em nível nacional até os dias de hoje. Mas só incorpora o tema em 1996, quando muda sua sistemática passando da Classificação Internacional de Doenças 9 para a 10 (CID 9/CID 10) por orientação da Organização Mundial da Saúde. Nos primeiros anos, a subnotificação nesse quesito foi muito elevada, mas foi melhorando rapidamente. Em 2002, quando a identificação de raça/cor já era de 92,6% das vítimas de homicídio, consideramos o nível suficientemente confiável para iniciar as análises sobre o tema. Com essa informação de raça/cor das vítimas dos homicídios conseguimos construir capítulos nos mapas da violência, a partir de 2005, que sinalizavam, por um lado, a magnitude do problema e, por outro, que este estava se agravando progressivamente com o passar dos anos. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012, p.5)

A dificuldade expressa por Waiselfisz (2012) em constituir um quadro com alta confiabilidade nos dados raciais brasileiros se dá também pela ambiguidade cotidiana das classificações, motivo mencionado por Oliveira, Lima e dos Santos (1998) ao destacarem pesquisas como a do Jornal Folha de São Paulo em 1995, na qual ao serem indagados por uma auto declaração visando critérios de cor/raça os brasileiros negavam a categoria pardo e se auto identificaram majoritariamente como “morenos”.

Ainda que sem uma linha divisória bem demarcada, há que se ressaltar que ao menos estatisticamente, pretos e pardos sempre estiveram incluídos nos censos demográficos brasileiros, exceto nos anos de 1900, 1920, e 1970. Sendo que neste último, em 1970, a inclusão do critério racial implicaria em racismo, segundo a justificativa ofertada naquele momento pelo governo ditatorial brasileiro, “o que levou o país a ficar quase vinte anos sem informações estatísticas sobre a cor/raça dos brasileiros, posto que o censo de 1960 só foi publicado em 1978. (Oliveira, Lima e dos Santos,1998, p.45). A inclusão de indígenas, no entanto, é ainda mais precária, os dados só foram incluídos no ano de 1991 (e publicados na íntegra somente em 1996). De 1940 a 1980 – o censo brasileiro trabalhava somente com as categorias - “branca”, “preta”, “amarela” e “parda”, fazendo com que indígenas muitas vezes também fossem somados por meio da autodeclaração à categoria “parda”.

Há também uma dificuldade em homogeneizar de onde vem os dados acerca do tema e sob quais critérios, a exemplo das diferenças de uso entre raça e cor da pele, já que os registros de ocorrência da Polícia Civil declararam a cor da pele e não a raça de vítimas e autores de crimes. (Schlittler, 2016, p.166 apud Lima, 2004). Em um tópico inteiramente dedicado a discutir a invisibilidade da questão racial e os desafios da coleta de dados nessa seara, Schlittler, Silvestre e Sinhoretto (2014) exploram a ausência da categoria cor/raça entre as ferramentas de análise da segurança pública, pois mesmo em situações nas quais a categoria está presente nos documentos e registros técnicos, ela não constitui “indicador relevante de avaliação da ação policial e de toda a segurança pública.” (2014, p.5), em

especial no que se refere às possibilidades de desagregar dados de forma a compreender o fenômeno da filtragem racial nas abordagens policiais. Dessa forma, as autoras precisaram solicitar levantamentos e criar a própria base de dados a partir do cruzamento das informações oferecidas pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, pois mesmo diante da periodicidade dos dados divulgados estes não só não são desagregados pelo perfil dos envolvidos, como não mencionam quaisquer classificações de cor/raça. Ao criarem estratégias próprias, como a análise das prisões em flagrante que geralmente não são resultado de investigação, mas sim de abordagens policiais, puderam ser detectados os estereótipos racializados presentes na seleção de “suspeitos”. O mesmo se repetiu nas análises de dados referentes à letalidade policial, nos quais laudos e boletins de ocorrência mencionam massivamente as informações sobre cor/raça das vítimas.

Por fim, as autoras trazem à tona, uma discussão proposta por Renato Sérgio de Lima (2011) na qual menciona-se o uso político de tais estatísticas criminais, já que embora exista uma demanda, em especial por parte dos movimentos sociais, por transparência e visibilidade de dados para o correto exercício do controle sobre as instituições de segurança e justiça, estes dados constituem um segredo, ou até mesmo se organizam de forma a nunca revelarem completamente a realidade a que remetem. Há que se pensar também que o acesso a indicadores censitários que demonstram a sobrerrepresentação de negros (pretos e pardos) nos piores índices de escolarização e renda propiciam um reforço às narrativas de suspeição que associam pobreza, criminalidade e cor da pele para justificar o hiper encarceramento, o perfil carcerário, a suspeição criminal e a vitimização letal da população negra.

2.3 O perfil dos textos sobre relações raciais

Ao investigar o perfil dos textos sobre raça nas ciências sociais brasileiras no período entre 1994 e 2013 (Campos e Gomes, 2016) chegaram à conclusão de que na maioria das publicações a questão racial não era o tema principal. Nos 266 artigos que compuseram o corpus de pesquisa do trabalho, em 20,7% o tema era uma questão central, mas não a principal do texto, sendo secundária em 36,1% das publicações e tal dado não variou ao longo do tempo. Se olhados sem distinção, os artigos que abordam a temática de forma central ou secundária dobraram sua presença nas revistas nacionais, posto que de 1994 a 1999 compunham cerca de 2,5% dos artigos publicados, percentual que aumentou para 4,7% entre 2009 e 2013. Ressalta-se que embora a politização e o debate sobre as ações afirmativas tenham papel inegável no incremento do número de artigos, ele não se concentrou somente no tema da política de cotas. Como exposto no quadro abaixo:

Tabela 1: Tabela de quantidade de artigos de acordo com o subtema do texto

| Subtemas | N | % |
|---|-----|-------|
| Cultura (arte, música e literatura) | 83 | 31,2% |
| Gênero e sexualidade | 64 | 24,1% |
| Desigualdade, classe e estratificação | 61 | 22,9% |
| Estado e nação | 54 | 20,3% |
| Movimentos sociais | 44 | 16,5% |
| Relações internacionais | 44 | 16,5% |
| Intelectuais | 44 | 16,5% |
| Racismo e discriminação | 41 | 15,4% |
| Direito, justiça e fluxo judiciário | 30 | 11,3% |
| Educação | 28 | 10,5% |
| Mercado de trabalho | 27 | 10,2% |
| Migrações | 27 | 10,2% |
| Democracia, política e eleições | 26 | 9,8% |
| Território e segregação | 22 | 8,3% |
| Ações afirmativas | 21 | 7,9% |
| Religiosidades | 20 | 7,5% |
| Ciências naturais (biologia, genética etc.) | 16 | 6% |
| Comunidades tradicionais (quilombos) | 14 | 5,3% |
| Violência e segurança | 11 | 4,1% |
| Classificações raciais | 10 | 3,8% |
| Mídia e imprensa | 9 | 3,4% |
| Saúde | 8 | 3% |
| Elites econômicas | 7 | 2,6% |
| Outro | 4 | 1,5% |
| TOTAL | 266 | 100% |

Fonte: CAMPOS E GOMES, 2016, p. 97

Como pudemos verificar, o tema da violência e segurança encontra-se em uma das posições mais baixas de abordagem acerca da temática racial, com um percentual de 4,1%, entretanto, temas afins como direito, justiça e fluxo judiciário, que constantemente possuem seu grau de destaque dentro da sociologia da violência estão listados mais acima no ranking, de forma que é possível presumir que os artigos escritos por autores da sociologia da violência também estejam presentes ali. Há ainda outro dado colocado por Campos e Gomes (2016), o tipo de pesquisa que engloba a temática racial.

Tabela 2: Quantidade de artigos de acordo com o tipo de pesquisa e métodos presentes no texto

| Método Tipo de Pesquisa | Análise bibliográfica | Observação participante | Análise de dados secundários | Análise de discurso | Entrevistas em profundidade | Survey | TOTAL |
|----------------------------|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|------------------------|-----------------------------------|-----------|----------------|
| Empírica | - | 18% | 12,4% | 6,4% | 5,3% | 3% | 120 (45,1%) |
| Ensaística | 27,8% | - | 0,4% | 1,5% | 0,8% | 0,4% | 82 (30,8%) |
| Teórica ou conceitual | 14,3% | 1,9% | 1,9% | 1,1% | 0,4% | 0,4% | 53 (19,9%) |
| Histórica | 9,8% | 1,5% | 1,1% | 5,8% | - | - | 48 (18%) |
| Resenha | 1,9% | - | - | - | - | - | 5 (1,9%) |
| TOTAL | 129 (48,5%) | 48 (18%) | 36 (13,5%) | 31 (11,7%) | 14 (5,3%) | 8 (3%) | 266 (100%) |

Fonte: CAMPOS e GOMES, 2016, p. 100.

O tipo de pesquisa que mais aborda o tema é a empírica, entretanto, os estudos com base em ensaios bibliográficos são destacados pelos autores como um elemento comum, que não está fora da curva de preponderância da maior parte dos estudos das Ciências Sociais como um todo. Porém destaca-se o crescimento do enfoque em dados secundários, especialmente a partir do fim dos anos 1990 (de 1999 a 2003) e a diminuição dos textos bibliográficos que caíram de 63% no primeiro quinquênio para 37% no último (2009 a 2013).

Embora o campo de estudos das relações raciais seja um dos mais produtivos nas ciências sociais, estes estudos sempre tiveram dificuldades de criar um canal de comunicação com o debate público brasileiro. Portanto ressalta-se que Florestan Fernandes já anunciava essa dissonância entre maturidade dos estudos e imaturidade do debate público. Paulatinamente, após a redemocratização brasileira, a força das demandas por inclusão racial devido à pressão do movimento negro influenciou um cenário de mudanças que também conta com a pressão de organismos como a ONU na cobrança de um combate efetivo das desigualdades raciais no Brasil. Os autores ressaltam ainda que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso a organização do Seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos” (Santos, 2014), organizado pelo Ministério da Justiça na Universidade de Brasília em resposta à “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela cidadania e a vida”. Nele, o então presidente foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a assumir publicamente que o Brasil era um país com discriminação racial. A realização de um seminário como este no âmbito da universidade, segundo os autores, teria impactado a maneira como os estudos de raça no Brasil se organizavam já que evidenciou as discordâncias entre pesquisadores brasileiros, em especial no que se referia às ações afirmativas.

2.4 O perfil de produção na sociologia da violência

Ao analisarem detidamente o lugar ocupado pela sociologia da violência em um cenário de escolhas metodológicas, Ribeiro e Teixeira (2018) selecionaram 546 textos e detectaram que a área é majoritariamente qualitativa composta por trabalhos com análise qualitativa de dados não estruturados (41,6%), com uso de técnicas como: “etnografia, a entrevista em profundidade, o grupo focal e a observação participante”. (RIBEIRO e TEIXEIRA, 2018, p.25). Seguidas de 29,7% de revisões teóricas da literatura do campo como forma de elaborar explicações para compreensão contextual de um determinado fenômeno. Os autores exemplificam tal ímpeto a partir da obra de Maria Stela Grossi Porto sobre as representações sociais da violência, Alba Zaluar com a proposta do “ethos guerreiro”, Michel Misse com o conceito de “sujeição criminal” e Machado da Silva com a “sociabilidade violenta”, somente para citar alguns. Tais trabalhos, ainda que em alguns casos façam uso de dados quantitativos, permanecem classificados como teórico-qualitativos, posto que não há análise de dados, o que não os invalida de forma alguma, já que são grandes responsáveis pela construção do léxico e da base teórica da área.

Os estudos quantitativos com análise de dados compõem 17% das produções analisadas na pesquisa de Ribeiro e Teixeira (2018), os principais temas de atenção destes pesquisadores segundo os autores são os fluxos da justiça criminal e os padrões de vitimização. Há ainda os *mixed methods*, que compõem 11,7% dos trabalhos caracterizados pelo uso e exposição de dados qualitativos para compreensão de padrões estabelecidos em análises quantitativas (Ribeiro e Teixeira, 2018).

Ribeiro e Teixeira (2018) comentam a proposição de Ignacio Cano (2012) de que os estudos das ciências sociais brasileiras possuem uma “perspectiva retórica” na qual a pesquisa empírica encontra-se em segundo plano, pois os estudantes, devido ao baixo domínio de métodos de pesquisa adotariam técnicas qualitativas sem distinguir se estas seriam ou não as mais adequadas a seus temas, unicamente por que a adoção de métodos qualitativos implicaria no “não uso do quantitativo”, o que segundo os autores resulta em uma dissonância que não permite que as melhores metodologias aflorem de acordo com o tema e contexto de pesquisa. A partir de um quadro de distribuição organizado pelos pesquisadores em que se busca investigar a relação entre tema e metodologia de pesquisa, tem-se o seguinte:

Tabela 3: Distribuição dos artigos mapeados por tema e técnica de análise de dados

| Distribuição dos artigos mapeados por tema e técnica de análise de dados | | | | | | |
|--|------------------------|-------------|--------------|-------|-------|--------|
| Tema | Abordagem metodológica | | | | Total | |
| | Teórica | Qualitativa | Quantitativa | Mista | | |
| Consumo de drogas | N | 3 | 2 | 1 | 2 | 8 |
| | % | 37,5% | 25,0% | 12,5% | 25,0% | 100,0% |
| Criminologia & cinema | N | 0 | 5 | 0 | 0 | 5 |
| | % | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| Criminologia & música | N | 0 | 3 | 0 | 0 | 3 |
| | % | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| Criminosos | N | 3 | 4 | 0 | 3 | 10 |
| | % | 30,0% | 40,0% | 0,0% | 30,0% | 100,0% |
| Dinâmicas urbanas | N | 9 | 20 | 1 | 0 | 30 |
| | % | 30,0% | 66,7% | 3,3% | 0,0% | 100,0% |
| Direito Penal | N | 21 | 2 | 1 | 0 | 24 |
| | % | 87,5% | 8,3% | 4,2% | 0,0% | 100,0% |
| Familiares de vítimas | N | 0 | 5 | 0 | 0 | 5 |
| | % | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| Justiça criminal | N | 9 | 29 | 10 | 11 | 59 |
| | % | 15,3% | 49,2% | 16,9% | 18,6% | 100,0% |
| Juventude & violência | N | 5 | 24 | 5 | 4 | 38 |
| | % | 13,2% | 63,2% | 13,2% | 10,5% | 100,0% |
| Medo do crime | N | 6 | 3 | 0 | 0 | 9 |
| | % | 66,7% | 33,3% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| Mídia e violência | N | 4 | 13 | 1 | 3 | 21 |
| | % | 19,0% | 61,9% | 4,8% | 14,3% | 100,0% |
| Mulheres criminosas | N | 0 | 5 | 0 | 2 | 7 |
| | % | 0,0% | 71,4% | 0,0% | 28,6% | 100,0% |
| Padrões de crime | N | 2 | 4 | 39 | 10 | 55 |
| | % | 3,6% | 7,3% | 70,9% | 18,2% | 100,0% |
| Polícias | N | 12 | 22 | 7 | 5 | 46 |
| | % | 26,1% | 47,8% | 15,2% | 10,9% | 100,0% |
| Políticas públicas | N | 14 | 9 | 4 | 6 | 33 |
| | % | 42,4% | 27,3% | 12,1% | 18,2% | 100,0% |
| Religião e crime | N | 2 | 8 | 1 | 0 | 11 |
| | % | 18,2% | 72,7% | 9,1% | 0,0% | 100,0% |
| Representações sociais sobre crime | N | 4 | 3 | 0 | 0 | 7 |
| | % | 57,1% | 42,9% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| Sistema prisional | N | 8 | 23 | 8 | 4 | 43 |
| | % | 18,6% | 53,5% | 18,6% | 9,3% | 100,0% |
| Tráfico de drogas | N | 3 | 6 | 1 | 3 | 13 |
| | % | 23,1% | 46,2% | 7,7% | 23,1% | 100,0% |
| Tráfico de pessoas | N | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| | % | 50,0% | 50,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |

(Continua)

Tabela 5 - continuação

| Tema | Abordagem metodológica | | | | Total | |
|--|------------------------|-------------|--------------|-------|-------|--------|
| | Teórica | Qualitativa | Quantitativa | Mista | | |
| Violência contra a mulher | N | 21 | 15 | 8 | 6 | 50 |
| | % | 42,0% | 30,0% | 16,0% | 12,0% | 100,0% |
| Violência contra crianças e adolescentes | N | 3 | 6 | 3 | 1 | 13 |
| | % | 23,1% | 46,2% | 23,1% | 7,7% | 100,0% |
| Violência e cultura | N | 27 | 5 | 0 | 0 | 32 |
| | % | 84,4% | 15,6% | 0,0% | 0,0% | 100,0% |
| Violência e escola | N | 3 | 3 | 3 | 2 | 11 |
| | % | 27,3% | 27,3% | 27,3% | 18,2% | 100,0% |
| Violência Policial | N | 1 | 6 | 0 | 2 | 9 |
| | % | 11,1% | 66,7% | 0,0% | 22,2% | 100,0% |
| Total | N | 162 | 227 | 93 | 64 | 546 |
| | % | 29,7% | 41,6% | 17,0% | 11,7% | 100,0% |

Qui-quadrado: 312,306(0,000)¹⁷

Fonte: Elaborado pelos autores

Fonte: RIBEIRO e TEIXEIRA, 2018, p. 30

Como pôde ser verificado, nesta listagem não há menções diretas à questão racial entre os temas de pesquisa. Embora esta possa estar subsumida em alguns dos temas de estudo listados. Portanto, é interessante observar que em análises gerais tanto do perfil de pesquisas em sociologia das relações raciais quanto em sociologia da violência, há ainda um lugar a ser ocupado e consolidado para a discussão da imbricação do racismo e da violência.

O tema nas revisões bibliográficas se constitui como caractere secundário ou citado superficialmente, entretanto, é importante destacar uma diferença entre estes textos: a presença do tema também nas referências bibliográficas. Este recurso não só destaca a bagagem teórica que pesquisadoras/es se referiram ao criar suas análises do estado da arte do campo, mas também demonstra um mecanismo sábio de “ampliação” do texto, no qual, muito embora o tema não tenha sido abordado integralmente durante a escrita, sua importância é suficientemente reconhecida para constituir um quadro de indicações de textos que possam informar os leitores de forma mais profunda. Um excelente exemplo desse recurso é a revisão bibliográfica de Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda que conta com 19 referências bibliográficas ao tema, se consideradas algumas palavras-chave listadas por nós, como “raça/raciais/racismo/negro/a”.

A revisão de Barreira e Adorno (2010) também se destaca não só por identificar o problema da ausência de estudos com enfoque nas implicações das relações entre racismo e violência, apontando uma maioria de estudos focados em mulheres, adolescentes e jovens adultos nas pesquisas sobre segurança pública.

É fato que as revisões bibliográficas precisam abranger uma infinidade de temas impossibilitando que a questão racial fosse protagonista destes textos. Entretanto, ela está, de alguma forma, presente através das palavras chave elencadas por nós. Em especial como uma forma de descrever uma característica das vítimas preferenciais da violência e do encarceramento no Brasil.

Ao recorrer ao livro “Crime, Polícia e Justiça no Brasil” que compila uma série de temáticas centrais ao campo, traduzindo-as em verbetes que possam orientar os pesquisadores a compreender, ainda que parcialmente, um campo tão vasto. Na publicação há um verbete intitulado “Raça, Crime e Justiça” escrito por Francisco Jatobá Andrade e Rayane Andrade (2014). O capítulo opta por estruturar-se em uma divisão temática apresentando os autores que mais dialogam com o tema, concentrando-se em uma faceta específica, que foi abordado de forma transversal por pioneiros e contemporâneos: a seletividade penal.

Entre os pioneiros citados no capítulo, temos Sérgio Adorno, Michel Misse e Antônio Luiz Paixão. Entre os autores de gerações posteriores aos pioneiros, que aqui chamaremos de

contemporâneos e que conservam bastante relevância nos diálogos do campo, encontram-se os nomes de Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Renato Sérgio de Lima. O aspecto que nos interessa mais neste capítulo da obra é a possibilidade de que ele sirva não como parte do “estado da arte” já consolidado do campo, mas sim como preparo para pesquisadores que porventura estejam interessados em dialogar melhor com o tema. Um exemplo disso está logo no início do capítulo:

“Raça”, “crime” e “justiça” são conceitos bastante amplos e escorregadios nas Ciências Sociais. Sua discussão frequentemente requer posicionamentos teóricos claros acerca de onde se observa e como se operacionaliza cientificamente tais fenômenos. Em outras palavras, é necessário dizer como se compreende e como está se empregando tais conceitos. (...) Com isso em mente, cabe neste curto espaço, tentar apontar alguns dos aspectos que consideramos mais relevantes nas suas inter-relações. Sem embargo, é preciso registrar que, frequentemente, trabalhar com o conceito de “raça” nas Ciências Sociais pressupõe certo posicionamento teórico acerca da compreensão do fenômeno em sua dimensão social, o que de certa maneira, já antecipa um dos principais pontos de tensão concernentes às assimetrias sociorraciais no Brasil. (ANDRADE E ANDRADE, 2014, p. 256)

Dessa forma, adverte-se o leitor-pesquisador sobre a necessidade de compreender conceitualmente o tema, e expor de forma evidente de que maneira seu texto expressará seu posicionamento teórico. A importância desse posicionamento, especialmente no terreno das Ciências Sociais não deve ser descartada, isso porque o campo não só é constantemente mutável, como suscita cisões entre os pesquisadores que o compõem. Essas cisões vão desde a nomeação, considerando que “há um grande debate sobre como designar o campo de estudo que gira em torno dos perigos em se utilizar a noção de “raça” ainda que para fins sociológicos” (CAMPOS e GOMES, 2016).

Segundo Luiz Augusto Campos e Ingrid Gomes (2016) seria possível pensar em três posturas no que se refere ao uso do conceito de raça, autores que rechaçam o termo devido ao histórico biologizante atrelado a ele, e recorrem ao termo etnia. Pesquisas que utilizam o termo raça, desde que apresente-se a ressalva sobre o histórico do termo e por fim, pesquisadores que recusam-se a utilizar tanto o termo “raça”, como etnia, cultura, e grupos de cor, posto que estes seriam somente outras formas de essencialização. A conclusão de Campos e Gomes (2016) é de que o consenso gira em torno do uso de “raça” em sua versão sociológica. O mesmo se repete na utilização da categoria “negro”, que possui um precedente histórico no Brasil que se reatualiza na politização da questão racial, especialmente na história recente do país.

Nesse sentido, os autores ressaltam que o campo das relações raciais possui alguns trabalhos que cumprem a função de abrir o caminho como “manuais” para o tema, a exemplo do artigo de Antônio Sérgio Guimarães intitulado “Como trabalhar com raça em sociologia”,

o trabalho mais citado do autor em sua carreira até então. Por isso, há também uma provável necessidade de introduzir, tematizar e discutir os procedimentos para tratar de raça também na sociologia da violência.

Enquanto Campos e Gomes (2016) foram capazes de realizar uma pesquisa utilizando como base de dados as revistas de ciências sociais classificadas como A1, para esta dissertação era necessário filtrar as publicações com uma vinculação mais direta à sociologia da violência. Por se tratar de uma pesquisa de mestrado com tempo diminuto, foi necessário realizar um trajeto que pudesse facilitar a localização desses artigos, desta forma, foram selecionados textos com base em “termos” e “palavras-chave”. Embora o campo da sociologia da violência tenha origem nos anos 1970, as revisões bibliográficas mais referenciadas do campo se iniciam na década de 90, portanto, para construir nossa linha do tempo, optamos por estabelecer uma linha do tempo com intervalos de 10 anos. Tanto para que pudéssemos acompanhar a influência do legado dos pioneiros e as influências e aspectos perfiláticos dos autores que escreveram e orientaram trabalhos no primeiro período (de 1992 a 2002) de autores que viriam a exercer sua influência e comporem o quadro de autores contemporâneos do segundo período. Outro motivo para esta periodização foi para que se pudesse compreender também as mudanças nas políticas educacionais ocorridas no Brasil, já que a política de cotas raciais foi instituída no segundo período (2002-2012) e é reavaliada a cada dez anos. O último período de (2014 a 2020) ainda encontra-se em curso, entretanto analisamos as tendências encontradas neste até então.

Após selecionar as publicações, foram registrados todos os resultados correspondentes a tais palavras-chave e a partir destes foram selecionados os artigos que se enquadravam melhor no perfil da sociologia da violência. O baixo número de resultados (somente 27), contrasta diretamente com a outra rota tomada por nós: a de analisar “termos de pesquisa” inseridos no Google acadêmico. Tal trajeto já havia sido utilizado em uma pesquisa de Ribeiro (2011). Não só obtivemos um maior número de resultados, mas a filtragem também foi melhor, posto que os termos já são de uso corrente na área, ou seja, dialogavam ou se inseriam de forma mais direta no campo da sociologia da violência, como também nos apresentavam a possibilidade de explorar a relevância de cada artigo, em especial de acordo com o filtro por períodos específicos e ainda abriam um leque maior de interlocutores, pois o Google acadêmico incluía publicações advindas de movimentos sociais, revistas não indexadas ou veículos midiáticos.

Para as revistas, respeitando a classificação do Sistema Qualis CAPES foram escolhidas revistas científicas avaliadas como A1 que, embora se insiram nessa classificação,

possuem diferentes perfis e alcances na comunidade científica que engloba a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. Embora não tenha sido possível uma análise detalhada de todos os textos que compuseram os resultados da pesquisa de termos na plataforma do Google Acadêmico e de palavras-chave nas dez revistas selecionadas, os resultados gerais encontrados foram os seguintes:

Tabela 4: Tabela de resultados referentes à busca de palavras-chave em Revistas Acadêmicas

| Revista | Instituição | Ano de inclusão no Scielo | Número de resultados totais com base nas palavras chave utilizadas | Número de resultados de cada palavra-chave | |
|--------------------|-------------|---------------------------|--|--|----|
| | | | | | |
| Tempo social | USP | 1997 | 71 | Raça | 15 |
| | | | | Racismo | 8 |
| | | | | Cor | 7 |
| | | | | Raciais | 20 |
| | | | | Etnia | 0 |
| | | | | Étnico | 4 |
| | | | | Negro/s | 17 |
| Pardo | 0 | | | | |
| Sociologias | UFRGS | 2000 | 45 | Raça | 9 |
| | | | | Racismo | 7 |
| | | | | Cor | 3 |
| | | | | Raciais | 8 |
| | | | | Negro/s | 11 |
| | | | | Pardo | 0 |
| | | | | Preto | 3 |
| Etnia | 1 | | | | |
| Étnico | 3 | | | | |
| Sociedade e Estado | UnB | 2000 | 46 | Raça | 7 |
| | | | | Racismo | 6 |
| | | | | Cor | 4 |
| | | | | Raciais | 8 |
| | | | | Negro/s | 11 |
| | | | | Pardo | 0 |
| | | | | Preto | 3 |
| Etnia | 2 | | | | |
| Étnico | 5 | | | | |
| Caderno CRH | UFBA | 2007 | 30 | Raça | 4 |
| | | | | Racismo | 5 |
| | | | | Cor | 4 |
| | | | | Raciais | 8 |
| | | | | Etnia | 2 |
| | | | | Étnico | 4 |
| | | | | Negros | 5 |
| Preto | 3 | | | | |

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Como a consulta no Google Acadêmico não seleciona unicamente artigos pertencentes às Ciências Sociais, muito menos àqueles que sejam “pertencentes” ao campo da sociologia da violência. Esses resultados nos servem para dois propósitos: auxiliar na análise da evolução no número de pesquisas que se ocupam do tema e na composição de um quadro de artigos relevantes a ser analisado de acordo com a periodicidade estabelecida por nós. Dessa forma, foram selecionados 30 artigos que somam a relevância estabelecida pelo Google Acadêmico, o uso de palavras chave, e a citação em outras publicações.

Foi selecionada uma lista de 30 artigos, com 10 artigos correspondentes ao perfil geracional estabelecido por nós, utilizando o filtro de datas do próprio Google Acadêmico.

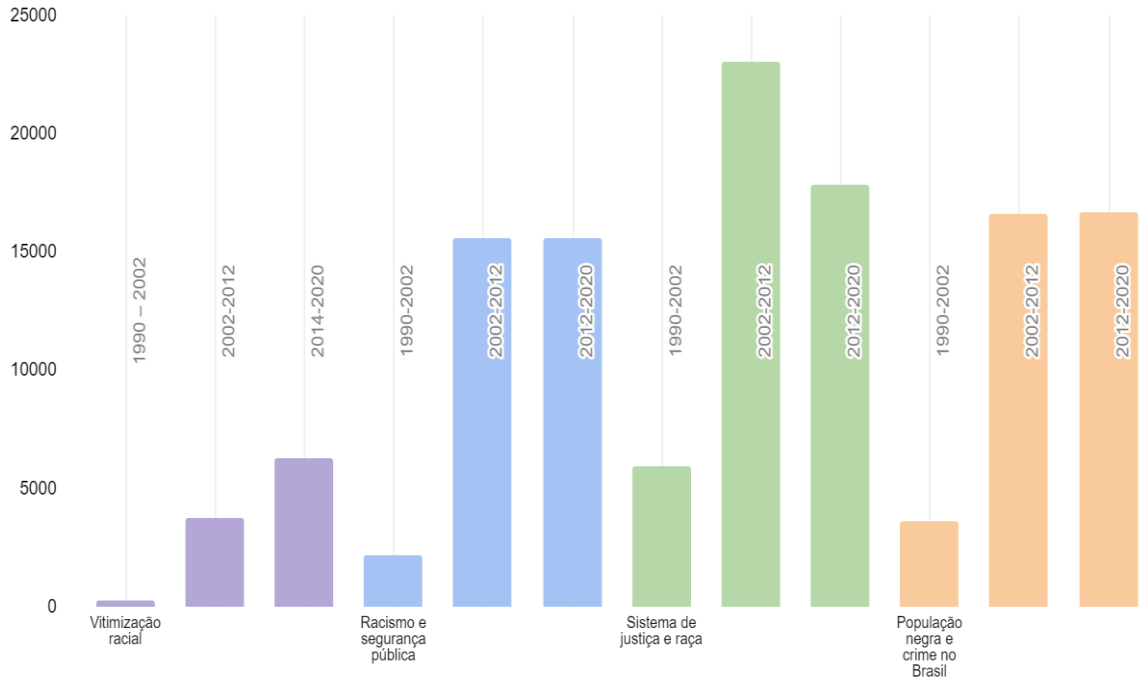
Tabela 5: Tabela de resultados referentes à busca de termos no Google Acadêmico

| Termo utilizado | Período | Resultados |
|-----------------------------------|----------------|-------------------|
| Vitimização racial | 1990 – 2002 | 257 |
| | 2002-2012 | 3720 |
| | 2012-2020 | 6260 |
| Racismo e segurança pública | 1990-2002 | 2160 |
| | 2002-2012 | 15600 |
| | 2012-2020 | 15600 |
| Sistema de justiça e raça | 1990-2002 | 5950 |
| | 2002-2012 | 23000 |
| | 2012-2020 | 17800 |
| População negra e crime no Brasil | 1990-2002 | 3600 |
| | 2002-2012 | 16600 |
| | 2012-2020 | 16700 |

Fonte: Resultados da pesquisa no Google Acadêmico, de acordo com consulta realizada em setembro de 2020. Elaboração da autora (2021)

Como pôde ser percebido pela evolução dos resultados, o número de trabalhos que contemplam a temática racial é crescente, sendo que o único período que demonstra regressão é o de 2012-2020, especificamente nos trabalhos referentes ao termo “sistema de justiça e raça”.

Gráfico 1: Gráfico de evolução comparativa dos resultados obtidos com base na pesquisa de termos ao longo dos períodos observados-Google Acadêmico



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Para efeito de comparação, foram utilizadas duas plataformas para pesquisa: as dez revistas aleatórias classificadas como A1 e os artigos presentes no Google Acadêmico encontrados a partir da busca por termos chave em períodos determinados. Para as revistas, foi feita a análise a partir da definição de nove palavras chave: “raça”, “racismo”, “raciais”, “etnia”, “étnico”, “preto”, “pardo”, “negros/as”, “cor”. Ao observar esses textos a partir de uma leitura diagonal, que buscava entender os contextos nos quais tais palavras-chave eram utilizadas, foi possível observar um primeiro desafio para esta abordagem; o filtro das revistas não necessariamente funcionava a nosso favor. Algumas palavras eram utilizadas em um contexto que não se referia à temática racial, por exemplo, “preto” era uma palavra-chave comum, mas ao ser pesquisada, referia-se a localidades como Ribeirão Preto e Ouro Preto. Também foi frequente o encontro com artigos de áreas diversas como Psicologia, Saúde Coletiva e Direito. Além disso, ao selecionar todos os artigos que continham estas palavras-chave e observá-los detidamente, o número de artigos que tratavam da questão racial em relação direta com a violência, a segurança pública e os direitos humanos era reduzido.

O desafio com relação ao Google Acadêmico foi de outra ordem, os trabalhos encontrados não necessariamente estavam presentes em uma classificação uniforme, podiam tratar-se de monografias, artigos, dissertações, dossiês, artigos de opinião entre outros. Embora o Google acadêmico nos fornecesse um excelente filtro acerca da relevância e dos recortes temporais dos resultados encontrados, o filtro nem sempre nos oferecia o melhor resultado, já que por vezes o critério de classificação do Google Acadêmico era a data de inserção do trabalho na plataforma em sua forma digitalizada, e não a data de publicação original. Entretanto, o número de artigos encontrados no Google acadêmico com uma articulação direta entre a sociologia da violência e a questão racial foi visivelmente superior, incluindo um bom número de autores que são cânones ou referências importantes no campo¹⁰.

Como forma de recolher as informações que poderiam constituir uma medida de comparação, cada trabalho passou por um formulário¹¹, que buscava compreender características como autoria, temas mais populares, recorte temporal mais produtivo, instituições e regiões do país mais produtivas e palavras-chave e termos mais frequentes, além da centralidade da discussão sobre raça.

No que se refere ao Google Acadêmico foi feita uma segunda análise, que destrinchou determinados recortes temporais, destacando os principais textos de cada um desses momentos, para entender padrões temáticos e uso de recursos metodológicos em cada um destes períodos, portanto a análise do corpus não será representativa do todo do campo, mas irá mostrar alguns padrões e tendências passíveis de análise:

Os resultados encontrados a partir da busca por termos no Google Acadêmico resultaram na percepção do crescimento do campo, em especial no período de 2002 a 2012, no qual essa ascensão foi comum em todos os termos de pesquisa. A estabilização ou queda dos termos “Racismo e Segurança Pública” (1990-2002:2400 2002-2012:15900 2012-2020 15700) e “Sistema de Justiça e Raça” (1990-2002:6550 2002-2012:19900 2012-2020:19600) contrasta com o crescimento expressivo dos termos “Vitimização racial” e “Racismo e Encarceramento” (respectivamente saltando de 380 e 2340 resultados no período de 2002-2012 para 9500 e 9100 resultados no período de 2012-2020). Como pudemos observar a partir da análise das revisões bibliográficas do campo, o racismo no fluxo de justiça criminal é um tema presente no início do campo da segurança, de forma que é natural que outros temas

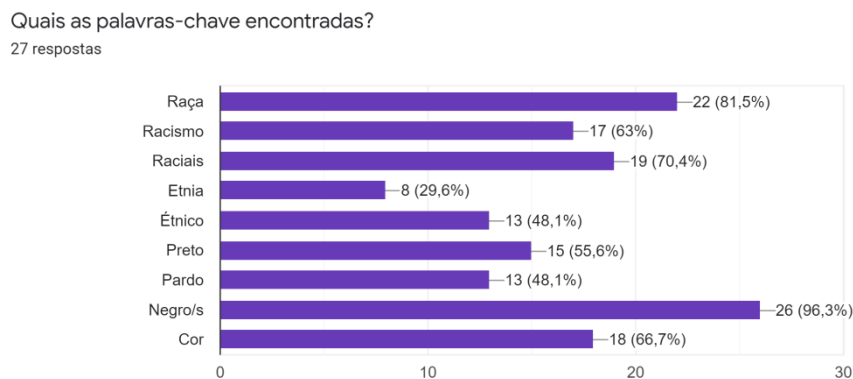
¹⁰ É importante ressaltar que o tamanho das amostras das revistas e do Google Acadêmico é visivelmente diferente, isto porque ao usar as palavras-chave nas revistas selecionadas, foram encontrados poucos textos que poderiam ser considerados como pertencentes ao campo da sociologia da violência, desse modo, muitos foram excluídos, o oposto ocorreu com o Google Acadêmico, que no geral apresentava entre os dez artigos mais relevantes, publicações que pertenciam ao campo.

¹¹ O formulário utilizado encontra-se disponível nos anexos, ao final da dissertação.

ganhem maior destaque ao longo do tempo. Percebemos também que no que se refere ao termo “Racismo e Encarceramento” os resultados da pesquisa continham algumas resenhas e menções que denotam a influência de trabalhos nacionais como “Encarceramento em Massa”, de Juliana Borges e internacionais como “A nova segregação: racismo e encarceramento em massa” de Michelle Alexander (2018¹²).

Ao selecionar os artigos considerados como mais relevantes na plataforma do Google Acadêmico para que pudéssemos analisar de forma breve algumas de suas características, encontramos o seguinte no que se refere às palavras-chave utilizadas nas buscas:

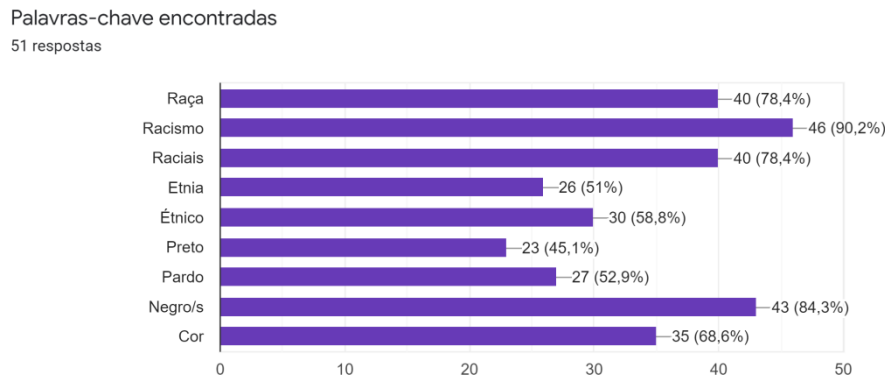
Gráfico 2: Resultados referentes à produção textual – Frequência de utilização das palavras-chave- SCIELO



Fonte: Elaboração da autora (2021)

¹² A obra foi publicada internacionalmente em 2010 e traduzida e publicada no Brasil em 2018.

Gráfico 3: Resultados referentes à produção textual – Frequência de utilização das palavras-chave pesquisadas- Google Acadêmico



Fonte: Elaboração da autora (2021)

O resultado referente ao uso da palavra-chave “negros” dialoga com os achados de Campos e Gomes (2016) na medida em que confirma a predileção de cerca de 67% dos textos de relações raciais pelo uso do conceito de “raça” e da categoria “negro” para nomear grupos estudados. Essa preferência em parte se justifica pela diferença dos termos adotados por autores como Hasenbalg e Silva que tinham como preferência utilizar termos como “cor” e “grupos raciais” que eram mais comuns nos relatórios de dados produzidos pelo IBGE que eram a base de seus trabalhos. Antônio Sérgio Guimarães, no entanto, utiliza o conceito de “raça” por dialogar diretamente com uma perspectiva político-sociológica do termo. Campos e Gomes (2016) também ressaltam que nos trabalhos de Guimarães fica evidente que os impactos do racismo no Brasil atingiriam tanto os denominados “pardos” como os “pretos”, de forma que uma identidade “negra”, reivindicada em especial pelo movimento negro implicaria uma categoria única de denominação passível de facilitar o agrupamento de dados e representar a discriminação de forma mais acurada.

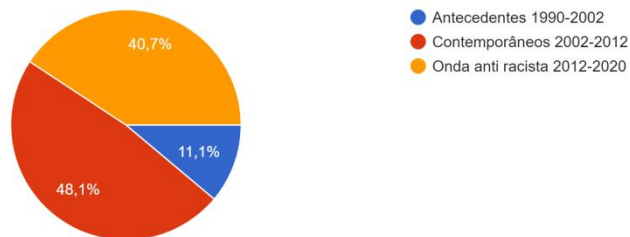
Como no campo da sociologia da violência trabalha-se tanto com os métodos quantitativos, quanto qualitativos, é comum encontrar os termos “raça/cor” juntos para exemplificar dados. Mas, com base nos dados de nosso corpus, o termo “cor” é menos utilizado do que o termo “raça”. Etnia, embora seja um conceito versátil teve menor predominância, em geral nominando discussões: “debate étnico-racial” e em algumas ocasiões se referindo a identidades dos indivíduos, ainda que sem necessariamente conectá-lo a um contexto mais amplo de parentesco, língua ou território posto que este não caberia a situação brasileira.

Como destacamos anteriormente, o Google Acadêmico amplia o escopo de pesquisa de forma a tornar mais fácil o encontro com publicações mais antigas, mas que mantém sua relevância. As palavras chave mais utilizadas foram: “raça”, “racismo”, “raciais” e “negros”. Neste ponto, há que se ressaltar que racismo é um termo interessante para encontrar entre os mais utilizados, isso porque ele em geral denota o reconhecimento de um sistema discriminatório ao invés da mera apresentação de dados ou perfis. A palavra chave “negro/a” é adotada com maior frequência não só por somar, de acordo com o IBGE as categorias “pardo” e “preto”, mas também porque termos como “preto” ainda geram hesitação.

Ao testar o uso do início de determinadas palavras-chave como (negr) para abarcar outras acepções como “negritude”, bem como as diferenças de gênero (negra-negro), posto que procurar por “negro” geralmente resulta em frases que denotam o contexto de vitimização de homens negros jovens, muitas vezes falhando em mencionar as dimensões violentas vivenciadas por mulheres negras. Como forma de comparação, ao pesquisar termos nas revisões bibliográficas do campo, encontrou-se somente uma menção na obra “Crime, Polícia e Justiça no Brasil” na qual os autores realizam a diferenciação dos impactos da violência mencionando o gênero, denotando que ainda se constitui paulatinamente um espaço para discussões internas ao campo da sociologia da violência que abarquem a violência sofrida por mulheres negras.

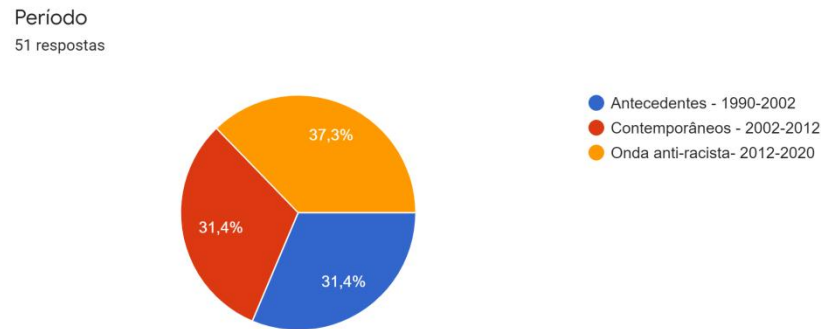
Gráfico 4: Resultados referentes à produção textual – Concentração da produção de acordo com o período- SCIELO

Qual o período em que o artigo foi escrito?
27 respostas



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Gráfico 5: Resultados referentes a produção textual – Concentração da produção de acordo com o período - Google Acadêmico



Fonte: Elaboração da autora (2021)

No que refere ao período de produção dos artigos, a maior parte deles está concentrada entre o período que consideramos como “contemporâneo” (de 2002 a 2012) e “onda antirracista” (2012 a 2020). Como a pesquisa foi realizada com plataformas digitais, o maior número de artigos pode estar ligado ao fato de que estes foram digitalizados e publicados com maior facilidade nestes dois períodos devido ao acesso à veículos digitais. Porém, de acordo com outras pesquisas como a de Campos e Gomes (2016) foi possível acompanhar um processo geral de aumento do interesse pelo tema devido a promoção das políticas de ações afirmativas nas universidades. Em segundo lugar, a presença e influência do movimento negro em redes sociais e mídia alternativa digital poderia também ser uma fonte importante do impulso para estes resultados.

Em nosso recorte específico, os principais temas encontrados na análise das revistas foram: a filtragem racial e abordagem policial, o sistema de justiça e encarceramento, as representações sociais, uma abordagem histórica e revisionista do tema do racismo, e por fim, “marcadores sociais da diferença” de longe a mais prolífica, denotando tanto uma tendência a mencionar a raça como uma entre muitas outras características, como gênero, renda e faixa etária, demarcando muitas vezes a impossibilidade de observar seu impacto de forma dissociada dos demais marcadores.

No Google Acadêmico os principais temas encontrados entre os artigos mais relevantes de cada período foram o encarceramento e o sistema de justiça, a brutalidade e letalidade policial, padrões e perfis de vitimização e por fim, os mesmos “marcadores sociais” da diferença, mas em escala menor e aparentemente mais bem elaborada, posto que havia mais textos que acionaram a interseccionalidade entre raça e gênero para compreender a violência contra a mulher. A grande maioria dos artigos era qualitativa em ambas as

plataformas, mas provavelmente devido ao corpus maior e multiplicidade de materiais bibliográficos foi possível encontrar artigos com abordagens quanti-qualitativas, no Google acadêmico, bem como capítulos de dossiês e livros, resenhas, teses e dissertações. Como tentativa de traçar um perfil dos períodos de relevância na busca dos artigos, procuramos realizar uma breve análise temática dos períodos:

Antecedentes (1990-2002):

Os textos desse período inicial são marcados pela exposição de fatos e dados primários, coletados pelos autores, ou informados pelas próprias instituições que visavam pesquisar. Entre os principais textos a serem destacados estão trabalhos como os de Costa Ribeiro (1995), Sérgio Adorno (1995) e sobre viés racial nas sentenças penais; de Ignacio Cano (1997, 2000), Silva (1998), Oliveira, Geraldês, Lima e Santos (1998) e Ramos (2002) todos bastante marcantes para esse início da discussão na sociologia da violência. Corroborando os resultados encontrados em nosso corpus, a maior parte dos trabalhos desse período se concentra em pesquisas empíricas realizadas na região Sudeste, com foco principal no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, de forma que não permitiam captar a totalidade do cenário brasileiro. Sendo que o trabalho de Oliveira, Geraldês, Lima e Santos (1998) é um dos poucos do período a conter dados de abrangência nacional. Neste último, a fonte de dados é o MNDH. Mas nas pesquisas com escopo reduzido, os dados foram coletados pelos próprios pesquisadores, como nas de Adorno (1995), e Silva (1998) referentes, respectivamente, ao sistema de Justiça de São Paulo e aos dados obtidos por Jorge da Silva em entrevistas realizadas para sua dissertação de mestrado para o Programa de Pós Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

Quando analisamos o período no qual se constituem as carreiras de autores e autoras pioneiros é importante destacar que Sergio Adorno, em uma entrevista ao CPDOC-FGV sobre sua trajetória e também em sua entrevista para o livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos do crime, violência e segurança pública” evidencia pouco esse período profícuo de discussões. Ou seja, há certa dificuldade dos pioneiros em narrar as próprias carreiras tomando esse tema como central ou representativo do corpus de seus trabalhos.

Exemplifico a questão do “tema de carreira” a partir dos trabalhos de Adorno (1995) porque entre os autores ele é o mais referenciado, com maior lastro acadêmico no tema. Sua atualidade provavelmente reside em seu status de pioneiro, mas também por estar entre os primeiros a traçar uma crítica quanto a invisibilização do tema no campo da sociologia da violência caracterizando-a como uma consequência da percepção falsa de ausência de conflito

nas relações raciais brasileiras. Adorno (1995) afirma até mesmo que o mito da democracia racial possui tal eficácia simbólica que teria seduzido também aos cientistas sociais (SCHLITTLER, SILVESTRE, SINHORETTO, 2014 apud ADORNO, 1995, p. 40). Essa crítica seria ainda mais aprofundada por Jorge da Silva (1998) que também traz em seus trabalhos a importância da perspectiva do autor na elaboração e escrita dos artigos sobre a temática.

Ainda assim, parecem faltar categorias teóricas próprias a análise do tema nesse período. Se os anos 90 contam com autores pioneiros como Sérgio Adorno, César Barreira, Roberto Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda mencionando mesmo que brevemente o tema das relações raciais em suas revisões bibliográficas do campo, havia também a presença de publicações como “A cor do medo” (1998) e “Violência e racismo no Rio de Janeiro” (1998), que ainda que pouco citadas nos artigos do campo da sociologia da violência se destacam pela profundidade dos posicionamentos dos autores e qualidade dos dados qualitativos compilados.

Análise temática: Contemporâneos (2002-2012)

O período contemporâneo é caracterizado por um aperfeiçoamento desses dados qualitativos culminando no ano de 2012 que Schlittler, Silvestre e Sinhoretto (2014) demarcam como determinante para o estudo das imbricações entre desigualdade racial e violência. Embora as autoras referenciem trabalhos dos anos 1990 que já evidenciavam o tema da desigualdade racial, apontam o ano de 2012 como determinante nos estudos, pois:

Como correlato a este movimento, desde o ano de 2012, o campo da segurança pública assiste tanto a emergência de pesquisas que problematizam a desigualdade racial, quanto de movimentos sociais tematizando o chamado “genocídio da população negra”. Tais movimentos denunciam a seletividade racial e territorial nas abordagens policiais das periferias e que, a partir de 2006, passaram a compor o associativismo antirracista. (SCHLITTLER, SILVESTRE, SINHORETTO, 2014, p.4)

Vale ressaltar que este é também o ano da publicação do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2012) e “Vidas Perdidas e Racismo no Brasil” (2012-2013), publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Novamente, quanto mais se contextualiza o momento dessas publicações mais encontramos sua ressonância e consonância externa à universidade, pois foi em 2012 que foi fundado o Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra e Periférica com presença de cem organizações da sociedade civil, realizando atos públicos e tematizando a letalidade policial e sua incidência sobre a população negra (Schlittler, Silvestre e Sinhoretto, 2014). O ano também foi marcado pelo lançamento do

edital “Pensando a Segurança Pública” do Ministério da Justiça, a edição contou pela primeira vez com uma linha de pesquisa sobre segurança pública e relações raciais.

Análise temática: Onda antirracista (2014-2020)

O último período que denominei como “onda antirracista” ainda está em curso segundo a classificação adotada neste trabalho, com periodização de 10 anos cada. Tanto o trabalho de Schlittler, Silvestre e Sinhoretto (2014) quanto a revisão de Andrade e Andrade (2014) são do mesmo ano e, portanto, marcam uma forma de pensar e narrar o que tem sido feito até então no que se refere à tematização do racismo na sociologia da violência e da segurança pública, enquanto se constituem também como fontes para pesquisadores que se inserem na “onda recente” de reafirmação da temática racial como foco de pesquisas.

No trabalho das autoras, há inclusive a contextualização de que se trata de um processo extra e intramuros na universidade, na medida em que, este ressoa o aumento da mobilização de determinadas agências do Estado e a luta por políticas públicas voltadas à igualdade racial que entraram na agenda pública graças às reivindicações dos movimentos sociais. Elas destacam o movimento da juventude negra e sua entrada em espaços de debate como as Conferências de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJs) e no Conselho Nacional de Juventude. Outro fator destacado pelas pesquisadoras, a partir da leitura de Moraes (2013) é a influência determinante das políticas de ações afirmativas tanto a partir da lei 10.639/03, passando pela criação da SEPPIR e do Plano Juventude Viva.

Se as análises qualitativas têm crescido, os dados quantitativos estão cada vez mais acurados no que se refere ao perfil das vítimas de homicídio no Brasil. O Atlas da Violência 2018 menciona como os dados acerca das mortes violentas por raça/cor têm apresentado uma inflexão importante: a morte de indivíduos não negros diminuiu 6,8% enquanto a vitimização da população negra aumentou 23,1%, de forma que 71,5 % das pessoas assassinadas no país são pardas ou pretas. Com destaque para os estados de Sergipe (79%) e Rio Grande do Norte (70,5%) Uma das informações que o Atlas fornece é de que a experiência da violência para negros e não negros é tão difusa, que em um mesmo estado, a população branca e a população negra se deparam com índices de violência de países diferentes. Um exemplo disso, é o estado de Alagoas, cidade que apresenta a terceira maior taxa de homicídios de negros no país (69,7%), enquanto apresenta também a menor taxa de homicídios de não negros (4,1%), de forma que o Atlas aponta que é como se os não negros alagoanos vivessem nos Estados Unidos, enquanto os alagoanos negros vivessem em El Salvador, cuja taxa de homicídios é de

60,1 por 100 mil habitantes. Com relação às mulheres negras, estas sofrem com uma taxa de homicídios 71% superior à de mulheres não negras.

O Atlas faz referência a outros documentos importantes para a análise da desigualdade racial no que se refere à violência letal, como é o caso do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que apontam respectivamente para um risco de 2,7 vezes maior de que jovens negros sejam assassinados do que os jovens brancos, assim como uma taxa de 76,2% de mortes de pessoas negras em decorrência de intervenções policiais.

Abordar o racismo presente nas instituições de segurança engloba debater as taxas de homicídio, a letalidade policial, a seletividade penal e o acesso à justiça. Ou seja, trata-se de uma discussão ampla na qual se discute o dever constitucional do Estado brasileiro em fornecer proteção contra a violência sem discriminação, e se considerarmos a proporção da população negra no Brasil, maioria no país, a ideia de que a segurança pública é um dos espaços de maior seletividade racial e negação de direitos não só assusta como sugere a existência, tão mencionada pelo movimento negro, de um projeto genocida.

Os números apresentados precisam sair do território das taxas e passarem a estar presentes em um diálogo que reconhece a demanda de segurança pública por parte da população negra enquanto também passa por um processo de autocrítica sobre as falhas dos órgãos que deveriam proteger essa maioria. Cerqueira, Junior e Lima (2014) criticam uma atuação policial muito mais focada em punir os jovens negros e pobres, do que em investigar e garantir a punição daqueles que por ventura exercem violência contra os mesmos.

As estatísticas tornam fácil premeditar que se a população masculina de jovens negros é a que é mais encarcerada, isso se deve a um maior envolvimento com a criminalidade, gerando um mito que associa a juventude negra à delinquência, o que alimenta a seletividade. Essa mesma prática de “mitificação” do jovem negro contribui com uma faceta de naturalização da relação entre pobreza e criminalidade “[...] erroneamente tomando a cor da pele como seu indicador visível. É como se o jovem negro pobre sintetizasse o drama de uma sociedade incapaz de solucionar suas contradições” (Cerqueira, Junior e Lima, 2014, p.8).

Um número cada vez maior de pesquisadores tem apontado para a necessidade imediata de um Plano Nacional de Segurança Pública, focado especialmente no problema dos homicídios. Para isso, seria necessário estruturar eixos que priorizassem a investigação, a prevenção e a governança. A investigação se constitui como um dos eixos mais importantes na redução de homicídios, visto que atualmente no Brasil, a percepção do risco e a sensação de impunidade estão presentes em toda a sociedade. Entre as melhorias elencadas pelo

relatório da CNI (CNI, 2018, p.39) estão as reformas nas unidades policiais, investimento em recursos para melhoria dos órgãos de perícia, focando em provas técnicas mais do que nas testemunhais. Um exemplo importante exposto no relatório é a criação de manuais de investigação, como implantados na Inglaterra, algo que poderia beneficiar as polícias brasileiras que sofrem com a precariedade dos treinamentos de investigadores. Estes, em sua grande maioria, não recebem apoio institucional para aperfeiçoamento e não encontram os conhecimentos necessários nos currículos das Academias de Polícia. Na sua maioria, recebem informações e conhecimentos dos policiais mais experientes e não interagem significativamente com demais profissionais de investigação (CNI, 2018).

Outro passo urgente é a produção de indicadores. No Brasil nem mesmo é possível determinar uma taxa de elucidação posto que não há indicadores que mensurem a investigação criminal. A precariedade das delegacias que atendem as áreas periféricas com maiores taxas de homicídios também implica em uma baixa disponibilidade de viaturas e instalações para realizar o trabalho cotidiano, de forma que os inquéritos concluídos são referentes aos crimes em flagrante, com agressores facilmente identificados. Entre as boas iniciativas estão a criação de delegacias especializadas em homicídios, o que possibilita que um efetivo maior lide com mais rapidez e integração nos trabalhos de investigação trabalhando em cooperação com demais profissionais da área, como os peritos.

Uma mudança que já tinha se iniciado nos estudos contemporâneos, mas que foi expandida e é de fato extremamente benéfica nesta onda recente, especialmente para fins comparativos, é sua capacidade de ampliar os debates para além das fronteiras regionais comumente estabelecidas. Um excelente exemplo é a pesquisa “A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais” (2014) realizada em coautoria com parceiros como Jacqueline Sinhoretto, Eduardo Batitucci, Fábio Reis Mota, Giane Silvestre, Danilo de Moraes, Paulo César Ramos, Luiza Aragon, só para citar alguns. Pesquisadores de diferentes regiões do país e grupos de pesquisa associados para constituir uma perspectiva mais global. Além disso, esse período parece consolidar de vez a presença significativa de estudos em co-autoria no que se refere ao tema durante todos os períodos temáticos analisados.

A percepção de uma “onda antirracista recente” no que se refere ao tema encontra-se presente nos textos de sociólogos como Jacqueline Sinhoretto e Paulo Ramos, este último, em artigo intitulado “Desmilitarização, genocídio e esquecimento” publicado no site Justificando apresenta uma perspectiva crítica dos caminhos possíveis para (re) pensar o histórico da

temática racial no campo da sociologia da violência. O autor ressalta que só recentemente o tema ganha os contornos devidos, embora tenha estado, de certa forma, sempre presente.

Este semestre, em dois seminários acadêmicos, em duas universidades diferentes, em dois estados diferentes, um sobre relações raciais e outro sobre violência e segurança pública, eu participei de mesas com a mesma temática: violência e racismo. Muito me esforcei para me equiparar às pessoas que dividiam a palavra comigo, eram apresentações frutos de trabalhos recentemente desenvolvidos. O que foi apresentado nas duas ocasiões não seria possível de acontecer quatro, cinco anos atrás. Apesar de ser um tema muito conhecido do ativismo negro de há pelos menos duas gerações de militantes, a ideia de violência racial ou da violência de estado contra negros nunca teve tanta reverberação nos espaços acadêmicos ao ponto de podermos juntar pessoas diferentes, de diferentes instituições do Brasil para discutir sobre trabalhos que estão sendo desenvolvidos ao mesmo tempo sobre polícia, prisão, racismo institucional, sistema judiciário, genocídio da população negra. Isso significa que as coisas estão andando, com dificuldade, poucos recursos, boicotes, narizes tortos, mas há coisas têm sido transformadas. (RAMOS, 2019¹³)

O texto de Ramos em dezembro de 2019, expressa um cenário de discussão acadêmica que começa a ser modificado, mas que já era desenhada no prefácio de Abdias Nascimento em 1998 para o livro “A cor do medo” (Oliveira, Geraldes, Lima, Santos, 1998). Segundo Nascimento (1998) a dificuldade em avançar nas imbricações entre violência e racismo era descrita pelo autor como “quarto dos fundos” das ciências sociais, pois já teria sido resolvida por Gilberto Freyre, com a “ideia de democracia racial”. Os olhares, boicotes e narizes tortos mencionados por Ramos (2019) são os mesmos mencionados por Abdias Nascimento, que afirma que os pesquisadores que insistiam em se inserir nesse “terreno movediço” passavam a pertencer a um limbo acadêmico por impulsionar um “revanchismo negro”.

Escrevendo em momentos diferentes, Abdias Nascimento nos anos 1970, Jorge da Silva nos anos 1990 e Paulo Ramos em 2019 abordam ainda outra questão fundamental: o espaço que o tema sempre teve na militância negra. Nascimento (1998, p.12) afirma “a confirmação empírica das denúncias oriundas da militância negra tem produzido respostas positivas nas várias instâncias de nossa sociedade. Com elas, a questão racial ganhou validade científica - ainda que, no seio da academia, quem se preocupa com o tema continue sendo visto de esquelha”.

Embora determinados esforços se cruzem, uma das características que gostaríamos de destacar é a ideia de que muitos dos trabalhos iniciais no tema eram marcados pelo caráter ensaístico de trabalhos que ainda nem sempre podiam prover dados acurados da violência contra a população negra, como destacado por (Waiselfisz, 2012) ao justificar a impossibilidade de elaborar o Mapa da Violência antes que se vencesse o problema da não

¹³

Desmilitarização, genocídio e esquecimento.
<https://www.justificando.com/2019/12/03/desmilitarizacao-genocidio-e-esquecimento/>

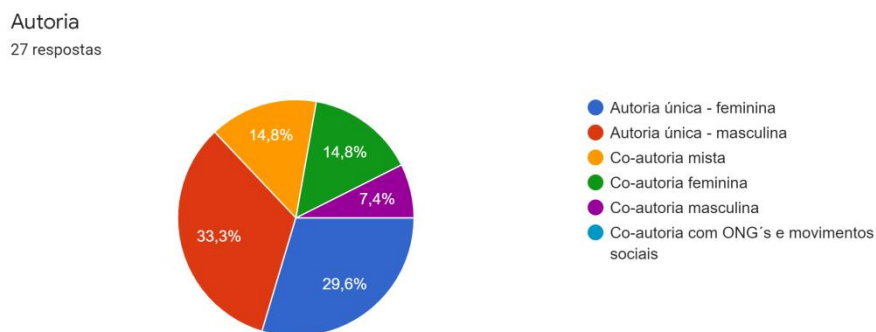
Fonte:

menção e subnotificação de dados por parte do Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS) que só incorporou o critério cor/raça em 1996. Entretanto os trabalhos intermediários realizados pelos contemporâneos, em especial a partir de 2005, são marcados pelo oposto, uma forte inclinação pela adoção de métodos qualitativos. Por fim, a última onda, parece assumir ambos os métodos: ensaístico e qualitativo, somados também a uma crítica da hesitação de determinados autores em abordar uma temática visivelmente essencial à área, bem como a crítica da ausência de uma abordagem teórico metodológica bem desenvolvida para o trato do tema.

2.4.1. Perfil de quem publica

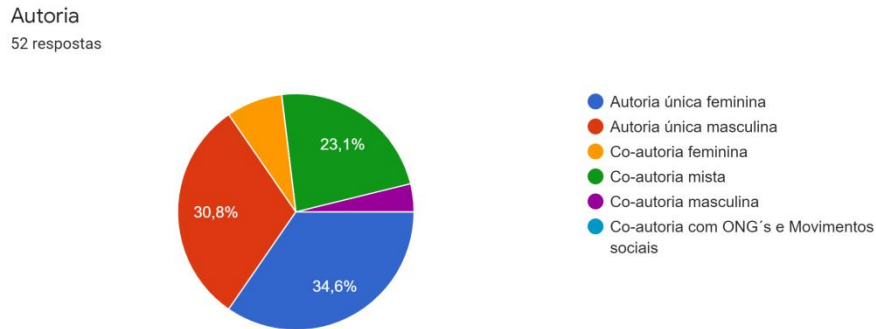
A partir da análise das revistas e do Google acadêmico constatou-se que o perfil da autoria única (exclusiva) era majoritariamente masculino, enquanto que o regime de co-autoria em parceria ou promovido por organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais era o segundo mais representativo. Por isso, os resultados encontrados exibem um maior número de autores do que de textos, isso porque a co-autoria é uma modalidade bastante comum entre os textos encontrados em ambas as plataformas de pesquisa utilizadas. Este dado é interessante porque representa não só uma ponte entre a universidade e os movimentos sociais, mas também a capacidade de aprofundar a interlocução e o referencial teórico advindo da própria militância.

Gráfico 6: Resultados referentes a autoria – Perfil de gênero das autorias- SCIELO



Fonte: Elaboração da autora (2021)

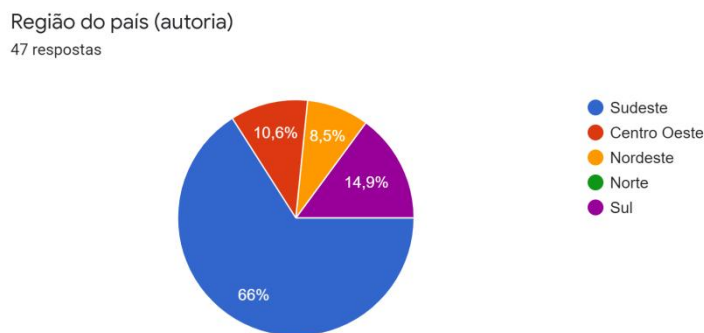
Gráfico 7: Resultados referentes a autoria – Perfil de Gênero das autorias - Google Acadêmico



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Os resultados encontrados expressam a concentração de autoria e publicação em instituições e centros de pesquisa bastante específicos. Não só a região Sudeste supera as demais em número de autores, mas também na escolha das revistas para que os textos fossem publicados. Mas é importante informar também que havia presença de pesquisadores sediados em centros internacionais publicando em português em revistas brasileiras em ambas as plataformas. Ressalta-se que a centralidade do Sudeste, em especial das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se justifica pelo fato de que lá se concentram as revistas mais bem avaliadas, e de que essa visibilidade se traduz em maior número de citações. Porém, como bem destacado por Fachinetti et al (2020), as análises também permitem pensar que ainda que a representatividade dos pesquisadores derive da “concentração” dos mesmos, as demais regiões são muitas vezes as responsáveis pela diversificação do campo de estudos.

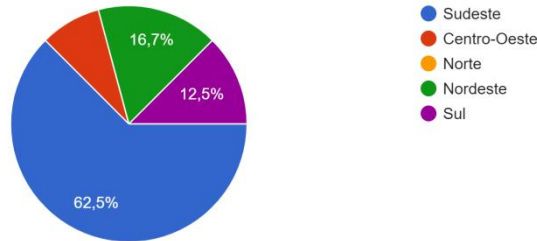
Gráfico 8: Resultados referentes a autoria – Região de autoria - Google Acadêmico



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Gráfico 9: Resultados referentes a autoria –Região de autoria- SCIELO

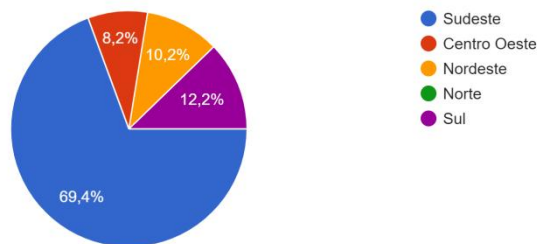
Região do país do/a autor/a
23 respostas



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Gráfico 10: Resultados referentes à autoria – Região de publicação do artigo- SCIELO

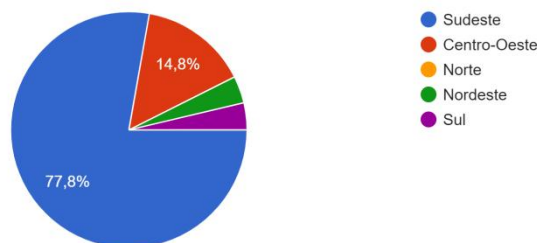
Região do país em que foi publicado
49 respostas



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Gráfico 11: Resultados referentes à autoria – Região de publicação do artigo - Google Acadêmico

Região do país em que foi publicado
27 respostas



Fonte: Elaboração da autora (2021)

Entre as pesquisadoras e pesquisadores mais relevantes segundo a classificação do Google Acadêmico foi realizada a seleção daqueles que tinham ao menos dois artigos em

diálogo com a questão racial. Destes, selecionamos aqueles que pertencem especificamente ao campo da sociologia da violência: Sérgio Adorno (NEV-USP), Jorge da Silva (UERJ), Luiz Eduardo Soares (UERJ), Jacqueline Sinhoretto (UFSCar), Eduardo Paes Machado (UFBA), Silvia Ramos (CESEC-UCAM), Renato Sérgio de Lima (Fórum de Segurança Pública/ FGV EAESP), Almir de Oliveira Junior (IPEA) e Daniel Cerqueira (IPEA).

O Google Acadêmico conta com um registro que contém a lista das principais publicações de determinados autores vinculados. Nem todos os autores selecionados possuem esse registro, a exemplo de Silvia Ramos, Luiz Eduardo Soares e Jorge da Silva¹⁴. De forma que não foi possível conferir o pico de citações referente a todos os artigos. Entre os que foram passíveis de verificação, os de maior relevância em termos de ranking de citações são: “Discriminação Racial e Justiça Criminal” de Sergio Adorno com 339 citações, “Vidas perdidas e racismo no Brasil” de Daniel Cerqueira (em co-autoria com Rodrigo Moura) com 46 citações, “A gestão da vida e da segurança pública no Brasil” de Renato Sérgio de Lima (em co-autoria com Samira Bueno e Jacqueline Sinhoretto) com 45 citações e “Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante” de Jacqueline Sinhoretto (em co-autoria com Maria Carolina Schlittler e Giane Silvestre) com 42 citações. O pico de citações da maioria dos artigos, independente do período de publicação, foi o ano de 2019. A maior parte da formação dos pesquisadores foi realizada no Brasil, entretanto, há um número maior de pós-doutoramentos em institutos na França e no Canadá. Por fim, destacamos que entre os autores que escreveram ou escrevem sobre o tema durante suas próprias formações, da graduação até o pós doutorado, e não em artigos ou trabalhos isolados, temos Jorge da Silva e Jacqueline Sinhoretto, respectivamente em sua dissertação de mestrado intitulada “Violência e Racismo no Rio de Janeiro” e o estágio de pós doutorado de Sinhoretto focado em analisar padrões como o “Racial Profiling” em uma perspectiva comparativa.

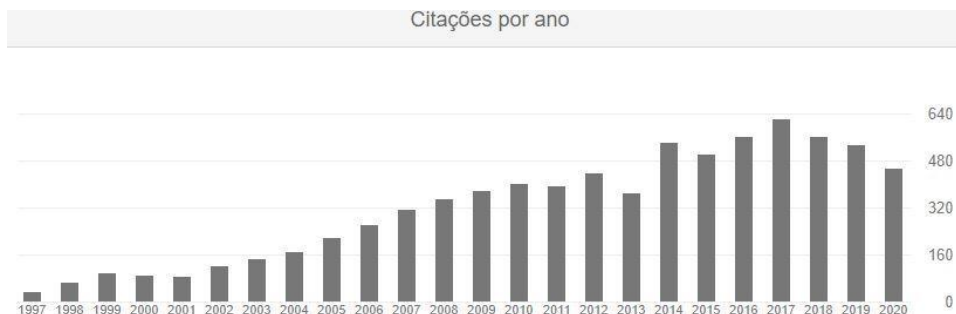
Como destacamos estes são os pesquisadores que estiveram entre os mais relevantes com base no critério do filtro “relevância” do Google Acadêmico e em nosso critério de filtragem (ao menos dois artigos sobre a temática), entretanto, outra forma de compreender a relevância de determinados autores, e que até mesmo reforça os nomes citados é a análise do que chamamos de “legado referencial”, algo que se expressa na recorrência de determinados nomes nos textos temáticos. Por fim, a baixa presença de interlocução dos autores com

¹⁴ Nos casos de Jorge da Silva e Luiz Eduardo Soares, há um problema adicional. Ao clicar no ícone que deveria remeter aos resultados do autor, o leitor é redirecionado a artigos de outro pesquisador. Ou seja, há um vínculo errôneo entre publicações de pesquisadores homônimos.

pesquisadores estrangeiros nas referências bibliográficas pode expressar, um processo ainda em construção no que se refere a aclimatação com a bibliografia internacional, ou um desejo de diálogo direto com o contexto brasileiro. Como no início dos escritos, ainda se constituía um campo de intersecção entre racismo e violência no contexto nacional, as referências internacionais eram mais frequentes. Alguns dos pesquisadores internacionais mais relevantes nas publicações encontradas estão Michel Wiervioka, Michel Foucault, Paul Amar, Frantz Fanon e Michelle Alexander (inclusive com um bom número de resenhas do livro “The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colorblindness” traduzido no Brasil como a Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa” entre as publicações mais relevantes do Google acadêmico).

Sergio Adorno é o nome com maior número de referências, mesmo em textos que tratavam da questão de forma secundária, ou entre autores de áreas externas à sociologia, como Direito, Psicologia e Saúde. O padrão de citações aos trabalhos do autor desde 1997, elaborado pela própria plataforma do Google Acadêmico demonstra sua contínua influência na produção acadêmica brasileira:

Gráfico 12: Padrão de citações a Sergio Adorno segundo o Google Acadêmico



Fonte: Google Acadêmico(2020)

Embora Sergio Adorno seja um autor com uma produção profundamente diversa no campo, é interessante destacar que “Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo” (1995) é um dos trabalhos mais relevantes e citados da bibliografia do autor segundo o Google Acadêmico. Se pesquisarmos o volume de citações a este texto de forma periodizada, encontramos inclusive uma evolução no índice ao longo do período, com 39 resultados de 1990 a 2002, 148 resultados de 2002 a 2012 e 170 resultados de 2012 a 2020. Já “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa” têm menos citações (117 resultados ao todo), mas também compõe a lista de textos básicos para quem trata do tema. Entre os autores que citamos acima, todos mencionam ao menos um

destes textos em suas bibliografias, algo que não se repete com os demais. Tal fato se deve ao posto “inaugural” de Adorno por ser um pioneiro, mas também pelo aprofundamento e atualidade do diálogo desenvolvido desde os anos noventa. Uma das características mais interessantes do trabalho desenvolvido por Adorno foi a co-autoria com o Instituto Geledés e a participação de pesquisadores com diferentes graus de formação neste trabalho. Aqui inclusive vale ressaltar a possibilidade de pensar a influência de Adorno a partir da ideia de “linhagens acadêmicas”, tal como exposta por Fachinetto et al (2020):

Linhagens do pensamento é tema abordado tanto nos estudos da sociologia dos intelectuais (Passiani, 2018) como na literatura sobre pensamento político (Brandão, 2010). Os conceitos de linhagens e de gerações abordados nesses estudos adotam como premissa que o compartilhamento teórico e temporal de correntes ou conjunturas de atuação dos pensadores e dos pesquisadores permite pensar no estabelecimento de famílias intelectuais, bem como analisar a constituição, a circulação e a continuidade de ideias. Assim, aliamos as tradições dos estudos sobre o estado da arte desse campo, que mapeou os pioneiros nessa área de pesquisa, com o conceito de linhagens entendido como processo de formação de pesquisadores a partir das orientações em cursos de doutoramento. O exame das linhagens dos pioneiros dos estudos sobre violência, crime e justiça criminal considerou o aprendizado da pós-graduação como um aspecto importante na trajetória dos pesquisadores e um espaço no qual a orientação se constitui como mecanismo de difusão de ideias, práticas e interesses comuns de pesquisa, o que não implica, necessariamente, uma afinidade temática ou filiação teórica aos orientadores. (FACHINETTO et al, 2020,p.2)

Segundo Fachinetto et al (2020), como pioneiro no campo de estudos da violência, Sergio Adorno pode ser entendido como constituidor de uma linhagem, constituída por seus orientandos com doutorado concluído, estes seriam a primeira descendência de formação acadêmica, com os orientandos desses orientandos compondo a segunda linhagem e assim por diante. Entretanto, ressalta-se que o campo de estudos da violência, segurança pública e justiça criminal é amplo, tanto com pesquisadores que não possuem ligação com tais linhagens pioneiras, quanto com influência de pesquisadores externos à sociologia da violência, que orientaram e orientam trabalhos com vinculação ao campo ou de grande valor aos pesquisadores do campo. É fato também que mesmo entre as linhagens constituídas por pioneiros não se formaram só pesquisadores da área da violência.

Aqui tomamos o exemplo de Sergio Adorno enquanto um pioneiro constituidor de linhagens filiadas ao tema, impactando também a derivação das demais linhagens, ou seja, das influências de orientandos sobre seus orientados e assim sucessivamente. A título de exemplo, Sergio Adorno foi o orientador da dissertação e tese de doutoramento da pesquisadora Jacqueline Sinhoretto, já compartilharam bancas sobre o tema, e a pesquisadora foi, durante a sua graduação, parte da equipe de pesquisa da publicação coordenada por Sergio Adorno em associação ao Geledés intitulada “A Criminalidade Negra no Banco dos

Réus. Desigualdade no acesso à justiça penal” (1991-1994). Atualmente, a pesquisadora lidera os seguintes projetos/grupos de pesquisa: Policiamento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime (2017-2020), Segurança e relações raciais: policiamento ostensivo e produção das desigualdades (2018-atual), Racial profiling, preventive justice and inequalities: contemporary social control in comparative perspective Brazil – Canada (2019-2020).

Por sua vez, Maria Carolina de Camargo Schlittler, foi orientanda de Jacqueline Sinhoretto, na tese intitulada “MATAR MUITO, PRENDER MAL: A produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP” (2016) e participou sob coordenação da pesquisadora em projetos como “Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante” (2013-2014) e “A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais no Brasil” (2013).

Com isso, não queremos dizer que a orientação tem total domínio sobre os interesses de pesquisa e o livre arbítrio dos pesquisadores, mas que o papel dessa presença pode ser levado em conta inclusive na manutenção da permanência de determinados temas na agenda do campo. Fachinetti al (2020) aponta que após a análise das revisões bibliográficas do campo, bem como das linhagens de autores desde os pioneiros até a terceira geração descobre-se algo que vai além da popularidade ou carência de determinados temas. Os pesquisadores afirmam que os balanços bibliográficos da área exibem poucos estudos com análise da categoria raça ou a relação entre a violência e os processos de racialização, o que é bastante intrigante tendo em vista a configuração dos fenômenos de violência letal no Brasil, bem como o racismo societal e institucional que historicamente se perpetua no país. (p.35). Portanto a análise das linhagens seria uma ferramenta capaz de suscitar a hipótese de que a invisibilidade estaria em parte relacionada também ao pertencimento racial dos próprios pesquisadores ou de que o debate racial nos estudos estaria presente de forma alternativa, em outros recortes, que não foram de fato absorvidos e trazidos à baila nas revisões bibliográficas.

2.5 Para além da violência racial contra a população negra: algumas abordagens sobre violência e a população indígena e oriental no Brasil

Esse excerto do capítulo visa abordar algumas formas pelas quais a violência contra outros grupos raciais majoritários no país foi observada, até mesmo para que possamos perceber as discrepâncias e os imaginários que envolvem as relações de cada um desses

grupos com o tema. Isso porque é muito comum no Brasil tomar processos de racialização de forma simplória, quando na verdade, é necessário pensar a racialização como parte do sistema que produz as desigualdades com base na diferença (SINHORETTO E LIMA, 2020). Como exposto por (MONSMA, 2013, p.5):

Pensar raça como uma forma de etnicidade combinada com dominação salienta o processo político da construção das identidades raciais. Qualquer forma de identidade coletiva é construída pelas relações entre a classificação interna do grupo, pelos próprios integrantes, e a categorização externa, por outros (JENKINS 1997, 2004). Entretanto, a racialização envolve a imposição de categorias ao grupo subordinado pelo grupo dominante, junto com definições do grupo assim categorizado como intrinsecamente inferior (FENTON 1999; GUIMARÃES 2002). Por exemplo, quem decidiu que todos os diversos grupos étnicos da África subsaariana deveriam ser colocados na mesma categoria, como “negros”, foram os europeus e descendentes, que escravizaram e exploraram os africanos e seus descendentes. “A aceitação da identidade negra pelos africanos e seus descendentes é uma forma de racialização defensiva, que facilita a resistência ao racismo.”

Longe de esgotar a temática, esse trecho é comparativo e evoca outras representações sociais presentes em pesquisas que interrelacionam os temas.

2.5.1. População indígena e violência

Como exposto por Lacerda (1998) é inegável que o histórico da população indígena com a violência é antigo. Isso não só devido à resistência destes ao longo da colonização brasileira, mas também pelo fato de que direitos de proteção aos povos indígenas foram adquiridos somente muito recentemente. O Estatuto do Índio data de 1973, e como outros acordos de direitos humanos no Brasil, precisou ser assumido inclusive internacionalmente, sendo constantemente regulado e observado por órgãos como a Anistia Internacional.

O processo de organização de uma base de dados que compile os casos de violência contra indígenas, até mesmo para veiculação midiática é árduo. Isso porque, a circulação de informações fica comprometida pela dificuldade de acesso a informações sobre o cotidiano de terras indígenas que muitas vezes ficam em localidades distantes, ou sem acesso à comunicação estável. A ausência de informações muitas vezes implica na percepção de que não há conflitos a serem mencionados, invisibilizando-os.

Segundo a autora, há também outros dois fatores bastante atuais que exacerbam conflitos: o primeiro é uma cultura “anti-indígena” na qual os conflitos por terra se misturam a estereótipos racistas, tal conflito se acirra inclusive com a participação de figuras poderosas nas localidades em que estão presentes algumas dessas comunidades indígenas, essas figuras que possuem interesse político e econômico nessas terras podem impedir o registro de

ocorrências e até mesmo o registro midiático de conflitos e homicídios contra a população indígena.

O segundo fator a ser mencionado é o congelamento de uma imagem do índio genérico, ou puro. Ou seja, há um quadro imaginado de características físicas e culturais que constituem expectativas a serem checadas e cumpridas para que se possa falar que determinado indivíduo é indígena. De forma que, em determinados territórios do país há uma dissolução completa de tal fenótipo e em outras regiões, como a Amazônica, tal fenótipo, embora comum, não pertence somente à indivíduos que se identificam como indígenas¹⁵.

O mesmo se repete no que se refere à elementos culturais que são homogeneizados e folclorizados. Milanez, Sá, Krenac, Cruz, Ramos e Pataxó (2019) afirmam que tal processo é uma “fossilização da cultura indígena” que se reflete em um senso comum que busca um “índio de verdade” que não usa aparelho celular e não frequenta universidades ou escreve livros. Percepções presentes também nas interações cotidianas com agentes públicos que não esperam que indígenas busquem por autonomia e sejam porta-vozes de suas próprias demandas. Um dos exemplos oferecidos pelos autores é inclusive o do escritor Olívio Jecupé, barrado na FLIP de Paraty:

Então você já vê que as pessoas da cidade não acreditam na gente. A gente sofre preconceito porque a sociedade sempre vê o índio como aquele primitivo que não vai crescer, e quando o índio mostra o seu talento aí vem o preconceito, o racismo. Então escrever é importante para mostrar para a sociedade que nós também podemos fazer a mesma coisa que o outro faz. Quando você fala de um índio escritor as pessoas se assustam: mas um índio escritor? Tudo assusta à sociedade. Quando eu entrei na USP nos anos 1990, todo mundo queria saber como eu tinha entrado, e eu dizia: “eu prestei vestibular”. Nós formamos uma associação na nossa aldeia, “mas tem CNPJ?” – Sim, se não tem CNPJ, não é associação. “Mas vocês têm conta em banco?”. Então para a sociedade não indígena, quando você fala “o índio faz isso”, é assustador porque o índio é sempre visto como primitivo. (Milanez, Sá, Krenac, Cruz, Ramos e Pataxó, 2019, p.2176).

Se o reconhecimento da identidade indígena está refém de estereótipos e visões engessadas, a imprensa também termina por expressar isso ao omitir a identidade de determinadas vítimas dificultando a compilação de dados, bem como se tornando partícipe de estereótipos “qualitativos” que oscilam substancialmente desde “ingênuo” até “bárbaro”. Esses desafios da percepção e construção dos dados acerca do racismo e da violência contra a

¹⁵ Falas como a do atual presidente Jair Bolsonaro contribuem para compreender a profundidade de uma cultura anti-indígena que vai além do “local” e torna-se nacional. Destaco duas falas que acenam para um eleitorado bastante específico e dão sinal verde para as agressões contra indígenas. “Com toda a certeza, o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós.” Fonte: UOL Notícias, Janeiro 23, 2020; “Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos. Como eles conseguem ter 13% do território nacional”, Fonte: Campo Grande News, 22 Abril 2015

população indígena também estão presentes na academia. Coube a Milanez et al (2019) abordar o tema criticando o fato de que em diversos campos das ciências humanas como História, Antropologia e Direito há uma hesitação em se referir ao racismo contra indígenas como racismo, de forma que os autores iniciaram o projeto de pesquisa “Racismo e Anti-racismo no Brasil: o caso dos povos indígenas”, entretanto encontraram dificuldade em estabelecer parcerias e pontes com os pesquisadores que afirmavam que “racismo não seria a melhor forma de se compreender a violência contra os povos indígenas” (2019, p.2169).

Ao organizarem eventos que visavam discutir a dimensão racista e violenta experienciada pela população indígena, os autores informam que os pesquisadores não indígenas não interferiram na coordenação do evento e a escolha dos nomes coube ao parceiro indígena do projeto: Ailton Krenak, que buscou priorizar critérios de diversidade e representatividade das lideranças nacionais em termos de gênero, idade e ocupação. O evento organizado em rodas de conversa incluiu também a participação do movimento quilombola e negro. Embora muitas dimensões do racismo tenham sido evocadas nessas participações, Ailton Krenak dá destaque em sua fala de abertura à uma característica “performática” do racismo contra indígenas, a do “benefício”:

As relações do Estado brasileiro com os povos indígenas são profundamente influenciadas por uma histórica relação de genocídio, de extermínio, e uma expectativa hipócrita de que os que sobrevivessem seriam mantidos em reservas cercadas por agronegócio, reservas sempre prestes a serem invadidas por garimpeiros, por fazendeiros, e descritas até por alguns presidentes da FUNAI como ‘não produtivas’, como contrárias aos interesses da sociedade brasileira. É uma relação de desigualdade, de segregação que penaliza os povos indígenas de uma maneira tão disfarçada que parece um benefício. Assim como o Brasil consegue ter, na visão de alguns, a experiência do racismo cordial, ele também consegue produzir um outro fenômeno que é o benefício racista, que é quando você, a pretexto de proteger alguém, de preservar algum direito, na verdade segrega e controla. O racismo, ele se disfarça o tempo todo. No horizonte do Estado brasileiro, o povo indígena tinha que ter sido extinto. Nós somos aquela parte do povo indígena que sobreviveu a um genocídio. Essa contagem regressiva de que um dia teve cinco milhões e depois dois ou três; ou cinco milhões, mas que depois viraram trezentos mil ou cento e poucos mil; umas estatísticas tão escandalosas que mostram que o planejamento, a política planejada do Estado brasileiro, desde a colônia, e se estendendo depois até as repúblicas, é extinguir o povo indígena. Foi durante a ditadura que as lideranças indígenas atinaram para a necessidade de confrontar o Estado brasileiro; o movimento indígena emergiu debaixo da bota da ditadura, como no caso do Presídio Krenak. O Presídio Krenak foi o estado brasileiro capturando pessoas de diferentes etnias, aterrorizando essas pessoas, dando a elas a oportunidade de virar soldados – dando uma farda, dando equipamentos que um policial utiliza, instituindo um pelotão de índios de várias etnias –, com a tarefa de vigiar e prender seus irmãos. Esse é um outro exemplo de como a violência racial se disfarça, às vezes ela parece política pública. O Estado é um organismo multifacetado que tem muita potência de interferir em nossas vidas; ele pode também fazer políticas públicas para aprofundar a violência racial e as populações receptoras dessas políticas públicas acharem que estão sendo beneficiadas, acharem que é um benefício (MILANEZ, Felipe et al ,2019,p. 2171) .

Já foi percorrido um caminho no registro envolvendo a violência contra indígenas, posto que agora os dados possuem uma constância maior, e algumas formas de comunicação e registro dos ocorridos foram paulatinamente aprimoradas. Se no artigo de Lacerda (1998), no fim dos anos 1990 os números de homicídios registrados tinham suas falhas e somavam 26 assassinatos, número que pode parecer “baixo”, mas possui impacto profundo na população em que incide hoje se pode contar com os relatórios do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que são anuais e atualmente exibem resumos mais detalhados dos tipos de violência e omissão estatal que incidem sobre as populações indígenas em todo o país.

No relatório de 2018, é informado que no que se refere a “violência contra a pessoa” houve um agravamento dos casos de “tentativa de assassinato (27 casos), homicídio culposo (19 casos), ameaça de morte (14), ameaças várias (18), lesões corporais dolosas (12), racismo e discriminação étnico cultural (18) e violência sexual (16). Além desses dados, o leitor é informado sobre o massacre contra os Akroá-Gamella, no Maranhão, no qual um grupo de 200 pessoas invadiu a comunidade atacando 22 indígenas com golpes de facão, pauladas e outras agressões. Dois indígenas foram baleados e outros dois tiveram suas mãos decepadas. Entre os detalhes do ataque, assusta o fato de que este foi convocado por carros de som e até mesmo por uma rádio local. O ataque teria sido assistido por policiais que nada fizeram para impedir ou proteger os membros da comunidade. A dimensão violenta da participação do Estado na omissão não se encerra nos órgãos policiais, de forma que as lideranças são não só ameaçadas, como tem dificuldades para receberem atendimento médico e educacional em suas comunidades.

Em relação ao abuso de poder, houve o registro de 8 casos, mesma quantidade de 2016. (CIMI, 2018). Os estados com maior número de assassinatos foram Roraima (33), Amazonas (28) e Mato Grosso do Sul (17), entretanto os dados expostos pela CIMI se baseiam nos dados da Sesai, que infelizmente não detalham a faixa etária e o povo ao qual pertence a vítima.

2.5.2. População oriental e violência

É raro que a mídia mencione a cor de acusados e vítimas de agressões, ameaças e homicídios, entretanto, quando esta informação de alguma forma aparece, ela em geral oscila entre as categorias branca, “morena”, parda e negra. Portanto, autoras como Elen Cristina Geraldês (1998) e Satomi Takano Kitahara (1998) questionam a ausência da classificação “amarela” nos índices de violência retratados pela imprensa brasileira e pelo MNDH, em que orientais não constavam nem como acusados e nem como vítimas. Geraldês (1998) propõe

que a imagem estereotipada de orientais como eficientes e bem sucedidos fornece uma falsa ideia de inclusão plena, a que exemplifica por meio de duas citações importantes realizadas em ocasiões diferentes, respectivamente na imprensa brasileira, e em uma discussão na Assembleia Constituinte entre Miguel Couto e o deputado Moraes de Andrade:

Como acontece com os pareceres acerca do trabalhador nacional, o que, neste quesito, se diz do amarelo, nomeadamente do japonês é de gerar perplexidade: ele ora é o primor da humanidade, ora é a sua vergonha; é aqui o tipo pacífico, operoso, temente às leis, por excelência; é adiante, o indivíduo rusguento, apático, velhaco a mais não ser. Vê se que anda no assunto, um pouco de paixão, parecendo que o meio termo é a verdade, como o meio termo é, na vida, o índice das virtudes. (GERALDES, 1998, p.122)

Se já prestamos um tão grande serviço à humanidade na mestiçagem do preto, é o bastante. A do amarelo a outrem deve caber (...). Tudo quanto fizermos em sentido contrário à arianização é obra criminosa e impatriótica. (GERALDES, 1998, p.122)

A proporção populacional de um grupo é um critério importante para estes estudos, pois é necessário poder recolher material substancial. Dessa forma, entre a população oriental, o grupo mais representativo é o de nipo-brasileiros, portanto não foram encontrados dados sobre coreanos e chineses¹⁶, por exemplo.

Entretanto, de forma diferente dos grupos raciais discutidos anteriormente, como a população negra e indígena, a identidade de cor, é um item pouco relevante para imigrantes e seus descendentes nipo-brasileiros, trata-se de um dado do qual são lembrados somente em formulários ou em situações de discriminação. Embora existam diversos grupos étnicos internos ao Japão, o isolamento do país já tornava mesmo os casamentos inter-raciais entre orientais de diferentes grupos pouco comuns.

Segundo Kitahara (1998) há ainda outro motivo para que a identificação de japoneses segundo a categoria “amarelos” seja pouco relevante ou não seja adotada por japoneses e seus descendentes: o fato de que no Brasil importou mais preservar e valorizar a identidade étnica do que a identidade de cor, embora estes utilizem frequentemente as categorias de cor para definir outros indivíduos no Brasil. Um exemplo disso, expresso nas entrevistas realizadas pela autora é o fato de que um mesmo entrevistado declarou ter se identificado como “amarelo” em alguns documentos e como “branco” em outros. Há também documentos que dependem da categorização de outrem, por critérios adotados de forma diferente em cada

¹⁶ É importante destacar a ausência de outros estudos em especial mediante aos recentes episódios de xenofobia com vítimas chinesas e sino-americanas. Dois motivos principais tem acirrado esta tensão racial: a responsabilização errônea e injusta da China pela pandemia de Covid-19, inclusive através de pronunciamentos públicos como o do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Há também um segundo aspecto que merece menção também referente aos Estados Unidos. Mulheres chinesas e sino-americana são especialmente vulneráveis à uma dupla violência – racial e misógina. Exemplo disso foi o assassinato de 6 mulheres asiáticas em três casas de massagem diferentes em março de 2021. A polícia do estado da Georgia chegou a afirmar que o assassino estava “tendo um dia ruim”, negando qualquer motivação racial para o crime.

sociedade, de modo que muitos dos entrevistados sequer se lembravam se havia ou não a categoria “cor” em seus documentos, confirmando que a questão não era relevante pra estes.

Geraldes (1998) afirma que a integração dos nipo-brasileiros foi comprometida por restrições como as de 1938 e 1939 nas quais estrangeiros eram proibidos de serem proprietários de escola ou professores, e a própria língua japonesa não poderia ser ensinada aos menores de dez anos que ainda não soubessem o português. Tal política gerava o medo de que os descendentes se afastassem dos valores culturais japoneses. (KITAHARA,1998, p.139) encontra em suas entrevistas com japoneses e seus descendentes de segunda e terceira geração um quadro de características estereotípicas que dificilmente seria visto como de propensão ao crime: timidez, honestidade, modéstia, seriedade e ser trabalhador e estudioso.

Além disso, a organização social que permitiu aos japoneses viverem o início da colonização de forma a promover a proximidade entre as famílias de uma mesma aldeia de produção de cafeicultura teria exercido padrões de controle social que teriam impacto direto em um autocontrole da criminalidade, o que a autora chama de “mura-hachibu”, um isolamento total da família que por ventura tenha um membro que sabidamente cometeu algum crime. Há também, junto a fatores históricos, o reforço das ideias confucionistas de obediência (como obedecer aos pais, irmãos mais velhos e ao marido) visando a manutenção da ordem comunitária mesmo em face da modernização e introdução tecnológica.

Desde então começou a predominar outro padrão de vida para os nipo-brasileiros: assimilar os valores da cultura dominante na sociedade brasileira, “sem contrariar os brasileiros”, enquanto se buscava a ascensão econômica por meio da educação de nível superior e de uma profissão promissora de seus filhos. Esse padrão de vida, também observado entre os nipo-americanos, foi chamado pelo pesquisador norte-americano de a silent strategy (estratégia silenciosa). Os pais dos nipo-brasileiros também incentivaram essa estratégia, alegando que “nós, imigrantes japoneses, somos como se fôssemos visitas recebidas na casa chamada Brasil”. A frase é ainda hoje afirmada entre imigrantes japoneses mais idosos. É a herança cultural japonesa caracterizada pela obediência à classe dominante? (KITAHARA, 1998, p.141).

Um resgate histórico feito por Sagawa (2010) é o episódio de linchamento de brasileiros contra japoneses em julho de 1946. O autor afirma que o episódio não obteve quase nenhuma atenção na História da Imigração Japonesa. O conflito entre dois motoristas de caminhão: o nissei Kababe Massame e o brasileiro Pascoal Alves de Oliveira, resultou na morte de Pascoal, criando um cenário de animosidade e vingança que resultou em dois dias de linchamentos, agressões, ofensas e humilhações aos japoneses e descendentes que moravam em Osvaldo Cruz. Sagawa (2010) atribui esse episódio a um preconceito que longe de ocorrer apenas com os imigrantes japoneses estabelece-se contra qualquer imigrante que se afaste dos moldes branco-católicos: africanos, libaneses e russos, por exemplo. Isso porque, segundo o

autor, esse imigrante é visto como inimigo do etnocentrismo europeu/branco/católico. O autor ainda destaca o reforço dessa ideia por meio do fato de que nenhum dos veículos de imprensa que cobriu o evento atribuiu aos linchadores brancos, características como “malucos”, “criminosos”, “bandidos”, mas aos japoneses foram atribuídas características animais, além de serem os únicos a terem suas imagens divulgadas nas reportagens.

Capítulo 3. A virada antirracista na Sociologia da Violência

“O fazer intelectual, entre outras coisas, é a produção de lembranças entre esquecimentos e o que escolhemos lembrar indica como queremos e como que a nossa realidade seja conformada ou transformada.” Paulo César Ramos (2019)¹⁷

Neste terceiro capítulo busco investigar a possibilidade de uma virada antirracista aventada por alguns pesquisadores da sociologia da violência. Para tanto, foi importante reconstituir a implicação das mudanças políticas e do ativismo negro em novos direcionamentos teóricos e um possível novo projeto epistemológico para o campo. Para isso apresento discursos dos pesquisadores, conceitos e documentos que possam atestar ou não a existência da virada antirracista, bem como os entraves e críticas a possibilidade dessa afirmação.

3.1. O que mudou? Há uma virada antirracista para o campo da sociologia da violência?

Começo o capítulo com esta frase de Paulo César Ramos por detectar que há uma ambiguidade na ideia de que há uma nova agenda de pesquisa para o campo. Isso porque há entre os autores, a percepção de uma política “flutuante” no trato do tema. Ao mesmo tempo em que ele esteve sempre “presente” nas interpretações sociológicas do Brasil inclusive evidenciando-se o caráter violento das relações étnico-raciais no país, no que se refere ao campo da sociologia da violência, no entanto, o tema nunca foi alçado ao posto de categoria estruturante para as discussões da área, mas também não é possível dizer que não há diagnósticos ou que o racismo nunca foi mencionado pelos autores, inclusive canônicos da área.

O reconhecimento da dualidade entre um tema amplamente presente nas ciências sociais: o das relações raciais, ser também um dos temas de trato mais superficial da sociologia da violência é exposto por Jacqueline Sinhoretto e Danilo Morais no artigo “Violência e racismo, novas faces de uma afinidade reiterada” (SINHORETTO e MORAIS, 2017, p.16).

Não obstante, nas explicações da sociologia da violência e dos mecanismos de controle social e de punição, embora a questão racial esteja mencionada, o racismo e a formação específica das relações raciais têm tido menor peso analítico do que categorias como classe, território e desempenho de gênero (ou de masculinidade).As

¹⁷ Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/12/03/desmilitarizacao-genocidio-e-esquecimento/>

relações raciais, quando aparecem nos estudos sobre violência e controle social, muitas vezes são representadas como atributos individuais dos protagonistas dos conflitos violentos ou dos assujeitados pelas instituições de punição.

Portanto, parece emergir nos últimos anos uma nova forma de realizar a crítica ao discurso do campo até então. Bem como uma proposta de estruturar os estudos a partir do confronto a este histórico de negação do tema. Como vimos no capítulo 2, este fato se deve largamente a mudanças ocorridas na composição da universidade brasileira, desde a adoção de políticas afirmativas até a modificação dos enfoques de centros de pesquisa em violência, implicando na promoção de novas narrativas e até mesmo em um movimento de pesquisadores preocupados em demonstrar algum grau de “justificativa” ou “responsabilização coletiva” em torno dos silêncios acumulados ao longo dos anos. Com isto, alguns pesquisadores, em especial Jacqueline Sinhoretto, passam a aventar a possibilidade de uma virada antirracista nos estudos de segurança pública.

Há diversos “elementos confluentes” para a consolidação da “virada antirracista”: o lugar de destaque conquistado pelos movimentos sociais, a consolidação das políticas afirmativas educacionais e o próprio aumento de produções vinculadas ao tema, como demonstrado no capítulo 2, fato que pode ser percebido não só em artigos, mas também em outras publicações como teses e dissertações, relatórios, diagnósticos, ementas e na própria programação dos eventos acadêmicos. Logo, o momento atual é de criar “lembranças entre os esquecimentos”. Se até então era comum que o tema emergisse ocasionalmente, a busca da virada antirracista é a constituição de uma “categoria substantiva”, compondo a estrutura das relações analisadas.

A dificuldade em entender a raça enquanto categoria, não só não é nova, como não se trata de um embate exclusivo da sociologia. Como disposto pela pesquisadora Nilma Lino Gomes (2012), que aborda a capacidade de ressignificar a “raça” enquanto categoria a partir da investida do Movimento Negro, este precisou torná-la uma força de emancipação que implica em uma nova forma de indagar a história do Brasil e da população negra. Dessa forma a categoria “constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas.” (GOMES, 2012, p.731).

O movimento negro contemporâneo é na verdade melhor expresso no plural já que é um movimento social identitário composto por diferentes grupos: redes, associações, ONGs, núcleos de estudos e fundações, blocos afro e agentes pastorais. Tanto Gomes (2012) quanto

Silvério (2002) preocupam-se em destacar a centralidade do movimento na iniciativa de atribuir à categoria raça seu caráter de construção social, de forma a permitir o aprofundamento da percepção da imbricação entre desigualdades sociais e raciais.

Segundo Gomes (2012) foi a partir das denúncias do movimento negro que foram formulados os primeiros alertas ao Estado de que a condição da população negra no Brasil não deriva somente do passado escravista, mas é também produto de uma complexa trama política, cultural e econômica brasileira. Ou seja, a autora enfatiza o caráter estrutural e estruturante da raça para a compreensão sociológica. E reitera o fato de que os dados que têm sido encontrados em diagnósticos acerca da desigualdade racial encontram-se em plena confluência com as denúncias previamente formuladas pelos movimentos negros contemporâneos.

A penetração dos estudos de teoria decolonial, a partir dos trabalhos de autores como Aníbal Quijano (2005) no cenário acadêmico brasileiro é igualmente recente. Dessa forma, elabora acerca do fato de que o conceito de raça cumpriu uma função bastante importante ao estruturar a diferença, como forma de validação dos processos de dominação territorial e de domínio dos corpos para escravidão. Portanto, os estudos sobre o colonialismo passam a repensar as estruturas que naturalizam o não reconhecimento do “outro” como igual, inclusive discursivamente. Na mesma linha, teóricos como Frantz Fanon em 1950 já elaboravam acerca das consequências psicológicas da colonização (MARTINS, 2019, p.34-35). Em Fanon, essa alteridade é incorporada a partir da conceituação da “zona do não ser”, demonstrando que a relação entre colonialidade e racismo está enraizada no questionamento da própria humanidade diante dos processos de hierarquização e superiorização europeus.

Diversos autores têm pensado acerca desses entraves que impossibilitam a percepção “estrutural-estruturante”. Em Saraiva (2018) o autor busca entender o apagamento da raça nas Relações Internacionais, a partir de autores como Walter Mignolo, tanto nos conceitos de diálogo pluriversal, quanto a partir da diferença colonial, e encontra em sua interlocução com Maldonado Torres (2010) uma justificativa para o silenciamento do tema na academia, já que o mesmo alerta que tanto as metodologias emergentes quanto os trabalhos que recorrem às possibilidades de interdisciplinaridade são vistos como menos racionais e rigorosos e, portanto, campos de estudos secundários (SARAIVA, 2018, p.13). O mesmo ocorre em (GOMES, 2012, p.731) que resgata o conceito de pensamento abissal:

Se Quijano (2005) adverte sobre a colonialidade do saber, indagando os processos de dominação colonial e problematizando a ideia de raça na América Latina, podemos dizer que Santos (2009) indaga as dimensões visíveis e invisíveis de como essa colonialidade se mantém. A consideração da Europa ocidental vista como

centro da civilização e da ciência moderna é entendida como forma acabada e universal de conhecimento implica a aceitação de que existe uma periferia. Uma periferia não só geográfica, mas econômica, política e racial. Trata-se de uma dicotomia produzida nos contextos de poder, uma divisão entre universos socioculturais separados por um abismo que se apresenta intransponível e que não possibilita a convivência e a copresença igualitária desses dois universos, suas culturas, conhecimentos e sujeitos. No entanto, tal situação pode ser indagada e superada. Para tal, estruturas profundas de poder e de desigualdade terão que ser mexidas.

Portanto, o marco dessa “virada antirracista” é a crítica mas também a cumulatividade dos estudos e contribuições de paradigmas anteriores. Essa tendência a cumulatividade se expressa na persistência das referências a determinados autores que deram o pontapé inicial para a discussão racial no campo, mas também se expressa no estabelecimento de novas interlocuções com os movimentos sociais e no resgate à produção da intelectualidade negra e antirracista.

A existência de uma “onda antirracista” poderia também ser captada na percepção de um aumento dos órgãos responsáveis por políticas de diminuição e combate das desigualdades. Um exemplo interessante seria a comparação com o debate da desigualdade de gênero. Institucionalmente, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985 e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi criado em 2003, o Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas somente em 2012. Isso não significa que a luta do movimento negro é nova, mas que a institucionalização e representatividade política negra em muitos órgãos é bastante recente. E inclusive coincide diretamente com as altas de produção acadêmica no tema, especialmente no fim dos anos 90, início dos 2000, e nos anos de 2012 e 2014, que como destacamos no capítulo 2 são determinantes para o tema no que se refere à sociologia da violência e segurança pública.

É a partir da formação de uma agenda política interna aos movimentos negros, que a questão do genocídio da juventude negra no Brasil, como pauta política passa a adentrar o debate público e ganhar mais força para diagnósticos requisitados pelo próprio Governo Federal. Como exemplo estão as edições de 2012 e 2015 dos Mapas da Violência, sob organização de Waiselfisz (2012; 2015). A primeira inclusive conta com justificativas acerca dos recortes raciais e etários. Aliás, a justificativa é uma marca desses novos estudos, porque parte do reconhecimento de uma transição e ruptura com um passado que ignorava a questão, inclusive enumerando os motivos que tornariam difícil a explicitação de tais dados.

Também de 2015 é o mapa do encarceramento (BRASIL, 2015), voltado especificamente para dados da juventude brasileira. Há também diagnósticos voltados para a abordagem policial. De modo que se pode afirmar que, nos últimos anos, a juventude negra emerge como uma das protagonistas nas disputas discursivas sobre a violência no Brasil. A frequência dos diagnósticos que reúnem informações de diferentes estados da federação também é marcante na medida em que oferece perspectivas mais gerais sobre o problema, a exemplo de Sinhoretto et al (2013). Com um levantamento voltado para constituir indicadores das ações policiais e que menciona a dificuldade de expor os dados relativos ao perfil racial dos abordados. Pois ainda que a cor esteja presente nos boletins de ocorrência, ela não entra nos planejamentos de segurança pública nos estados.

Em Ortegal (2016), o autor caracteriza a ruptura epistemológica ou virada criminológica como advinda da ocasião de instauração do termo “labelling approach” ou teoria da reação social e afirma que o faz para demarcar que mais do que um “recorte racial” é necessário uma mudança estrutural no paradigma crítico. O autor também realiza uma comparação com a “virada de gênero”, afirmando que essas novas formulações implicam não só em uma mudança de “objeto”, mas também de método. Já (SINHORETTO et al 2021,p.26) expõe que:

A virada antirracista nos estudos sobre violência no Brasil conecta-se com um movimento intelectual mais amplo de construção de epistemologias decoloniais e saberes da diáspora. Neste contexto, está lastreada, nas lutas do movimento de juventude negra, nas políticas de governo por igualdade racial e na produção de intelectuais negros e negras que buscaram dar relevo às dimensões raciais da tragédia violenta no país.

Tanto em Sinhoretto et al (2021), quanto em Ramos (2014) encontramos constatações parecidas no que se refere a possibilidade da existência de uma “virada antirracista” que caracterizaria novas interpretações por parte dos movimentos intelectuais. Com base em um levantamento nas plataformas Scielo e Redalyc, Sinhoretto et al (2021) observaram que havia ainda um número reduzido de produções relativas ao tema, mas que isso não descartava a existência de uma tendência crescente que motivava a percepção da virada antirracista. Inclusive caracterizando que os trabalhos inovadores onde esse enfoque era central, ainda não haviam obtido impacto significativo nas revistas mais prestigiadas, mas que tal cenário poderia mudar devido ao aumento progressivo de produções a “furar esse bloqueio”.

Entretanto, tanto um de nossos interlocutores informais, quanto autores como João H. Costa Vargas (2010) ainda apontam para a instabilidade e a relutância em constituir um lugar para a raça enquanto categoria analítica. Essa resistência é explorada por Vargas (2010) como

um paradoxo tipicamente brasileiro, aquele da hiperconsciência de raça associada a uma negação da mesma:

i suggest that Brazilian social relations-their practices and their representations are marked by a hyperconsciousness of race. Such hyperconsciousness, while symptomatic of how Brazilians classify and position themselves in the lifeworld, is manifested by the often-vehement negation of the importance of race. This negation forcefully suggests that race is neither an analytical and morally valid tool, nor plays a central role in determining Brazilian social relations, hierarchies, and distribution of power and resources. Try talking to Brazilians of varied racial backgrounds, places of residence, occupation, age, gender, sexuality, and levels of formal instruction about the matter, and most often you will find yourself accused of racism (for insisting on a theme that has no relevance in that country) and/or the conversation will swiftly be redirected away from race. When reflecting on the hyperconsciousness of race, therefore, we must always consider its negation. The hyperconsciousness/negation of race dialectic energizes how Brazilians think about/repress, interrogate/ passively accept, and justify /ignore social hierarchies (VARGAS, 2010. p.102).

Entre os esforços de considerar a dimensão racial como determinante para a discussão do campo da sociologia da violência está a edição de 2012 do “Mapa da Violência no Brasil”. A edição intitulada: “A cor dos homicídios”, surpreendentemente é a primeira publicação desde 1998 a incorporar enfaticamente a composição racial nos dados de violência letal no Brasil. Ortegal (2016) menciona que embora a publicação temática tenha se constituído como um avanço, ela também denuncia uma abordagem demasiado tardia, visto que o Mapa da Violência já tinha 14 anos de publicação. Tal atraso, segundo o organizador da publicação, o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz se justifica pela ausência de dados de raça/cor ao SIM - Sistema de Informações de Mortalidade, banco composto pelo Ministério da Saúde. Entretanto, Ortegal (2016) afirma que a explicação não possui ressonância no movimento negro e na militância antirracista posto que as informações sobre a cor das vítimas estavam presentes no SIM desde 1996, algo que Waiselfisz também justifica ao mencionar que estes dados não eram plenamente confiáveis posto que a subnotificação era alta. Entretanto, Ortegal (2016) nos informa que já em 2002, o dado alcança a marca de 92,6% e passa a ser considerado confiável o suficiente, mas somente para ser mencionado em algumas edições da publicação, de forma que só é plenamente abordado em 2012. Dessa forma, o autor questiona:

Será que a ausência de uma edição dedicada à questão racial na composição das mortes no Brasil até 2012 se deve ao fato de que a subnotificação deste item ocorreu até 2002? Ou seria a questão racial um tema de menor importância, sendo subalternizado nesta importante pesquisa, tal como é historicamente subalternizado no processo de produção do conhecimento? Seria a categoria raça (ou raça/cor) uma categoria de menor relevância para os processos de violência no Brasil? E, caso fosse uma categoria de grande relevância, por que razão, então, sua utilização viria a ocorrer de forma tão tardia? A partir do lançamento da temática em 2012, intitulada A cor dos homicídios no Brasil, o material passou a ser um importante subsídio para

pesquisas, programas e políticas públicas voltadas à igualdade racial nos anos seguintes. Todavia, a dúvida suscitada pelo movimento negro é pertinente e segue sem resposta satisfatória. A ausência do aspecto racial estaria, de fato, condicionada às questões do SIM/MS, ou esta seria mais uma manifestação de um racismo difuso, estruturante, presente até nos momentos de discussão e enfrentamento do próprio racismo? Na impossibilidade de uma resposta convincente e precisa, o lugar da questão racial nas ciências sociais segue oscilando entre o acaso e o fato, entre a mera coincidência e a incidência fatal do racismo na construção do conhecimento e nas relações sociais. (ORTEGAL, 2016, p.530)

Para Sinhoretto (2017), a sociologia da violência menciona a raça como um elemento da desigualdade presente em contextos como a abordagem e investigação policial, o acesso ao sistema de justiça e na execução de penas e na letalidade (Sinhoretto, 2017 apud Barreira e Adorno 2010; Lima e Ratton 2011; Adorno 1995; 1996; Fausto 2001; Vargas 2000). Entretanto, parece oferecer menor peso analítico à formação racial em relação a outros elementos como classe e gênero. Cabe reiterar que a Sociologia da Violência é um campo relativamente recente no Brasil, que surge em meados dos anos 70 e 80. Entretanto, encontra-se extremamente bem consolidado, possuindo uma das mais profundas interfaces da Sociologia com o campo da produção de políticas públicas. A autora aponta também que os estudos dos pioneiros da área visavam produzir dados primários, portanto os pesquisadores iam diretamente a campo para entrevistas, exame de documentos e observação sem o auxílio de dados seguros, a exemplo de registros divulgados pelas instituições de segurança pública e da justiça criminal (Sinhoretto, 2017) o que dificultava o aprofundamento do tema.

Segundo Andrade e Andrade (2014) o sistema de justiça criminal continua sem padronização no que se refere aos dados de raça/cor, porém essa afirmação parece reiterar a necessidade de encontrar nessas ausências as nossas questões de pesquisa, na medida em que a ausência de um dado tão determinante deveria preocupar o conjunto de pesquisadores da sociologia da violência, pois expressa uma forma particular das agências de classificar e gerir essas informações que tanto impactam análises posteriores sobre vitimização, acesso à justiça e encarceramento. Por fim, mesmo quando estes dados de fato aparecem nos trabalhos, não são devidamente problematizados, demonstrando uma reflexão ainda incipiente e hesitante da questão racial na sociologia da violência.

Há que se notar que há um fluxo de diálogo com produções do campo da criminologia. Uma das autoras a serem citadas entre as referências dos pesquisadores da sociologia e que apresenta trabalhos que realizam essa empreitada crítica de forma contundente, é a criminóloga Ana Luiza Flauzina, em especial em sua dissertação de mestrado intitulada “Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro”, isso porque a autora afirma que uma análise do sistema penal que permite o negro como

personagem, mas não o racismo como fundamento pretende resguardar um projeto de Estado que é genocida, e de um direito penal que é privado e calcado em bases herdadas de um passado colonial (Flauzina, 2006, p.41).

Com a consolidação desse tipo de trabalho, e como forma de propagar as transformações que a tendência impacta, surgem também projetos como o de Sinhoretto et al (2020) em que a virada antirracista por si mesma se torna a lente de revisão de artigos, teses e dissertações. Ao analisar as plataformas Scielo e Redalyc, os autores observaram tanto a dificuldade da precisão da relação entre determinados termos como “violência e raça”, quanto a presença massiva da abordagem epidemiológica na plataforma Scielo. A frequência de textos da área de psicologia também impressiona, assim como a crescente diversidade de abordagens que vão desde a sociologia da infância com foco em processos violentos na educação infantil e na formação de preconceitos raciais, até estudos que dialogam diretamente com a obra de Franz Fanon, autor que têm motivado questionamentos sobre seu “re-descobrimto” nas pesquisas brasileiras recentes a partir do viés de uma violência que impõe a desumanização e a naturaliza (Ramos, 2016).

A revisão dos autores cobre ainda a bibliografia latino-americana destacando que estes também não são numerosos. Entretanto artigos como o de Pablo di Napoli (2013) sobre os estigmas atribuídos a alunos violentos em escolas secundárias de Buenos Aires, ou os de Jaime Gonzalez (2011) e Maya Restrepo (2009), respectivamente sobre a persistência de um racismo latente na Colômbia mesmo diante da ampliação do discurso antirracista e das lutas de minorias. Enquanto no segundo trabalho, o legado colonial foi analisado a partir da influência do mesmo sob os gestores e intelectuais durante a produção de dados sobre a população negra, impactando diretamente nas políticas públicas. (Sinhoretto et al, 2020, p.32).

A revisão dos autores também denota a partir da multiplicidade de abordagens, a necessidade de incorporação da perspectiva interseccional, já que foram encontrados trabalhos como os de Riscado, Oliveira e Brito (2010) que relacionam a violência de gênero e racial para compreender a vulnerabilidade das mulheres quilombolas no que se refere a disseminação de DST/AIDS; o artigo de Silveira e Nardi (2014) demonstrando a sobrerrepresentação de mulheres negras nos processos judiciais e boletins de ocorrência e a negação dos juízes acerca da impossibilidade do acesso à justiça para essas mulheres, ou como visto em Oliveira, Meneghel e Bernardes (2009) as formulações sobre as vivências e trajetória de mulheres atendidas no grupo SOS Racismo. Esse ponto é importante, pois foi observado no segundo capítulo desta dissertação o baixo número de revisões e artigos que tratassem da especificidade da violência contra as mulheres negras. E como bem observado

por Lourenço Cardoso (2008) em sua dissertação intitulada o “Branco invisível”, a mulher negra é “o outro” do “outro”, e há indícios da adoção de uma ótica universal masculina nos estudos sobre a temática racial como um todo, já que dentre as seiscentas e seis teses e dissertações pesquisadas pelo autor, somente foram encontradas dezessete trabalhos que abordaram a questão de raça e gênero explicitamente.

No balanço realizado por Sinhoretto et al (2020) também foram encontrados artigos que se apoiavam em conceitos teóricos que pudessem elucidar melhor algumas experiências: um exemplo é o conceito de racismo de Estado que embora formulado por Michel Foucault, toma forma no artigo de Vianna e Neves (2011) para representar como a repressão aos territórios de favelas legitima a violência e o extermínio. Os autores ressaltam que na acepção original, Foucault pretendia retratar divisões internas a população que mantivessem um cenário de animosidade, em que a sobrevivência de uns depende do extermínio de outros, sem que isso necessariamente tivesse a biopolítica colonial como fundamento.

Por fim, com base na pesquisa do termo “violência e racismo” ainda foi possível elencar os trabalhos de Osmundo Pinho (2007) em que o pesquisador analisa a periferia fluminense articulando a intersecção entre gênero, juventude e raça. Segundo os autores, entre os artigos revisados este é “um dos poucos trabalhos analisados em que as categorias de hierarquização do humano, nas chaves abertas pelos intelectuais negros, são acionadas de modo preciso para compreender os processos violentos”. (Sinhoretto et al, 2020, p.34) Diferentemente do ocorrido no artigo de Martha Huggins (2010) sobre violência policial no Brasil no qual embora a questão racial esteja presente na caracterização das vítimas, o foco da análise acaba sendo centralizado na classe, apontando a população pobre como alvo do extermínio. Sendo a percepção “predominante entre os policiais é a de que os pobres são classes perigosas as serem controladas, sendo que características raciais apenas atributos que qualificam a clivagem principal, que é a de classe” (Sinhoretto et al, 2020,p.35).

A revisão que até então caminhava por artigos dos anos 2000, retoma, no entanto, o trabalho de Jorge da Silva (1998). Isso ocorre especialmente para demarcar o pioneirismo do autor, que não só fazia questão de denotar a intersecção entre violência e racismo no Brasil, mas também expunha abertamente a invisibilidade do tema como consequência do impacto do mito da democracia racial. Em sua pesquisa, entrevistou pessoas negras questionando-as sobre suas percepções de discriminação racial em interações com agentes públicos. Ainda, os autores demarcam também a importância da estratégia de diversificar o grupo alvo dessas entrevistas, já que tratava-se de interlocutores de diferentes classes sociais que podiam confirmar a vivência da experiência do racismo independente da classe:

Jorge da Silva foi o primeiro autor a procurar articular as interpretações forjadas nos estudos das relações raciais com os estudos sobre hierarquização político-jurídica que procuraram compreender o funcionamento da segurança pública no Brasil. Orientando de Roberto de Kant de Lima, Jorge da Silva apontou a concepção militarista da polícia e os processos de suspeição característicos do modelo inquisitorial como mecanismo pelos quais o racismo institucional se reproduz nas práticas policiais (SILVA, 2016). A importância de sua obra para a articulação teórica dos estudos sobre relações raciais e racismo e os estudos sobre polícia e segurança pública é tão grandiosa quanto pouco citada. (SINHORETTO et al ,2020,p.35)

Outra constatação dos estudos que assumem a existência de uma virada antirracista é a de que tal fenômeno da criminologia internacional demorou a ser assumido na sociologia da polícia no Brasil. Sinhoretto et al (2020) aponta que os movimentos sociais já mencionavam e elaboravam acerca do caráter racial na violência policial desde os anos 1970, e que desde 2007, a juventude negra tem realizado consistentes denúncias acerca do racismo nas abordagens (Ramos, 2016). É, portanto, a partir da atuação dos movimentos sociais negros que se inserem as razões que desembocaram no terreno fértil para a virada antirracista mencionada por estes autores.

Retomo aqui o trabalho de Sales Augusto (2007, p.92) que reconstrói a história intrincada dos Movimentos Negros com a pauta educacional a partir do jornal Quilombo, veículo de discussão do TEN-Teatro Experimental do Negro. A partir da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, que ocorreu em 1945 em São Paulo e em 1946 no Rio de Janeiro, foi possível produzir um manifesto à nação brasileira, enviado a todos os partidos. Este tinha entre suas principais demandas, a garantia de ensino à população negra em todos os níveis escolares, inclusive em instituições militares. Embora a proposta tenha sido recusada à época, ela demonstra a constante organização e luta política dos movimentos sociais negros em torno da educação como meio para a luta contra o racismo e em favor da emancipação. Esta é a primeira proposta de ação afirmativa na educação realizada pelos movimentos negros no Brasil.

Um dos principais motivos para esta centralização no âmbito educacional era justamente o combate à colonização intelectual promovida por alguns intelectuais brasileiros, já que segundo Sales Augusto dos Santos (2007, p.95) havia sim um ambiente inóspito para a discussão racial, utilizando o exemplo do pesquisador L.A Costa Pinto que ao ser criticado por seu trabalho, afirmou que: “duvido que haja biólogo que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir à público escrever sandices à

respeito do estudo no qual ele participou como material de laboratório” (Costa Pinto, apud Nascimento, 1982, p.61-62).

Dessa forma tanto Santos (2007, p.103) quanto Nascimento (1982) afirmam a importância de reiterar ao máximo que as ações de promoção à igualdade racial, seja por meio das cotas raciais no ensino superior ou através da implementação da lei 10.639 como forma de retificar a história brasileira apresentando-a entre os conteúdos fundamentais das escolas, não surgiram do nada, em um vácuo político ou como réplicas das políticas afirmativas originadas no exterior. Neste ponto é que ao listar os motivos que colocaram em curso tal processo, encontramos os motivos que também oferecem suporte para pensar na possibilidade de uma virada antirracista na sociologia da Violência. Sales Augusto (2007, p.103 apud Nascimento, 1982, p.21) elenca os seguintes fatores:

A) O fortalecimento e a expansão da consciência negra (Nascimento, 1982:21), em virtude do crescimento e do empoderamento dos Movimentos Sociais Negros. Estes conseguiram, no início deste século XXI colocar a questão racial e suas reivindicações por igualdade racial na agenda política nacional, apesar de todas as resistências veladas e manifestas contra a luta anti-racismo durante o século XX B) o aumento das lutas destes movimentos contra o racismo em todas as esferas sociais, em especial, sua ação ou atuação na esfera escolar acadêmica (por meio dos negros intelectuais) visando a desconstruir a educação eurocêntrica brasileira, bem como proporcionar a inclusão social dos negros nas universidades públicas. C) A busca de autonomia político-intelectual, visando a descolonização intelectual dos acadêmicos brasileiros, em especial a dos intelectuais negros e D) O processo de redemocratização da sociedade brasileira, bem como a construção de uma cidadania de direito e fato para todos os brasileiros, de qualquer origem racial, social, sexual, entre outras distinções.

Para além da crítica sobre como uma sobrerrepresentação negra em todos os principais índices de vitimização e encarceramento podem ter sido tão pouco elaborados no campo, há também um caráter de vanguarda na defesa dos ganhos que uma nova metodologia de trato da temática poderia gerar para o campo, como visto no artigo “Violência e racialização: reflexões preliminares sobre a produção social do medo na democracia brasileira” de Laura Gonçalves de Lima e Haydée Caruso (2019, p.4).

Seja expressão do silenciamento derivado do que Vargas diagnostica como dialética entre hiperconsciência e negação do papel articulador da raça em nossa sociedade; seja oriundo da sistemática “tradição” de objetificação das populações não-brancas; as abordagens sobre a violência no Brasil que tem como ponto de partida os privilégios simbólicos e materiais da população branca são escassas. No decorrer deste artigo, gostaríamos de assinalar a pertinência, para o campo da sociologia da violência no Brasil, de uma agenda de pesquisas que tematize as relações entre representações sociais da violência e representações sociais da racialização da diferença produzidas pelas populações brancas brasileiras. Tais pesquisas nos auxiliariam a compreender como o racismo se atualiza e enquadra os processos de democratização em nossa sociedade, limitando-os. Como lógica moderna que opera percepções sobre a legitimidade de violações, as dificuldades da constituição do

racismo como objeto de conhecimento guardam algumas semelhanças às específicas da violência.

3.2 Contrapondo entrevistas: os encontros e desalinhos entre pesquisadores de diferentes gerações:

Como dito na introdução deste trabalho, a proposta desta pesquisa teve forte influência da obra “As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil” (LIMA e RATTON; 2011) em especial a partir do conceito de “radiografia arqueológica”, ou seja, mais do que acompanhar o “corpo” visível de trabalhos, artigos e projetos dos autores do campo, a radiografia revela o contraste das obras publicadas com o discurso e trajetória “estrutural” ou “óssea” da produção, comumente invisíveis à “olho nu”, pouco discutidas. Características como a origem discursiva do campo, as bases intelectuais que influenciaram a trajetória de cada pesquisador e a contribuição e inovação que marca o trabalho destes.

O intuito inicial dessa pesquisa era o de realizar entrevistas com autores de diferentes perfis temáticos e de diferentes gerações do campo, afinando aos poucos as perguntas de trajetória para enfim captar a forma como estes autores articulavam ou não a temática racial em seus estudos. No caso do perfil de pesquisadores que compõem a virada antirracista, esperava-se que estes temas viessem à tona logo de início, como predominantes em suas carreiras. Entretanto, diante da qualidade do material documental disponível de entrevistas com os pioneiros da disciplina e da possibilidade de cruzar dados presentes em diferentes publicações, foi realizado outro tipo de incursão que apelidamos de “conversas informais”¹⁸. Estas foram realizadas justamente com a parcela de pesquisadores de gerações mais recentes que ainda são pouco contemplados por entrevistas publicadas em livros e relatórios, como os aqui utilizados, a exemplo da obra mencionada no início desta seção e das entrevistas do projeto “Memória das Ciências Sociais” do CPDOC-FGV.

Na introdução mencionou-se que as conversas informais foram realizadas com três pesquisadores e que optou-se por manter em sigilo suas identidades como forma de honrar a

¹⁸ A escolha desses três pesquisadores, em especial os de áreas correlatas como Criminologia e Relações Raciais, teve como principal requisito a relevância de suas produções colaborativas com o campo da Sociologia da Violência. O olhar externo e crítico poderia nos oferecer algum aporte sobre as tensões entre áreas, e a priorização de pesquisadores de gerações mais novas oferece um espaço ainda pouco explorado, considerando que há um material de qualidade no que se refere às entrevistas de pesquisadores pioneiros no campo, buscamos contrapor essa lacuna no que se refere às entrevistas com pesquisadores mais recentes, tanto os contemporâneos quanto os que se inserem nessa nova perspectiva antirracista da área.

franqueza de suas respostas. Os três pesquisadores aqui retratados são M. uma pesquisadora, que se encontra na transição entre o pioneirismo e a geração contemporânea da Sociologia da Violência com uma formação acadêmica plural posto que se dedicou ao estudo teórico de diferentes áreas das Ciências Sociais. Sua formação foi majoritariamente realizada na região Sudeste, em meados dos anos 80 e 90 e, portanto, sua carreira é caracterizada por uma produção mais intensa a partir dos anos 2000. Seus principais temas de interesse são: segurança pública, policiamento e uso da força. R. é um pesquisador da Sociologia das Relações Raciais mas que exerce constante colaboração com autores da Sociologia da Violência, sua formação foi realizada majoritariamente na região sudeste do país. Trata-se de um pesquisador de uma geração mais recente, com maior produção a partir de 2010. Seus principais interesses são a relação entre juventude e violência e a atuação dos movimentos sociais brasileiros. Por fim, T. é um criminólogo que também atua de forma colaborativa em artigos com autores da sociologia da violência, porém destaca com mais frequência e com maior profundidade crítica, o lugar de distinção entre as proposições da Criminologia e da Sociologia da Violência, sua formação também é mais recente e concentrada no período a partir de 2010. Sua formação em Direito foi realizada majoritariamente em instituições da região Centro-Oeste. Seus principais interesses de pesquisa são: política criminal, políticas públicas e relações raciais.

Durante as nossas conversas, estes pesquisadores abordaram em seus discursos pontos como: pioneirismo teórico, entraves metodológicos e o papel da questão racial em seus estudos e trajetórias. Um dos marcos das trajetórias de todos é a heterogeneidade de suas carreiras.

Estes passaram por múltiplos ambientes como ONG's, movimentos sociais e instituições de governo. Em parte, a preocupação com o impacto de seus estudos ou até mesmo a "serventia" das suas carreiras se fez presente nas falas mesmo diante da diferença geracional. É necessário ressaltar que essa inserção em cargos e secretarias é uma característica bastante particular da interlocução com o Estado oferecida a pesquisadores do campo de direitos humanos e segurança pública.

Sempre houve interesse acadêmico pela forma como os pesquisadores constituem suas perguntas de pesquisa. Entretanto, há também uma certa camada de segredo, reforçada pela necessidade de ratificar uma neutralidade científica que pudesse oferecer às ciências sociais um lugar mais estável no rol das ciências. Uma iniciativa interessante é o site "Como eu Escrevo" que reúne entrevistas com escritores de ficção e não ficção, juristas e acadêmicos. A proposta é especialmente interessante por fazer perguntas pouco usuais sobre como esses

pesquisadores organizam seu tempo e como enfrentam os desafios da escrita, como a pressão gerada pelas expectativas ou a procrastinação. O benefício das entrevistas contidas no site é captar formalmente a experiência de pesquisadores contemporâneos e de gerações mais novas. Posto que o material disponível acerca das trajetórias de pesquisadores canônicos é de fato mais abundante e poucos se ocuparam em entender as transformações inter geracionais ao longo dos anos. As falas dos pesquisadores refletem suas trajetórias profissionais inclusive fora da academia, e como estes encaram desafios e constituem suas agendas de pesquisa. Mesmo com a riqueza do conteúdo exposto por esses pesquisadores, me concentrei em dois aspectos que comunicam melhor como o tema das relações raciais tem representado uma disputa tensional em sua entrada no campo:

- 1) A crítica à ausência ou silenciamento do tema
- 2) A “militância” como aspecto tensional nos discursos de pesquisadores: para alguns, obstaculizante para o correto desenvolvimento teórico dos temas, para outros parte da trajetória pessoal que inclusive contribui na construção de uma lente mais acurada para a análise e constituição de perguntas de pesquisa.

De muitas formas essas conversas geraram ainda mais perguntas, algumas delas ainda permanecem sem resposta mesmo após a leitura dessas entrevistas. Embora estas conversas não tenham sido o material principal desta pesquisa, considero que alguns temas são especialmente relevantes, porque surgiram de forma a evocar o que havia de mais importante na percepção desses autores sobre o campo. Isso porque ainda que seja possível narrar o campo com base no diálogo com os pioneiros, ainda há pouco espaço para compreender a vanguarda do campo, e o papel transicional desempenhado por pesquisadores contemporâneos e mais recentes (como os doutorandos e recém-doutores), alguns deles orientados por pioneiros e contemporâneos.

A pesquisadora contemporânea M., embora não tenha uma articulação direta com o tema das relações raciais e violência, menciona que, no que se refere à sua carreira como pesquisadora, seu pioneirismo temático era uma realidade, e que seu tema havia surgido como uma demanda do próprio campo.

“Eu tive que inventar o meu próprio campo. Eu fui uma das inventoras do campo da segurança pública no Brasil. Eu inventei a coisa que eu ia estudar. Quer dizer, não é que eu inventei a coisa que eu ia estudar, a realidade me deu esse lugar. Então as perguntas que eu faço são as perguntas colocadas pela realidade. (...) Esse é o problema da vanguarda, você tem que ter muito rigor para produzir em disciplina.”

A pesquisadora demarcou com frequência sua dificuldade em se enquadrar em caixas temáticas, ou até mesmo em se vincular à uma única área devido à heterogeneidade de sua formação intelectual, perpassada por diferentes áreas das Ciências, a pesquisadora M. buscou relatar a forma como consolidava seu pioneirismo no campo da Sociologia da Violência e da Segurança Pública, mencionando que a maturação de seus trabalhos demorou cerca de 10 anos, mas que observa como conceitos e perguntas de pesquisa formuladas por ela produziram ramificações importantes no campo. Já os pesquisadores mais recentes, com uma produção alinhada a uma virada antirracista realizavam um esforço maior de distanciamento e desvinculação da Sociologia da Violência e uma dificuldade em observar as consequências práticas de seus trabalhos:

Pesquisador R.: “Quando você veio falando que queria estudar a Sociologia da Violência, eu pensei “tá... legal”

Entrevistadora: Mas aí você pensou: mas será que eu sou?

Pesquisador: “Pois é, não sou. Eu estudo sociologia da violência, mas pra mim é mais um objeto do que um campo.”

Entrevistadora: Então você não considera que você é um pesquisador da sociologia da violência?

R: Não. Eu respeito muito – cita duas pesquisadoras da área- se me chamarem para qualquer coisa, eu vou. Mas para mim, eu tomei essa decisão de encarar tudo como um objeto. Eu não tenho como ser, eu não vou ser um sociólogo da violência. Mas eu sou um sociólogo da relação racial. Isso não quer dizer que eu não aprenda com a questão da violência, ou que eles não sejam meus interlocutores. Para mim, a questão da violência surgiu primeiro como um problema político e depois como um problema empírico, mas a minha teoria é a teoria das relações raciais.

Em outro trecho da entrevista esse mesmo pesquisador mencionou a raridade de que esta questão fosse concebida como uma questão de carreira, em especial para os pioneiros. E de que uma das raízes da sensação de incompletude após finalizar projetos de pesquisa que combinassem as temáticas do racismo e da violência era justamente a descontinuidade do tema em outros artigos e projetos:

R:Aí naquele momento a gente começou a trabalhar segurança pública e a questão racial muito juntos assim. (...) Deu tudo muito certo, mas ainda assim eu fiquei bastante...

Entrevistadora: Você ainda estava inquieto?

R.: Muito. Porque veja, a – cita uma pesquisadora- já tinha trabalhado com isso no NEV, mas o que eu sentia, era que não reverberava. Um pesquisador fazia, era citado como forma de “passar pelo problema”. Pesquisas boas, mas que não tinham consequências. Não tinham pessoas que depois iam trabalhar com aquilo o resto de suas carreiras.

Em partes, uma explicação encontrada para a desvinculação desses pesquisadores à sociologia da violência e um maior enquadramento nas relações raciais poderia ser o fato de que, segundo os pesquisadores com os quais conversei, a pesquisa em violência ainda se nega a rastrear dados públicos e estarecedores sobre os homicídios e a letalidade policial contra a população negra:

R: Veja, hoje o Brasil registra 60 mil homicídios anuais, quando eu entrei na SEPPIR nós tínhamos os dados de 2008. Naquele momento nós tínhamos o dado de 49 mil homicídios anuais, em 2000 o Brasil tava na casa de 30 a 39 mil homicídios anuais, em 90 o Brasil tava na casa de 35 mil homicídios anuais, em 80 eram 25 mil. Tava legal em 90? É só agora que é um problema? Naquele momento já não se sabia que a maioria dos homicídios era negra? (sic), Porque o movimento negro dizia. A polícia de SP matava menos de 1000 por ano, em 90 ela passou a matar 3000, o movimento negro falava contra a violência policial em 1978, em 90, falava em 2000, 2010, por isso que eu acho que a gente...às vezes... Tô falando eu, enquanto intelectual que tem uma interlocução forte com o movimento negro. Eu provoço, mas eu deveria provocar mais. O exercício de provocar uma autorreflexão do movimento negro faz com que também a denúncia seja mais bem elaborada. Não tô falando que tem que questionar o que é racismo, mas tem que explorar melhor o que significa genocídio. (...) Eu acho que eu preciso ser mais provocativo, mas por outro lado eu acho que a Sociologia da Violência dialogou pouco com o movimento social, ela se encapsulou.(...). Ela se deixou colonizar pela linguagem da academia. (...) Em alguns espaços, não tô dizendo que são todos. Tem gente que tá produzindo coisas maravilhosas também, o trabalho da Jacqueline Sinhoretto, tem o Evandro Piza que é da UnB, o Felipe Freitas que saiu da UnB, a Ana Flauzina também da UnB, mas tem um tipo de trabalho que não tem nem nome, que é resenhar dado, dá dinheiro e gera recurso. Mas é preciso se descolonizar, tem que falar com o povo.

O pesquisador T., nessa mesma linha afirma que não havia porque virar de costas à estes dados, entretanto, isso foi feito:

T: Qual é o ponto fundamental da pesquisa sociológica? De que em determinada variação do dado analisado, recorrente, isso em sociologia mais tradicional. A recorrência de um fenômeno sob determinado grupo, em diferentes amostras ao longo do tempo representa um tipo de fenômeno para a produção de uma interpretação para dar conta daquela realidade (...) Se é isso que se diz, então você não pode ter um super encarceramento, uma sobrevivitização de pessoas negras e isso não gerar um ponto de interpretação que faça uma inflexão do campo que reviva as perspectivas teóricas anteriores.

Uma das formas abordadas por este pesquisador como prova de que algumas perspectivas não ganharam a plataforma devida é a marginalização de determinadas/os intelectuais:

Eu acho que a sociologia da violência virou de costas para tudo que estava sendo produzido na época. Essa é a minha impressão. Em 1979, na ANPOCS... ANPOCS não, quer dizer, na SBPC.. Lélia (Gonzalez) apresentou o que eu considero ser seu melhor, e mais referencial texto que é o “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, nesse mesmo encontro estava a Luiza Bairos presente e nesse mesmo encontro

aconteceu uma reunião fundamental, é onde realmente... é o ano de refundação da ONU, é o ano que toma a decisão política de reorganizar setores da luta social e dos intelectuais brasileiros. (...) Lélia tava na PUC do Rio de Janeiro, que é e era uma instituição super prestigiada e ela participava de todos os encontros. Nos mesmos anos que publicou Ruth Cardoso, um texto sobre associativismo, que é o texto fundacional para discutir movimentos sociais, para discutir antropologia no Brasil, ninguém discute antropologia sem ler aquele texto lá da Ruth Cardoso, eles estão publicados no mesmo livro. (...) A Lélia publicou em todos os grandes periódicos. Então, a escolha política da sociologia da violência foi ficar de costas para essa produção e para fazer isso de modo produtivo, a sociologia da violência confinou, quer dizer, as ciências sociais confinaram o debate racial, no debate sobre o tal campo dos estudos raciais. Só que as pessoas nos tais estudos raciais tavam produzindo sobre várias coisas, inclusive sobre violência. (...) onde a gente classifica uma determinada produção é uma escolha política.

Quando perguntados sobre outras categorias, como gênero e território em seus trabalhos, ou até mesmo de que forma estas geram confluência no debate racial, alguns pesquisadores responderam de forma mais vaga. Algo que coaduna com alguns de nossos achados aqui mencionados, sobre a distância ainda presente entre categorias interseccionais como gênero e raça nos estudos mais recentes. Mas em geral o gênero e a questão racial se configuravam como uma questão masculina nos estudos.

Entrevistadora: Para além da raça, como surgem as categorias gênero, território e classe nos seus trabalhos? Elas surgem de alguma forma?

R: Elas surgem e o tratamento que eu dou a elas é o tratamento da medida em que a realidade me impõe, a realidade empírica impõe. Por exemplo, a questão de gênero é uma questão masculina. A questão territorial ela surge no protesto do movimento negro como uma concessão para fazer alianças. Agora, a questão de gênero, como uma questão de mulheres, para mulheres, ela é muito residual (...) ela vem surgindo como o problema de mulheres encarceradas, por estar numa escalada.

Já T. responde de forma até mesmo propositiva com outras indicações de questões que poderiam ser aventadas no campo.

T: Sem dúvida. Todas essas questões aparecem, no meu caso gênero pela chave da masculinidade, eu tô interessado no tema da masculinidade por que no tema que eu tô estudando em particular, se eu não pensar masculinidade não avança, para pensar polícia. A polícia ela é alicerçada num determinado pacto de masculinidade. E esse pacto de masculinidade não é tematizado na agenda das polícias, não é tematizado, o tema permanece totalmente marginal, mas polícia só é polícia porque tá alicerçada nesse pacto de masculinidade que nós temos. Parece obviedade mas não é. (...) A polícia ela é um desaguadouro das representações da virilidade dos homens, e no caso dos homens negros com suas peculiaridades, suas ambivalências, seus traumas, acho que esse é um tema importante para questionar porque os homens negros foram aceitos tão prodigamente na polícia? Porque os homens negros pleiteiam tantos lugares na sociedade e justamente na polícia eles encontram condições de empregabilidade e até condições de ascensão? Nós temos importantes coronéis da polícia que são negros. (...) É na experiência viril do homem negro que o policial militar encontra sua plenitude. Nessa imagem do homem negro pronto para matar e para morrer contra seus iguais. Essa imagem é muito poderosa e ela é estruturadora.

Apesar da crítica acerca da invisibilidade da masculinidade como um questionamento vinculado à estruturação da violência, autores pioneiros como Alba Zaluar, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, expunham resultados de sua pesquisa de 1994, em que detectou em seus entrevistados, homens jovens envolvidos no crime, uma relação determinante entre a violência e a manifestação de virilidade e poder, apresentando a possibilidade de discussão acerca do “ethos da masculinidade”. Embora nesse caso seja possível ressaltar a diferença entre esses sujeitos sugeridos, já que T. sugere a polícia como “sujeito-alvo” dessa discussão sobre a masculinidade, enquanto Zaluar elegeu jovens traficantes.

Alba Zaluar - Parece-me o fato de que alguns se deixam seduzir por uma imagem da masculinidade que está associada ao uso da arma de fogo e à disposição de matar, ter dinheiro no bolso e se exibir para algumas mulheres. A partir de entrevistas que minha equipe fez com jovens traficantes, definimos isso como um ethos da hipermasculinidade.

Esse é um fenômeno que está sendo muito estudado nos EUA e na Europa e diz respeito a homens que têm alguma dificuldade de construir uma imagem positiva de si mesmo. Precisam da admiração ou do respeito por meio do medo imposto aos outros. Por isso se exibem com armas e demonstram crueldade diante do inimigo¹⁹.

Um dos entraves mencionados para constituir uma lente de análise com maior interlocução entre a sociologia da violência e os movimentos sociais, segundo o autor é a interpretação do trauma brasileiro como fruto retido somente no legado da escravidão. T. afirma:

A gente já entendeu que racismo não tem a ver com pobreza, a pobreza é um subproduto periférico e secundário do racismo. O que o racismo regula não é a quantidade de dinheiro que você tem ou você não tem, não é o acesso a um carro ou uma casa, não é isso. Ele até regula isso também, mas o que ele regula primeiro e fundamentalmente é o quanto de humanidade você vai ter reconhecida em função de ter essa ou aquela característica e por consequência também o seu acesso a direitos e cidadania. Porque na medida em que sua própria humanidade tá sendo questionada, sua cidadania sequer pode ser aventada. (...) Só que a gente insiste numa interpretação do Brasil que trabalha com o racismo como uma herança da escravidão, o racismo não é uma herança da escravidão, nesse sentido passivo. O racismo ele é produto não da escravidão mas do que a gente escolheu fazer com o que a escravidão nos legou como modo de representação social. Não é resultado do que nós fomos, é resultado do que nós somos, e das escolhas que hoje a gente produz para atualizar a nossa escolha primeira. A gente passou todo o século XIX discutindo o que fazer com a escravidão, todo o debate político no Brasil do século XIX na formação da Sociologia, na formação do Direito reside em ‘o que é nós vamos fazer com essas pessoas negras?’ e o que é que nós vamos fazer para manter um modelo social que regule a humanidade de acordo com o pertencimento racial e fizemos uma escolha que deixou os negros alijados de cotas de humanidade social,

¹⁹ ZALUAR, Alba. "Hipermasculinidade" leva jovem ao mundo do crime. Entrevistada por Antônio Gois. Disponível em :<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200423.htm>

aí a gente passou todo o século XX atualizando essa escolha e confirmando todas as vezes a opção pela exclusão e não pela cidadania. Aí a gente insiste num discurso de que o racismo é produto da escolha do século XV.

Interessante observar que para gerações anteriores, que aqui classificamos como de pioneiros e contemporâneos, os entraves abordados residem no tema do “lugar de fala” ou no caráter refratário dos movimentos sociais. Lugar de fala tornou-se um termo concorrente, ele ocupa espaços de discussão acadêmica, as redes sociais, e a própria militância. Entretanto, é justamente esse espaço concorrente, que segundo Djamila Ribeiro (2019) corre o risco de esvaziar o conceito que na verdade seria um instrumento teórico-metodológico para notabilizar as narrativas que até então não ocupavam espaços hegemônicos. O esvaziamento da ferramenta se dá quando o lugar de fala passa a ser resumido como pertencente a um critério unicamente baseado nas vivências dos indivíduos, embora esse seja um aspecto interessante na construção de perspectivas no fato de que o lugar de fala é um reconhecimento responsável sobre o lugar ocupado discursivamente diante de uma matriz de dominação, entretanto, ocupar um lugar socialmente não implica necessariamente em uma consciência discursiva sobre o mesmo.

Essa responsabilização segundo Ribeiro implicaria que pesquisadores em posições de poder diante de matrizes de dominação não se esquivem de debater e estudar as questões raciais, de gênero e de classe, desde que reconhecendo de que ponto estão partindo. Ou seja, o lugar de fala é sim um chamado para uma perspectiva relacional, já que as discussões raciais precisam se inserir em uma perspectiva que assuma as especificidades vivenciadas por diferentes indivíduos, já que a diferença foi de fato construída socialmente.

Entretanto, não é raro que o “lugar de fala” seja compreendido tanto na academia quanto no debate público como um “instrumento de silenciamento”, que propõe uma hierarquia de autoridade para que se fale de determinado tema. Embora a própria estrutura do racismo desqualifique um argumento como esse, afinal, como uma minoria nos espaços acadêmicos seria capaz de cercear ou silenciar os discursos de pesquisadores? O receio ainda assim permanece de alguma forma presente no campo discursivo.

Pudemos captar parcialmente essas tensões em especial nas entrevistas dos pioneiros ao CPDOC-FGV e mesmo entre alguns contemporâneos. Em nossas conversas informais, a pesquisadora contemporânea M. relatou que:

M: Eu transito entre todos os movimentos. O movimento negro é de todos o mais refratário.

Entrevistadora: Fala disso. Como eles te reconhecem?

M: Eles convidam (a falar). Não me reconhecem como alguém do mundo da negritude. (...) Eu nunca fui objeto da discriminação racial. (...) Num momento em que a gente precisa empretecer, nós precisamos estar mais pretos do que somos, mais LGBT do que somos. (...) Nós precisamos avançar num exercício de empatia e compaixão. Acho que é isso que marca meu trabalho.

Há ainda uma segunda questão que merece ser abordada, a da separação entre militância e teoria. Um dilema antigo discutido por VASCONCELOS (2009, p.31) em sua reconstituição da história do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o autor destaca que por ser uma ciência nascida na redemocratização brasileira, o silenciamento dos intelectuais no período de 1964, bem como a cassação de professores universitários cerceou a liberdade e apaziguou a possibilidade da discussão de uma proximidade entre produção intelectual, militância política e engajamento que já estava sendo proposta por intelectuais como Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Destacando-se uma nova forma de validação da pesquisa de campo, instaurada com base em critérios empíricos de inspiração norte-americana. A consolidação desta distinção entre intelectuais que poderiam ou não exercer maior engajamento se deu com base territorial, de forma que São Paulo, por meio de instituições como o CEBRAP, por exemplo, teve maiores chances de continuar exercendo críticas engajadas, do que instituições como o IUPERJ.

Esta foi uma questão interessante que constituiu as discussões metodológicas de pesquisadores e pesquisadoras negros/as que produzem sobre o tema nos anos recentes e a análise de suas próprias inserções em campo. As pesquisadoras Aline Maia Nascimento (2014) e Bruna Jaquetto Pereira (2019), por exemplo, destacam que o pertencimento racial é um fator silenciado nas pesquisas, mas que foi percebido por ambas como um mecanismo de aproximação para diálogo com interlocutores. Em Nascimento (2014) isso tornou possível que policiais auto-declarados negros mencionassem intimidações e vivências de racismo nas corporações policiais, de forma que a própria identificação racial implicava não só em uma colaboração com a pesquisa, corroborada por frases que reiteravam que a pesquisadora provavelmente “entendia do que os policiais falavam” como: “Você é negra também e vai concordar com o que eu vou dizer aqui” (Nascimento, 2014, p.12), na linha de uma solidariedade que aprofunda a legitimidade partilhada na experiência do pertencimento racial. O que não ocorreu com os policiais autodeclarados brancos, que permaneceram em posições mais defensivas ou negavam a presença do racismo na corporação.

Nascimento (2014) dialoga com Schwarcz (2012) que afirma o caráter privado da discriminação, no qual a negação do racismo é pública, e a afirmação do mesmo, íntima. A discriminação então é parte de um território privado que foi vivenciado pela pesquisadora a

partir da dualidade entre a intimidade com policiais negros, e o deslocamento ou desautorização diante dos policiais brancos.

Bruna Jaquetto Pereira (2019, p.55) também revisita essa questão ao mencionar que a classificação racial de pesquisadores em geral não é mencionada, e que pesquisadores brancos não se percebem racializados, entendendo-se como neutros. Segundo a autora, por constituírem uma minoria, muitos pesquisadores/as negros/as que estudam a temática por vezes temem que mencionar a questão possa municiar acusações de falta de objetividade em seus trabalhos. Superar esses silêncios significaria então fornecer ferramentas de pesquisa para jovens pesquisadores/as negros/as, mas também passar a debater novos paradigmas de metodologia e objetividade nas Ciências Sociais, considerando-se que a autora dialoga com trabalhos de Michael Hanchard (2000) que apontam como pesquisadores/as negros/as são acusados de estarem “próximos demais de seu objeto de estudo, o que tornaria suas pesquisas enviesadas”, essa inadequação nunca é apontada no que se refere às pesquisas realizadas por pesquisadores brancos.

Pereira (2019) aponta o fato de que se mesmo entre pessoas negras falar sobre raça pode ser um fator de constrangimento, esse fator pode ser exacerbado por relações de desconfiança com pesquisadores. Sua vivência de pesquisa reiterou a sensação de solidariedade e partilha de experiências que por muitas vezes são “caladas frente aos brancos/as”. A autora então faz uma defesa do posicionamento sobre os resultados que respeite a inserção no campo de forma a trazer resultados mais objetivos. Com base na concepção de “objetividade forte” de Sandra Harding na qual ao invés de assumir a postura hegemônica dos pesquisadores; a da objetividade fraca, que invisibiliza populações historicamente oprimidas, é oferecida visibilidade e participação a estes grupos, ao invés de objetos consumidores dos resultados da pesquisa. Por fim, a autora reitera que isso não significa dizer que a intimidade entre pesquisadora e participantes da pesquisa esteja dada unicamente pela vivência partilhada do pertencimento racial, e nem que esta seja a única dinâmica a demarcar essas relações já que critérios como gênero, a classe, o próprio lugar do/a pesquisador/a impactam profundamente a reação dos interlocutores. Na vivência de Pereira “ser uma pesquisadora negra de pele clara resultou em alguns desafios de natureza específica. Uma delas é a relação com pessoas negras de tez mais escura, que oscila entre momentos de identificação, aproximação e cumplicidade, e outros de desconfiança e afastamento”. A autora ainda relata também o desconforto pelo qual os pesquisadores passam ao se deparar com preconceitos introjetados pelos participantes da pesquisa e em terem de lidar continuamente com os impactos do racismo institucional em suas inserções de pesquisa.

(2019, p.57). Algo com o que a autora lidou de forma criativa, rearranjando questões e notando o que campo dizia a ela:

Assim, as desconfianças das entrevistadas de tez escura me reforçaram a necessidade de estar atenta para distinções de tons de pele entre pessoas negras dentro do fenômeno estudado, e o mesmo pode ser dito quanto às diferenças de classe; também as abordagens masculinas simultaneamente racistas e machistas, bem como as expressões de racismo interiorizado, foram adicionados ao corpus da pesquisa e contribuíram para que eu elucidasse as questões que me propus a investigar. Para mim, esse foi simultaneamente um exercício de cura emocional e um instrumento de produção científica. Assim, é imprescindível conceber o processo de pesquisa tendo em vista que tanto os/as pesquisadores/as – negros/as e brancos/as, homens e mulheres – quanto os/as participantes são sujeitos sócio-históricos e que, como tal, interagem a partir de posições relativas, dentro de um contexto particular. Ao admitir que esta é uma marca incontornável da inserção de todos/as os/as cientistas sociais no trabalho de investigação, podemos derivar achados significativos das situações de afinidade e de aflições, e converter em ponto forte de nossos trabalhos aqueles mesmos elementos que a ótica racista apontou serem nossas "fraquezas intrínsecas". (PEREIRA, 2019, p. 59).

Em seu artigo intitulado “A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?”, Ari Lima (2001) também discute a questão a partir da condição do “silêncio”, visto que “o intelectual negro saberá dos limites da sua fala uma vez que antes de ser agente reflexivo é “objeto científico”, saberá que se sua consciência subalterna lhe autoriza a falar sobre a diferença negra no Brasil, por outro lado espreguiça seu grau de incorporação de uma objetividade científica universal, de ajuste a tropos e apelos disciplinares. Ou seja, é possível registrar a diferença, mas deve-se silenciar sobre os desejos de reversão da desigualdade racial. O artigo de Ari retoma o histórico do tema na literatura enquanto mescla trechos que mencionam sua experiência como o primeiro estudante de doutorado negro em 20 anos do Programa de Antropologia Social da Universidade de Brasília, este ao ser reprovado em uma disciplina obrigatória do curso e buscar recursos de retificação da nota, visto que não havia motivo para a reprovação, sofre consecutivas pressões para que desista não só do recurso, mas também do Programa de Pós Graduação. Vale ressaltar que é a partir do caso Ari, que se inicia a mobilização por cotas raciais na Universidade de Brasília. Tornando-se a primeira universidade federal a adotar a política no segundo semestre de 2004.

A presença dessa preocupação em distinguir entre objetividade e pertencimento racial e manifestar justificativas para novos paradigmas de estudo das relações raciais também esteve presente na entrevista com um de nossos interlocutores. Como afirmado em nossas conversas informais pelo pesquisador “T”:

“Não são questões raciais de partida, são questões raciais de chegada [...]. Eu não tô preocupado em entender as audiências de custódia porque sou um militante do movimento negro que tô preocupado com a centralidade da raça [...] eu tô preocupado em entender as audiências de custódia porque eu acho que o sistema de justiça criminal só será bem entendido e só funcionará melhor se a gente entender as audiências de custódia. Agora para entender as audiências de custódia é fundamental que a raça seja ponto de encontro porque a raça estrutura as relações sociais do Brasil. [...] eu acho que tudo isso que eu estou te falando passa por uma questão central que é revisitar a nossa discussão sobre formação nacional, portanto é revisar uma discussão sobre racismo. Na verdade, o limite da sociologia da violência, não só da sociologia da violência, da sociologia brasileira... A sociologia brasileira se limita na medida em que ela assume como seus fundadores e legatários reiterados, autores que não investem em uma interpretação do Brasil que ponha a raça como centro explicativo da sociedade brasileira”.

Portanto, é nesse ponto que discutir a percepção de que pesquisadores antirracistas promovem perspectivas aprofundadas na medida em que desvelam aspectos silenciados até então, ou como dito por nosso interlocutor “entender a raça como ponto de encontro, posto que estrutura as relações sociais do Brasil”, bem como recordar a participação ativa desses intelectuais ao tecer redes-acadêmico intelectuais de apoio às ações afirmativas nos demonstra que há espaço sim para admitir uma virada antirracista enquanto projeto epistemológico.

Por fim, ao serem questionados acerca de uma autocrítica possível à suas carreiras ou ao campo da sociologia da violência, M. respondeu que:

“Hoje ele (o trabalho) tem um aspecto censor, eu acho que tem uma pedagogia da construção de uma carreira que é careta, que é de encareamento mental. O que limita a criatividade, tira a cor da imaginação sociológica à moda do Wright Mills. As pessoas ficam muito confinadas numa mesmificação, bovinizando coisas que estão na moda, então parece que tem tendências. Tá todo mundo falando de Foucault, depois a tendência é falar necropolítica, aí todo mundo repete necropolítica, então tem uma espécie de mantra, ou modismos. E aí as pessoas não fazem as perguntas e o mais importante são as perguntas porque as respostas vão envelhecer.”

Ao utilizar o termo “necropolítica” como um exemplo de conceito que poderia ser enquadrado em uma tendência ou modismo a autora gera a questão, de que forma a entrada de determinados conceitos que poderiam ser marcadores de uma virada antirracista é recepcionada pelos pesquisadores que não se identificam com essa lente de pesquisa? São vistos como tendências momentâneas ou como parte permanente do quadro conceitual do campo? O que distingue um conceito permanente ou a formação teórica de um campo de uma tendência? Para compreender essa questão, optamos por eleger o conceito “genocídio” para captar, mesmo que parcialmente, o cenário de disputas e críticas ao uso de um conceito.

3.3 - Uma demanda por novos conceitos: genocídio, um conceito transversal

Ortegal (2016) ao analisar a criminologia crítica, aponta a necessidade da incorporação de “novos” conceitos que ainda aparecem pouco na maior parte da literatura que relaciona violência e racismo. Termos como epistemicídio, genocídio, extermínio e diáspora ainda são pouco utilizados ou como veremos a seguir, especificamente no caso do termo genocídio, questionados em sua utilização.

Dessa forma, assumir a existência da virada antirracista é também questionar a existência de novas estratégias metodológicas, um novo léxico e um conjunto de referências, inclusive externo a academia. Externo, pois, a chave para entender determinadas questões do tema está nos termos contidos entre aspas. Ortegal toma o cuidado de caracterizar isso ao colocar “novos conceitos” entre aspas, denotando a existência prévia ainda que esquecida ou ignorada de tais termos. Em outros autores, o uso do termo genocídio, também entre aspas parece denotar que ainda há uma instabilidade em assumir o uso corrente do termo. Já em Ramos (2015) aborda-se o fato de que ao compilar os estudos brasileiros que por ventura correlacionam violência e racismo, nota-se que o campo que faz essas conexões de forma mais aprofundada, reunindo pesquisa e vivência é o dos movimentos sociais.

Campos e Gomes (2016) estabelecem algumas etapas nos estudos sobre relações raciais no Brasil, a última delas seria do fim da década de 1970, com autores como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, marcada pela continuidade da desigualdade racial, mesmo após amplos processos de industrialização no Brasil. Seria a etapa, ou paradigma das “desigualdades raciais”. Os autores alertam que não se trata de observar essas etapas de forma evolucionista, mas sim de forma que possamos nos atentar para a cumulatividade da produção sociológica sobre a questão racial. A própria percepção da existência da discriminação racial não é nem mérito e nem exclusividade de um único paradigma, de forma que autores identificados em etapas anteriores reatualizam suas concepções do tema, ou já denunciavam a desigualdade em paradigmas anteriores. (CAMPOS e GOMES, 2016, p.92).

Campos e Gomes (2016) também apontam que o terceiro (paradigma do racismo enquanto sobrevivência), ou seja, em oposição a percepção antecessora de que o Brasil seria um país marcado pela harmonia racial e o quarto paradigma (paradigma das desigualdades raciais) são os que mais tiveram dificuldade de penetrar no debate público, crítica que está presente na obra de Florestan Fernandes (1960). Isso significa que os esforços pelo atendimento das demandas por equidade e inclusão racial, dependeram largamente de outras forças além da discussão acadêmica. Nesse ponto, há uma confluência: os processos de

redemocratização brasileira, a mudança de percepção de agências internacionais como a ONU que mudam sua percepção acerca do Brasil enquanto um “exemplo de harmonia racial” para então cobrar a diminuição do abismo de desigualdades, e por fim, há também outro elemento importante para que possamos introduzir na história originária do enlace entre movimentos sociais e a possibilidade de uma virada antirracista: o nascimento do MNU.

Por isso retomamos Ramos (2015) que realiza uma narrativa teórico-bibliográfica interna a academia, mas também preocupada com o entrelace entre esta narrativa e a própria fundação do Movimento Negro Brasileiro. O nascimento do MNU em julho de 1978, entre muitas outras demandas era uma resposta a um ato de violência: o assassinato de Robson Silveira da Luz,²⁰ pouco mais de um mês antes. O autor coleta diversas ações entre o fim dos anos 1970 e o início dos 1990 que denotam a manutenção constante da preocupação com o debate acerca da violência por parte do Movimento Negro Unificado:

(...)as cartas ao Secretário Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo escritas pelo Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo; eventos como o promovido pelo MNU para debater violência policial em 1981 com a presença de Tereza Santos e o promovido pelo Grupo Negro da PUC-SP, em 1984, e os debates realizados pela organização Unegro sobre as chacinas de crianças (1992) ou o seminário “Juventude Negra: preconceito e morte”; a Campanha não matem nossas crianças promovida pelo NEAP do Rio de Janeiro no fim dos anos 1980; as composições de Hip Hop que denunciavam as menores chances de um jovem negro seguir vivo no início dos anos 1990; a Campanha do MNU “Mano, não morra; mano, não mate”; a campanha “Contra o genocídio da juventude negra”, em 2007 do Fórum Nacional de Juventude Negra; em 2011, a formação do Comitê contra o genocídio de juventude negra/juventude preta pobre e periférica); o início das Marchas contra o Genocídio da População Negra. Em geral estes movimentos possuem em comum a mesma visão de apontar como o racismo liga-se diretamente com a produção de vítimas negras nestes homicídios. O “Dossiê” do Comitê CGJPPP, existe um problema amplo, combinando heranças do escravismo (findo em 1888) e permanências da ditadura militar brasileira (1964 a 1985) que vitimizam a população negra, através da produção de desigualdades, de um lado, e de outro, a ação policial sendo mais repressiva e letal com indivíduos negros jovens. (RAMOS, 2015, p.4)

A descrição desse momento, que contou com diversas manifestações e respostas ao problema da violência no âmbito público e político, converge com a obra de Abdias Nascimento, intitulada “O genocídio do negro brasileiro”, publicada pela primeira vez também no ano de 1978. Escrito um ano antes para o Colóquio Festac - Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas realizado na Nigéria, entre janeiro e fevereiro de 1977, durante o exílio do autor no país, o trabalho foi recusado tanto pelas autoridades nigerianas quanto pelas autoridades brasileiras, mas por esforço do autor e de seu departamento foi

²⁰ Em 1978, Robson Silveira da Luz voltava de um baile com amigos quando foi detido, torturado e assassinado pela polícia por supostamente ter roubado frutas em seu local de trabalho (Robson era feirante). O protesto diante de sua morte foi realizado por duas mil pessoas em frente ao teatro municipal de São Paulo.

divulgado aos convidados e posteriormente publicado pela Editora Paz & Terra no Brasil. Curiosamente, o título original era “*Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality*”, ou seja, o título original parecia expressar a amplitude da abordagem do autor na análise do contexto brasileiro, de forma que estava mais próximo da denúncia do mito da democracia racial do que de uma abordagem como a que entendemos comumente por ‘genocídio’.

Para recuperar, o que afirmo ser esse entendimento comum do termo, Gomes da Silva (2018, p.21) retoma a própria etimologia da palavra genocídio para compreender as transformações do conceito ao longo do tempo. Em sua origem, deriva de ‘génos’ - família em grego e ‘caedere’ matar em latim. O uso corrente do conceito “genocídio” está diretamente ligado a experiência traumática que restou de legado das políticas nazistas como ressaltado por Flauzina (2013) e Ferreira (2016). Este, formulado em 1944 na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, da Organização das Nações Unidas para designar o crime de extermínio dos judeus na Europa da Segunda Guerra Mundial, foi se refinando para compor a primeira legislação sobre o tema, publicada em 1948, em Nova York. Basicamente, trata-se de crime com intenção de destruir, total ou parcialmente um grupo étnico, racial ou religioso. Com práticas como: assassinatos, atentados, submissão a condições precárias e degradantes ou que acarretarão na destruição física de um grupo ou no impedimento de sua continuidade, através da limitação dos nascimentos e/ou da transferência das crianças que compõem o grupo para outros, sendo que quaisquer dessas práticas seriam consideradas genocídio em tempos de guerra ou de paz.

Entretanto, ambas as autoras ressaltam que o instrumento não serviu como forma efetiva de prevenir ou punir o crime na comunidade internacional. O responsável pela formulação do termo foi Raphael Lemkin, um advogado de origem judaica que pretendia que a expressão englobasse não só o assassinato, mas a degradação das condições de vida através de um plano coordenado contra a segurança, liberdade, saúde e dignidade de um grupo. O esboço inicial de sua proposição foi negado pela Assembléia Geral em 1947 por ser “excessivamente amplo”, o que ameaçaria a soberania (Flauzina, 2014, p.123). No entanto, Ferreira (2016) atenta para o fato de que não há uma significação do termo, ao que a autora se preocupa em constituir elementos que possam estruturar sua formação. Tais como a existência de um sujeito passivo e um sujeito ativo na aniquilação do grupo, ao que Ferreira (2016) inclusive menciona que autores como Otávio Cruz-Neto e Maria Cecília de S.Minayo já criticavam a ausência de uma definição sobre o sujeito ativo ser individual ou coletivo, ou até mesmo como a própria Ferreira (2016) sugeriam o termo agente coletivo. Portanto, o conceito em si já nasce com interditos e contraditoriedades, incitando o questionamento de Flauzina

(2014): porque a ênfase no genocídio? E porque a opção do termo por parte dos ativistas para descrever contextos de violência? As críticas ao uso do termo devido ao suspeito mau uso político, no sentido de que este uso seria fruto de uma tentativa irracional de chamar atenção da comunidade internacional, mas como a própria autora coloca, o uso frequente é um dado em si mesmo.

A principal referência nacional de uso do termo é a obra de Abdias do Nascimento (1978) na qual o genocídio é visto como consequência de um projeto de Estado, um “processo”, com políticas como um abolicionismo de farsa, e a introjeção de valores de embranquecimento a partir da ideia de que há um “problema do negro” que só se resolveria por meio da aniquilação deste “inimigo da pátria”, obstáculo em sua evolução para a modernidade. A partir dessa ideia é que a solidificação do racismo estrutural possibilitou a naturalização de processos de subumanização (Nascimento, 1978).

O “genocídio negro” ou genocídio anti-negro brasileiro, representa uma forma de expressar um conjunto de formas de assassinio físico, social e cultural da população negra. Como exposto anteriormente, mesmo no contexto internacional o próprio autor do termo se viu impedido de ampliar o termo, portanto a crítica feita por autores antirracistas brasileiros passa não só por revogar o status de singularidade do Holocausto, que permanece como a experiência central considerada quando mencionamos o crime de genocídio. A disputa passa também por afirmar a terminologia “genocídio/ genocídio anti-negro” diante das críticas de que trata-se de discussão “passional” ou “militante” (como forma de acusar ausência de racionalidade), defendendo uma formulação que compreenda a desigualdade de condições de acesso à saúde pública, educação e segurança, a violência estatal e o encarceramento em massa vivenciado pela população negra como formas de expressão genocida.

A disputa em torno da denúncia do genocídio precisa driblar a própria invisibilidade da violência contra a população negra, considerando-se que eventos que configuram essa violência são classificados midiaticamente a partir de categorias difusas, pouco congregadoras de denúncias como “confusões” “tiroteios” e “chacinas” muitas vezes com a própria culpabilização das vítimas envolvidas (JOHN, BRANDÃO e SOARES, 2020), esses mesmos eventos são muitas vezes desacoplados de seu caráter racial. Um exemplo disso está no número reiterado de vezes que a imprensa brasileira divulgou a morte de George Floyd ²¹

²¹ Em 25 de maio de 2020, George Floyd foi assassinado em Minneapolis nos Estados Unidos pelo policial branco Derek Chauvin, que o asfixiou ao ajoelhar em seu pescoço. As cenas da abordagem foram gravadas e circularam em redes sociais e veículos de notícias.

como racialmente motivada e ignorou a possibilidade de aventar a mesma hipótese para os casos ocorridos no contexto brasileiro, no qual não faltam exemplos.

No contexto brasileiro, a obra de Abdias Nascimento (1978) não trata do genocídio como ato, mas como um processo de contínuas investidas do Estado, mascaradas por um discurso democrático e harmônico. Segundo o autor, isso se expressa desde a representação social do negro, através da análise estatística das taxas de mortalidade, emprego e moradia até o declínio populacional, em especial dos ‘pretos’, observados ao longo dos censos apresentados. O autor não só criticava a exclusão da categoria raça/cor por parte do governo militar nos anos 1970, mas também a impossibilidade da intelectualidade brasileira de pensar o protagonismo negro na estruturação da sociedade brasileira.

Segundo Ramos (2015) é somente 30 anos depois que o movimento negro passa a articular o termo genocídio de forma a incorporá-lo nem como ato, tal qual descrito pela ONU, nem como processo tal qual descrito por Abdias Nascimento, mas “como um conjunto de ações que se renovam, se espraiam e se adaptam”, estruturando a ideia de que há um sistema de reforço entre a violência letal e o racismo. Diagnosticado pela juventude negra após os anos 2000 e presente nas campanhas “Contra o Genocídio da Juventude Negra” em 2007, nos protestos dos movimentos negros, bem como nas letras de rap dos anos 1990 e 2000.

A centralidade do termo genocídio está mais presente no contexto político ou acadêmico? Se entre o movimento social negro as estatísticas de violência confirmam o genocídio da população negra, no espaço acadêmico instauram-se diversos questionamentos que revogam a possibilidade de nomear o fenômeno dos homicídios contra a população negra como genocídio: o primeiro deles é o de não recorrer aos órgãos internacionais para realizar a denúncia desse crime contra a humanidade. Outra questão que emergiu nos discursos públicos do campo é a relação com a alteridade, já que o termo ‘genocídio’ pressupõe um ‘outro’, em uma distinção que já seja evidente previamente. A questão foi inclusive discutida por Alba Zaluar, em uma entrevista da autora ao CPDOC-FGV sobre sua trajetória:

Mas nos seus projetos de pesquisa, nos seus pronunciamentos públicos, ninguém fala disso; todo mundo só fala da violência policial, todo mundo só fala do genocídio dos negros. Genocídio dos negros? Não viram o que é genocídio, pelo seguinte, sessenta e tantos por cento dos PMs ou setenta por cento é negro. Vem cá, genocídio dos negros contra os negros? Não faz sentido. Então são duas etnias diferentes? Eu acho que tem isso, tem essa coisa de reafirmar sempre os direitos humanos, tal como as organizações internacionais de direitos humanos veem o problema – e aí é que entra o Paulo Sérgio Pinheiro, porque ele fez uma carreira internacional nisso –, e tem a coisa da fonte dos recursos de pesquisa e de atuação, também, e tem, ao mesmo tempo, uma dificuldade de entender sociologicamente isso, como havia uma dificuldade enorme de entender que a cultura popular também não é santa. (CPDOC-FGV, 2018,p.48)

A questão é igualmente discutida por Ramos (2014), já que, segundo o autor, ao seguir o raciocínio da alteridade, o status de negros e indígenas deveria ser o de negação do reconhecimento destes por parte do Estado, entretanto, supostamente, a narrativa nacional é a de que, culturalmente estes são povos fundantes e legalmente teriam seus direitos assegurados, inclusive por estatutos específicos. O autor também aponta para a controvérsia do tema dentro do movimento negro já que este tanto reivindica este lugar fundacional como também aponta para o progressivo embranquecimento populacional por meio da miscigenação, se deparando com igual dificuldade em constituir a alteridade:

Dessa forma, definir quem é o Outro da população negra tem relevância teórica e empírica, se levarmos a cabo as reflexões propostas pelo movimento negro. É nesse quesito que a autoria dos homicídios também ganha expressão, pois é vasta a bibliografia que trata do engajamento de jovens negros e pobres em atividades violentas e criminalizadas (ABRAMO, 1997; ZALUAR, 1985; PERALVA, 2006; TAVARES, 2012). Com efeito, quem estaria sendo assassinado é o mesmo grupo social que pratica os assassinatos. Outro desafio para a categorização do genocídio é a natureza dos dados sobre homicídios no Brasil. Um debate sobre como este dado é tratado pelas políticas de segurança pública, ver Lima (2004; 2008). A maior parte da produção teórica sobre políticas de segurança pública defronta-se com a questão sobre a fonte de dados produzidos e a respectiva correspondência destes dados com a realidade. No Brasil, existem duas fontes principais de dados sobre homicídios: as certidões de óbito declaradas pelos sistemas de saúde estadual e municipal, posteriormente consolidada pelo Ministério da Saúde, e os boletins ou registros de ocorrências das Polícias Cíveis dos estados. Com frequência, as informações destas fontes não coincidem entre si, pois são construídas a partir de metodologias diversas, e cada uma delas possui certos problemas de validade e confiabilidade. Os dados sobre homicídios do sistema de saúde limitam-se às vítimas, pois contemplam apenas informações sobre o óbito, e não sobre as circunstâncias em que o crime ocorreu. (RAMOS, 2014, p.87)

Como ressaltamos no capítulo 2, o processo de coleta das informações a partir do dado raça/cor exhibe diversas lacunas, no caso específico dos homicídios, embora possamos contar com os dados do DATASUS que compõem as estatísticas do Mapa da Violência, não é possível a autodeclaração/autoclassificação, já que as vítimas de homicídio são classificadas com base na percepção do profissional que estiver preenchendo a ficha, de forma que cada passagem de uma pessoa por diferentes instituições atribui a esta uma “cor” a depender do crivo de quem preenche o dado, de forma que é necessário assumir que as estatísticas de homicídio podem variar, para mais ou para menos.

Portanto, ainda que tenhamos estatísticas que demonstram o alto índice de homicídios, em especial dos homens negros jovens, Ramos (2014) ressalta que há que se considerar que a definição de genocídio pressupõe a identificação de uma política específica de extermínio. Entretanto, contra essa hipótese, à época do trabalho desenvolvido pelo autor, tanto a Constituição Brasileira que assegura os direitos da população negra, quanto as gestões dos

governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Roussef (2011-2015) tiveram políticas voltadas para a promoção de ações afirmativas e protetivas. Em 2003, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva funda a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A secretaria, voltada para a promoção e incentivo de projetos de combate à desigualdade racial no país embora tenha representado uma comunicação entre as reivindicações do movimento negro e o governo federal por meio de uma posição institucional estratégica e superior a representa por outros órgãos em governos anteriores, ela não alcança o status de ministério, o mesmo ocorre com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Como bem exposto por Lourenço Cardoso, essa “singela” atitude indica que as políticas de reconhecimento da diferença apesar de institucionalizadas, não são tratadas com a mesma estrutura e orçamento com que são tratados os temas das pastas chefiadas pelos ministros de fato.” (CARDOSO, 2008, p.98). Portanto, há aí mais uma marca dos estudos: a observação das controvérsias mesmo diante dos avanços. No caso dessa última, Ramos (2015) propõe o diálogo com a ideia de “regressive policies”, políticas dedicadas a promover prejuízos a um segmento populacional, mesmo diante de um cenário de avanços nas políticas de equidade. Dessa forma o autor questiona os mecanismos pelos quais o discurso do Estado Brasileiro poderia ser ao mesmo tempo de combate à discriminação e valorização da cultura negra por meio de políticas de repressão ao crime do racismo e políticas redistributivas de reconhecimento da igualdade enquanto ainda age em prejuízo ao grupo, reprimindo, encarcerando e assassinando em maior número este mesmo grupo que supostamente se busca defender.

Quando Ramos (2014, p.76) rastreia a utilização do termo ‘genocídio’ e a entrada do termo na pauta do Movimento Negro Unificado, entrevista alguns de seus membros mais antigos para compreender as origens das primeiras utilizações do termo. Um dos dirigentes entrevistados relata que o primeiro uso do termo foi em um Congresso do MNU em Lauro de Freitas, no ano de 2006, este ocorreu concomitantemente à preparação do ENJUNE-Encontro Nacional de Juventude Negra, evento ocorrido em 2007, na mesma cidade, ocasião na qual a violência foi de fato tematizada como genocídio.

Há aqui uma distinção importante, feita por outro entrevistado da pesquisa de Ramos (2014), a distinção entre falar de violência, e falar de genocídio. Segundo ele, a pauta da violência foi sendo abandonada paulatinamente pelo MNU mesmo com tentativas do entrevistado de iniciar um debate interno e ações diretas no âmbito das cadeias. Corroborado também por outros entrevistados que consideram que a pauta da violência policial e racismo

teve seu ápice nos anos 1980, mas foi declinando ao longo dos anos. Em 1984, foi promovido pelo MNU na PUC-SP, o debate “Violência Urbana e Questão Racial”, um debate perigoso para o período, mas que ainda assim ocorria de forma a dialogar com o momento marcado por chacinas ocorridas desde 1981 e ainda mais presentes ao longo do fim da década de 1980 e toda a década de 1990. Por fim, Ramos (2014) e seus entrevistados destacam a possibilidade de que a violência atua como uma espécie de “marca fundacional”, pois:

Na maioria dos movimentos sociais negros, a violência foi o que mobilizou. O MNU foi o assassinato do Robson. A UNEGRO surge com a pauta da repressão policial e dos grupos de extermínio, em 1988, a pauta da violência e a pauta antineoliberal foi importante para nós. Tanto que no I ENEN o tema extermínio programado da juventude negra foi um momento meio que era o grande acordo que tinha [em torno dos grupos de extermínio] (entrevista cedida em 18 jun. 2014). (RAMOS, 2014, p.79).

Embora o foco em geral fosse direcionado a violência contra homens negros jovens, as mulheres negras também constituíam parte do debate da violência, isso porque estabeleciam-se formas de controle populacional descritas na convocatória do ENEN – Encontro Nacional de Entidades Negras em 1991, que voltava-se especialmente às mulheres negras como expresso por dados da PNAD, incidindo mais sobre as regiões com maior contingente negro como Norte e Nordeste²². Essas “formas de controle populacional” se davam por meio da esterilização, mortalidade materno-infantil e atendimento precário de saúde a essas mulheres. Dessa forma, a violência contra mulheres negras parece aprofundar a percepção da ocorrência de um genocídio, pois infringe as possibilidades de constituição de famílias negras.

O declínio do tema ou a invisibilidade do mesmo inclusive dentro do Movimento Negro dos anos 1980, parece se expressar na “solidão” acadêmica exposta por Jorge da Silva, em sua entrevista ao portal da Universidade Federal Fluminense:

O que o motivou a escrever a primeira edição de “Violência e Racismo”, em 1998?

A abordagem que cruza violência com racismo me apareceu quando comecei a fazer o mestrado, há 20 anos. E por minha identidade social, eu era morador do Complexo do Alemão, achava que essa relação tinha a ver. Nos estudos que fiz para a dissertação, concluí que os dois fatores conversavam entre si de forma muito importante. A pesquisa me mostrou que o racismo tem forte presença não só na prática da violência no Rio de Janeiro, mas também nas formas como o poder público resolve enfrentá-la, pois, na aplicação de políticas contra a violência criminal o próprio Estado tem um viés fortemente racista, o que é facilmente

²² Há que se ressaltar que em 1990 ocorreu uma CPI voltada unicamente para tratar da prática de esterilização como escambo eleitoral no Brasil. Presidida pela então senadora Benedita da Silva. O uso do termo “intenção genocida” foi apresentado na reunião como forma de classificar a prática do Estado Brasileiro. Entre os defensores da política, Elsimar Coutinho, permanece declarando em entrevistas que a política foi diretamente responsável pela diminuição da violência entre homens jovens no Estado da Bahia, nesse caso se referindo ao aumento das vasectomias.

observável. Quando escrevi o livro, em virtude da minha experiência como policial, achava extremamente complicado haver grandes estudos sobre a violência no Brasil e no Rio de Janeiro, muitos teóricos explicando a criminalidade, mas era como se, para esses estudiosos, não houvesse uma questão racial no país, porque sequer tocavam no assunto. Isso me incomodava. Procurei algum estudo anterior nesse sentido, mas não encontrei. Pelo que eu me lembro, foi a primeira vez que alguém fez esse cruzamento.

3.4. Uma virada antirracista entre o tema do negro e a vida do negro

Durante o percurso de escrita deste trabalho encontrei muitos nomes para a ausência da questão racial: silêncio, daltonismo e negação foram alguns deles. O daltonismo racial, ou color blindness, é um recurso estratégico para que o discurso racista se recrie na negação de que a diferença sequer exista. Ele permite que a discriminação torne-se ato isolado, e não a comprovação do preconceito nas práticas cotidianas da segurança pública. Portanto, não há uma resposta pronta sobre a existência de uma virada antirracista, há o campo em disputa: com espaço para uma abordagem daltônica, mas também com demonstrações de uma preocupação frequente e progressiva na consolidação de pesquisas marcadas por um viés antirracista.

O aperfeiçoamento da construção de bases de dados sobre as mortes violentas no Brasil propiciou que se evidenciasse o viés racial dos homicídios com taxas que demonstram declínio entre os brancos e aumento entre negros, em especial os jovens, de ambos os gêneros. O mesmo se repete no que se refere aos dados de letalidade policial contra a população negra e o maior índice de encarceramento da população. Segundo Sinhoretto e Morais (2017) a elaboração desses dados impulsionou a formulação de denúncias cada vez mais bem construídas por parte do movimento negro, em especial da juventude negra sobre a existência e persistência do “genocídio contra a juventude negra”. Como exposto por Paulo César Ramos (2015; 2016) essas denúncias estão presentes há décadas nos textos e discursos do movimento negro brasileiro, mas nunca tiveram tanta reverberação quanto no momento atual.

Como já destacamos, autores como Abdias Nascimento demonstram a centralidade do “silêncio” para pautar a dinâmica de tratamento da questão racial na sociologia brasileira. Portanto, diante da influência do trabalho desses autores, destacamos que a onda antirracista é marcada principalmente pela crítica e proposição como forma de constituir uma fundação sólida para um novo campo. Aline Maia Nascimento (2014) constrói em sua monografia um item intitulado “Rompendo o silêncio” no qual não só indica o longo caminho que ainda é preciso ser trilhado para constituir o campo de racialidade e segurança pública, mas também alguns dos desafios que vêm sendo enfrentados. Destacam-se dois: (1) A ausência de uma bibliografia que relaciona plenamente a racialidade à segurança pública. (2) Compreender que

há um vício de centralização do branco como referência, enquanto o negro constitui um “outro”, o “desvio”. Ao centralizar sua análise no grupo negro, Nascimento destaca que esse esforço pluraliza as especificidades dos indivíduos, e destaca os possíveis conflitos ao invés de negá-los.

Há então que se perguntar: a virada de fato existe? Se sim, no que se constitui? Quais os textos base que a consolidam? É reconhecida pelos pares? E mais, esse reconhecimento implica em adoção de estratégias e diálogos com as agendas dos movimentos ou em novas tentativas de escamotear o tema, ainda que em determinados momentos este pareça estar em evidência? Há também que se perguntar qual papel da sociologia da violência em aprofundar ou não, por meio das explicações sobre o funcionamento dos mecanismos de controle social e de punição, que as relações raciais apareçam como atributos individuais dos sujeitos que perpetuam ou que estão sujeitos à violência. Posto que ainda se desenvolvem passos concretos para imersão em uma discussão sobre racialização de indivíduos brancos no país, tratados na maior parte dos discursos como a norma, diante dos “desviantes”.

O elemento crítico e inquisitivo tem pautado novas iniciativas como o relatório da Rede de Observatórios da Segurança do CESeC: “que em 2020 completa o seu primeiro ano trazendo à luz um paradoxo. O mais importante que temos a dizer é que pouco podemos dizer sobre o mais importante: o racismo que estrutura a sociedade brasileira e impulsiona a repetição do absurdo cotidiano de violências no Brasil”. (CESeC, 2020, p.4). Cada parte do documento emitido pela Rede de Observatórios da Segurança em 2020 evidencia mudanças na forma de tratar o tema. Desde a logomarca “Vidas Negras importam” estampada em todas as páginas, o compromisso assumido nas primeiras páginas em afirmar que o racismo seria tema central de todas as análises do observatório assumindo que os negros e negras são as maiores vítimas da violência no Brasil, e por fim, o elemento que marca a maior parte dos trabalhos desse período que constituiria a chamada “virada antirracista”: a crítica ao silêncio acerca do racismo no debate público e acadêmico brasileiro. O relatório deu origem também a um conjunto de vídeos com apresentações dos autores envolvidos, que não só pertencem a diferentes áreas de estudo como têm bases em instituições de diversas partes do país, tendência que também percebemos em outras iniciativas durante esta pesquisa.

Ao mesmo tempo em que se assume a necessidade de um debate transversal e estrutural que não considere a discussão racial como uma “informação a mais”, enquanto menciona que a própria produção de conhecimento marginaliza a questão racial e propicia que perspectivas antirracistas sejam silenciadas, o relatório atribui esse “silêncio” ao baixo índice de informações fornecidas:

Apesar da desigualdade inaceitável que esses números revelam, um impressionante silêncio sobre o tema racial tem prevalecido na mídia e no debate público. Neste primeiro ano de atividade, o trabalho diário dos pesquisadores da Rede comprovou como é pesado o véu que oculta a marca do racismo na rotina de assassinatos, mortes por agentes do estado, feminicídios, violências contra crianças e adolescentes e outros fenômenos. De 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, os pesquisadores dos cinco observatórios que formam a Rede esquadriharam veículos jornalísticos e as redes sociais em busca de relatos sobre ocorrências relacionadas à segurança pública e à violência. O monitoramento resultou em 12.559 registros – dos quais apenas 50 relacionados ao racismo e à injúria racial. (CESeC,2020, p.4)

Tal afirmação da Rede de Observatórios da Segurança (CESeC, 2020, p.28) ao mencionar a ausência de registros nos sete mil eventos monitorados a partir dos relatos da imprensa e mídias sociais sobre o policiamento. Desses, nenhum incorporava expressões como “racismo, raça, e racial” nos dados mencionados e somente um mencionava a expressão “negro”, ou seja, os pesquisadores afirmam que o racismo da polícia e do sistema de segurança não se traduz em um discurso que admita a existência do racismo. Algo notadamente diferente do tratamento midiático brasileiro à eventos de violência policial nos Estados Unidos, por exemplo, ocasiões nas quais a mídia brasileira utiliza termos como “morte de homem negro”, “manifestações antirracistas”, “brancos participando de atos contra o racismo” etc. Corroborando com o ponto debatido pelos pesquisadores Elizabeth Leeds e Christopher Stone²³ em que o pesquisador afirma:

Leeds: Uma questão importante para o Fórum é o papel da sociedade civil na tentativa de fazer com que a política de direito penal seja corretamente aplicada. A mim, parece que isso tem de acontecer em vários níveis. Por exemplo, o Fórum foca na responsabilidade pelas informações e dados verossímeis, esse é um nível, em âmbito nacional. No âmbito local há a sociedade civil tentando melhorar a atuação da polícia. Na semana passada, foi publicado um artigo no Washington Post , que provavelmente você viu, sobre o motivo pelo qual o movimento Black Lives Matter [A Vida de Negros Importa] nunca se firmou no Brasil, mesmo considerando que nos últimos anos o país registrou um número alarmante de jovens negros mortos pela polícia. Por isso é essencial que a sociedade civil atue em vários níveis, em nível macro e em nível local, em lugares como o Brasil, onde os índices de impunidade policial são tão altos que as pessoas têm medo de se mobilizar. Qual é a realidade e qual é a possibilidade real da sociedade civil conseguir desenvolvimentos substanciais nessa área?

Stone: É uma ótima pergunta. Você pode igualmente perguntar: por que o movimento Black Lives Matter surgiu há apenas dois anos nos Estados Unidos em vez de ter surgido há centenas de anos, há vinte ou ainda há dez anos? É como se o índice de mortes tivesse mudado. Sabe-se, pelo menos, que o índice de mortes hoje em dia é provavelmente menor. Desse modo, tem algo a ver com as gravações em vídeo e o fato de que todos têm seu momento de Rodney King quando todo mundo pensa “Oh, meu Deus, todos têm uma câmera de vídeo em casa”. Mas, na verdade, nem todo mundo tinha sua própria câmera e o momento de Rodney King

²³ “Ponte para uma discussão pública mais ampla”. Christopher Stone, entrevistado por Elizabeth Leeds. Revista Brasileira de Segurança Pública v.19. 10 n. 2. 2016

permanecia relativamente incomum. Os vídeos de celulares que temos agora são completamente diferentes. Todo mundo tem. Também há uma mudança na política nacional. Eu acho que o movimento Black Lives Matter não existiu até a eleição do presidente Barack Obama. A sociedade civil tem de acreditar que, na verdade, o governo não tem nada a ver com isso. Um fato interessante sobre o governo Obama é que durante muito tempo ele não falava sobre raça; na verdade, ele proibiu as pessoas do Departamento de Justiça dos EUA de realizarem reuniões em que a raça fosse o tema, pois ficava extremamente nervoso em ser identificado como um presidente de consciência racial. Se você pensasse no movimento Black Lives Matter e pensasse que um presidente negro faria isso, ficaria desapontado com a administração do Obama como impulsora da sociedade civil. Acho que você deve ter visto isso no movimento em San Francisco, em Nova York. Ou seja, juntou-se a tecnologia de comunicação e o real desapontamento político sobre a vontade de um presidente negro em lutar por isso. Se você tem um presidente negro que não foca no fato de que pessoas negras estão sendo mortas no país, então é preciso resolver o problema com as próprias mãos. Acho que há algo diferente acontecendo em relação ao ativismo moderno. Há alguns fatores reunidos. A sociedade civil no Brasil e em alguns outros lugares é ativa para certas questões. A dúvida é: o que faz com que a sociedade civil direcione suas forças para esse problema? É essa uma questão racial no Brasil? Recentemente, amigos que moram no Brasil me escreveram e se mostraram bastante esperançosos, pois um grupo de policiais militares que atirou em um carro matando cinco pessoas tinha sido preso. Sou norte-americano e a primeira pergunta que faço é: as pessoas que estavam no carro eram negras? E meus interlocutores não souberam responder, mesmo depois de terem lido várias histórias sobre o caso. As manchetes não diziam “Polícia mata cinco jovens negros”, que é o que teria aparecido nos jornais norte-americanos. O fato é que foi necessária uma segunda conversa para identificar a raça das vítimas... Evidentemente eram negros, mas essa não era a história inicial.

Leeds: Bem, quando você fala de jovens da favela, não é preciso defini-los como negros, pois supõe-se que são afrodescendentes. O fato é que as notícias sobre os cinco jovens de uma favela em uma parte X da cidade mostram uma suposição implícita de que eram negros.

Stone: É uma campanha diferente dizer Favela Lives Matter [A Vida de Favelados Importa] em vez de dizer Black Lives Matter [A Vida de Negros Importa]. Parte do movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos está ligado ao fato de que muitos homens e mulheres negros constituem a classe média, são profissionais de classe alta ou super ricos, mas ainda assim... Durante muito tempo, a promessa era a de que o dinheiro os tiraria da opressão de serem negros na América. O que aconteceu foi o seguinte, e você consegue ver isso nos argumentos sobre discriminação racial nos Estados Unidos: a história que as pessoas adoram contar na literatura sobre discriminação racial é que o cara de terno foi parado pela polícia porque é negro. Isso é duplamente ultrajante, porque, teoricamente, supõe-se que o terno o protegeria. Não sei se esses dados no Brasil estão relacionados aos negros, à classe média ou a parte rica do país

Para além da crítica ao silêncio midiático, o pesquisador instaura ainda outra questão em seu debate com Elizabeth Leeds, já que embora a autora ressalte que as operações violentas ocorrem em locais com populações majoritariamente (e sabidamente) negras, ela não menciona a lacuna em não compreender “essas ações de ‘combate ao crime’ como políticas públicas racializadas” como mencionado pela Rede de observatórios da segurança, (2020, p.29), de modo que Stone também questiona a possibilidade de pensar o viés racial para além das notícias que interseccionam ou exacerbam somente a classe, por exemplo.

Assim como a Rede de Observatórios da Segurança que exhibe uma iniciativa em manter uma perspectiva que relacione estruturalmente o racismo em todos os seus diagnósticos, (SINHORETTO et al, 2020, p.9-10) exibem a possibilidade de uma pesquisa estar inserida em um movimento político e epistemológico de incorporação da compreensão do racismo na produção das relações-violentas- entre polícia e comunidades negras, a partir da análise das operações de rua e dos mecanismos de filtragem racial.

Para além da confiabilidade e ampliação do número de bancos de dados e informações coletadas, em conversas informais com os pesquisadores, notamos a demanda pela confecção de novas metodologias:

“A autocrítica que faço é a mesma que faço ao campo, ainda que em escalas diferentes: que é a crítica a não se produzir uma metodologia que considere a raça como centro da discussão. Eu acho que obviamente para o campo isso é muito mais radical, porque eu acho que na sociologia da violência isso não é nem um problema. A sociologia da violência sequer se dá conta da total invisibilização da questão racial no campo, da marginalização de pessoas negras que estão produzindo no campo. Por um lado é isso, mas por outro lado eu acho que (...) fundamentalmente a Sociologia no Brasil sempre esteve centrada discutindo raça. Do projeto UNESCO pra cá, a raça é o tema da discussão sobre o projeto nacional. Só que o racismo nunca entra no centro da discussão teórica da sociologia e isso é uma disputa de poder fundamentalmente. Só que eu já estou fazendo outra crítica ao campo. (...) Mas eu acho que tem outro aspecto e nesse eu me incluo é o de que o que nós temos de melhor ainda é muito ruim, porque o que nós temos de melhor? São as pessoas, os autores, as pesquisas que se dedicam a comprovar que o racismo estrutura a violência e a desigualdade no Brasil. Isso é muito pouco porque descrever itinerário de seletividade do sistema penal e da segurança é muito pouco para o tamanho do que a questão racial representa no Brasil. Então a autocrítica que eu faço é a gente ter se dedicado pouco a uma metodologia que tenha a raça como centro. Não é só uma constatação política e não é só um estudo que se dedica a dizer que nós temos racismo e que os negros morrem mais.” (T. entrevista concedida em junho de 2019).

Em Pereira (2013) uma metodologia interseccional parece ser uma saída encontrada, porque a articulação entre gênero, classe, raça, sexualidade e nacionalidade não pode ser descartada ao tratar das desigualdades e hierarquias. A autora revisita outras intelectuais e estabelece que essa importância ofertada a interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, "que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (PEREIRA, 2013 p.26) está também em autoras como Audre Lorde e Lélia Gonzalez que utilizam termos especificamente designados a pensar às multifacetadas dos problemas expostos em estruturas que comportam padrões de um "capitalismo-patriarcal-racista". Ainda segundo Pereira (2019), pesquisas como a de Patricia Hill Collins evidenciam a diferença entre "matriz de dominação" e "interseccionalidade". Já que o primeiro termo se refere ao reconhecimento de domínios de poder estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal, de forma a complexificar a análise apontando que

estes caracteres de poder conversam com as características raça, gênero, classe, origem e sexualidade de forma ímpar propiciando arranjos institucionais complexos e particulares aos indivíduos. Já o segundo termo seria utilizado para designar opressões combinadas: como gênero e raça, por exemplo.

De modo que Pereira (2019) atenta para estas especificidades para poder compreender quais os deslizos possíveis de evitar, o principal deles seria lidar com o “significante oculto” quando se menciona determinada categoria de opressão. O que isso significa é que muitas vezes ao se falar de gênero, homem/masculino é o padrão e mulher/feminino é o desvio, e o mesmo se repete com a raça, em que o branco/a é o centro. Especificamente no caso da raça, em especial no contexto violento, o significativo é o homem negro.

O trabalho deve se concentrar em trazer à tona aquilo que é "específico" para mulheres negras, e isso é definido em termos de "diferença". O reverso não é, contudo, cogitado: não se demanda de um estudo sobre mulheres brancas (ou sobre homens negros) que trate apenas daquilo que não se verifica para homens brancos ou mulheres negras (ou então para homens brancos e mulheres brancas). Talvez o problema decorra de se colocar o foco em gênero e raça como categorias de opressão, o que direciona o olhar para o grupo oprimido, e não necessariamente para aquele que dela se beneficia. Nesse sentido, prefiro referir-me a ambos como categorias sociais que delimitam, constroem e dão sentido a diferenças que são articuladas como hierarquias, estabelecendo relações sociais assimétricas. (PEREIRA, 2019, p.28)

Quijano (2005) atenta para o fato de que o dualismo europeu/não europeu implica também em outra forma de pensar as questões de gênero, já que o dualismo natureza x cultura tornava estas mulheres estereotipadas no terreno da natureza. A ausência de abordagens de gênero nos estudos das relações raciais foi observada por Lourenço Cardoso (2008), bem como nas entrevistas e trabalhos analisados para esta pesquisa. O autor afirma que este processo denota a crítica a universalidade do branco enquanto esquiva-se da crítica a universalidade do homem. Aqui concordo com o autor de que embora exista um argumento essencialista de que a produção deveria ser marcada pela identidade social, há que se assumir que a maior parte da produção que articula raça e gênero é produzida por mulheres, e em especial pelas mulheres negras. No caso do autor, dos dezessete trabalhos sobre raça e gênero, em apenas um o autor era do sexo masculino. Sendo apontado pelo mesmo como um tema “emergente” diante do fortalecimento da liderança de mulheres negras no movimento e da consolidação da influência destas nas redes acadêmicas.

Ao construirmos um quadro que representasse a ascensão do tema, nos deparamos cada vez mais não só com o reconhecimento do problema, mas com a formulação de justificativas que exemplifiquem a demora em abordá-lo. Além do Mapa da Violência, do Relatório da Rede de Observatórios da Segurança, temos um último veículo que se propõe à

uma “estratégia reparadora” especialmente interessante, o Boletim “*A Questão Étnico-racial em Tempos de Crise*” foi publicado entre agosto de 2020 e janeiro de 2021, para além da abordagem e incentivo à publicações que interseccionem a questão racial aos conflitos impostos pela pandemia do coronavírus, o boletim reconheceu a baixa produção no tema e optou por elaborar relatórios que demonstrassem essa lacuna. Com 55 textos enviados, dos quais 48 foram publicados, a maior parte destes foi produzido por autores das regiões Sudeste (47,2%) e Nordeste (20,8%), embora tenha havido presença de autores de todas as regiões, inclusive de residentes no exterior. Com uma maioria de autores que já são doutores, mas que, tiveram seu doutoramento após 2015, o que corrobora com nossa percepção de que se trata de um tema de interesse ainda em ascensão no campo das Ciências Humanas.

De todos os autores, somente 15 dos 68 autores (22,1%) já são professores universitários, ou seja, demonstrando também a baixa penetração do tema entre os profissionais que estão construindo carreira acadêmica na área, destes a maioria era de professores de Antropologia. Os 48 textos publicados contrastam diretamente com a edição anterior do Boletim que contava com 148 textos dos quais três abordavam, de alguma forma, questões étnico raciais. Os autores atribuem o índice menor de publicações a especificidade do tema, ao próprio contexto da pandemia, a pluralidade de outros veículos que possibilitam publicação sem pareceristas como blogs, sites e mídia alternativa e a “percepção de que a ANPOCS é uma associação elitista e de pouca abertura a temas raciais”. Ao que a Associação responde que a crítica movimentou as ações em torno de mudanças como: “criação de um comitê sobre a questão racial - composto por pesquisadores (as) da temática, contemplando as três áreas cobertas pela associação e garantindo representatividade regional, paridade de gênero e a presença de um intelectual indígena - e a decisão de dar continuidade à publicação do Boletim Cientistas Sociais com uma edição focada na questão racial.”

Outra questão propositiva interessante para os estudos, mesmo os que compõem a virada antirracista seria observar o questionamento da racialização branca. A proliferação de estudos sobre branquitude na sociologia das relações raciais pode exercer um papel interessante no campo da sociologia da violência. Pois, para compor políticas antirracistas é necessário perceber como as políticas de segurança foram constituídas com base em um “sujeito universal” que de fato não existe. Nesse sentido, as pesquisas que interseccionam gênero, raça, violência podem se propor ao questionamento de como um dos traços primordiais da branquitude o da “invisibilidade”, ou pelo menos, da ausência de uma percepção racializada de si, como esta se constitui em um mecanismo “daltônico” de

manutenção estratégica e intocada de determinadas estruturas, no qual as políticas constituem a branquitude como parâmetro para a construção de políticas públicas de segurança.

No relatório “Policimento e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime” de Sinhoretto et al (2020), os autores apontam o caráter racializado que está presente em categorias como marginalidade, exclusão e ilegalismos tão presente na sociologia da violência por meio do trabalho de teóricos como Alba Zaluar (1985) e Teresa Caldeira (2000), se a discussão naquele momento era sobre como a pobreza era criminalizada, atualmente seria possível revisita-la e repensar como a racialização dos suspeitos ficou de fora das análises, mesmo sendo sabido que a população negra não se encontrava plenamente na estrutura social e econômica brasileira. Em seu diálogo com Michel Misse, Lima e Caruso (2019) apontam que autores como Michel Misse, contribuem com a discussão ao proporem conceitos clássicos do campo como o de sujeição criminal, da qual o acúmulo de “desvantagens sociais” gera uma “incriminação social preventiva” que inscreve o crime no sujeito, tornando-o alvo de justificativas constantes para sua eliminação.

Se o racismo em si, como expresso por Frantz Fanon representa um “esquema corporal” que marca indivíduos como tipos em um quadro “do risco”, “a sujeição criminal” apresentada por Misse, embora não tenha refletido sobre o racismo diretamente, representaria um bom mecanismo para abordar de que forma a categoria marginal, e o assujeitamento advém do olhar que por meio de “uma economia dos signos e imagens”, permite a existência de uma dimensão de aceitação da violação dos direitos, posto que baseia-se em “tipos sociais” representados como criminais ou com este potencial, de modo que sua morte seja desejada ou ignorada. Entre estes tipos constantemente traduzidos em uma dinâmica de permissividade letal, está o corpo negro.

Um dos principais elementos que constitui a ascensão de uma onda antirracista no campo é a capacidade de fazer a crítica ao trato do tema até então, reconhecer a cumulatividade das contribuições presentes nos trabalhos já realizados, assumir responsabilidade pelas ausências tanto de dados quanto de interlocuções e instaurar uma nova forma de compreender o protagonismo dos movimentos sociais e a centralidade do racismo na estruturação da violência no Brasil. A principal crítica é a de que raça é considerada enquanto um atributo dos indivíduos, seja para destacar os alvos da repressão criminal, seja para tratar das vítimas de violência nas análises da segurança pública, em especial para destacar a diferença de tratamento no sistema de justiça. Mas sem ainda explorar de que forma os processos institucionais pelos quais o racismo estrutural se realiza (Sinhoretto et al, 2020, p.

30). De modo que as relações étnico-raciais não são equacionadas como elemento explicativo da violência que atinge de forma mais contundente a população negra brasileira (Sinhoretto e Morais, 2017).

Para além dos relatórios mencionados, as ementas dos cursos nos propiciam um olhar documental diferente para a virada antirracista, indo além do aumento da produção de artigos para acompanhar a mudança de lente do campo. Há muitas formas de discursar e narrar um campo para estudantes que ingressam na Sociologia, uma dessas formas é a formulação de ementas. A ementa expressa um caminho, um percurso de apresentação do que se considera indispensável para tratar de um tema, por isso para mim foi importante visitar ementas mais recentes como uma forma de constatar a possibilidade do encaminhamento da questão racial em disciplinas nos últimos anos. Para isso, foram selecionadas ementas com base em três fatores: 1) Foram selecionadas ementas que estivessem integralmente disponíveis online 2) Com base nos dados do capítulo 2 a região com maior número de autorias no tema foi a região Sudeste, que também é a que mais recebeu publicações. A segunda região com maior número de autores que escrevem sobre a temática foi a região Sul, de modo que escolhi duas ementas de instituições do Sudeste e uma da região Sul 3) as ementas escolhidas foram mais recentes, para que pudessem expressar a mudança de configuração dos interesses do campo. Desse modo foram selecionadas ementas de 2016, 2018 e 2020.

A disciplina "Sobre monstros e bandidos: sociologias do estigma e do extermínio" foi ministrada pelos professores Drs. Jorge Leite Junior e Jacqueline Sinhoretto no 1º semestre de 2018 em caráter optativo para turmas de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Já a disciplina "Sociologia da Conflitualidade" foi ministrada pelo cânone José Vicente Tavares com participação de um professor convidado: Enio Passani no 1º semestre de 2016 pelo programa de pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por fim, a disciplina "Sociologia da Violência e do Conflito" foi ministrada pela professora Liana de Paula no 2º semestre de 2020 pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo.

| Universidade | Ano | Disciplina | Ementa | Bibliografia |
|--------------|------|---|--|--|
| UFSCAR | 2018 | Sobre monstros e bandidos: sociologias do estigma e do extermínio | <p>O curso propõe abordar o cruzamento de agendas de pesquisa sociológica sobre a produção social da monstrosidade e a produção do extermínio como solução para o problema do desvio criminal na realidade brasileira contemporânea sob a figura do bandido. Para cumprir este objetivo geral, o curso abordará bibliografias teóricas e pesquisas empíricas que buscaram compreender a questão da monstrosidade, como signo de periculosidade e desvio, bem como a questão do crime e da punição. O que une essas pautas de pesquisa, na narrativa construída ao longo do curso, é a impossibilidade de reconhecimento da humanidade em sujeitos construídos como monstros e/ou bandidos, o que gera políticas de extermínio ou gestão, sobre sujeitos, territórios ou populações aos quais não se aplica a normatividade protetora dos direitos humanos.</p> | <p>COHEN, Jeffrey Jerome, A Cultura dos Monstros: Sete Teses, 2000. LINK, Luther, A aparência do diabo in O diabo - A máscara sem rosto, 1998.</p> <p>FOUCAULT, Michel, A sociedade punitiva; O poder psiquiátrico e Os anormais.</p> <p>MISSE, Michel. A categoria "bandido" como identidade para o extermínio. Algumas notas sobre sujeição criminal a partir do caso do Rio de Janeiro. Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio, 2011.</p> <p>POMPEU, Júlio César; ROSA, Edinete Maria. A beleza e a inocência: juristas e suas representações sobre criminosos, uma investigação a partir de retratos falados.</p> <p>LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. Soc. estado. 2015. Lemgruber, Julita, et al. "OLHO POR OLHO? O que pensam os cariocas sobre "bandido bom é bandido morto". (2017)</p> <p>MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. n. 32, dezembro 2016, p. 123-151.</p> <p>FEIERSTEIN, Daniel, El genocidio como práctica social : entre el nazismo y la experiencia argentina. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, c2007.. 405 p.</p> <p>SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo. Violência e racismo no Brasil: novas e velhas afinidades. 2018.</p> <p>NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. São Paulo: Perspectivas, 2016. ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro. 2013.</p> <p>BUTLER, Judith. Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro, 2015</p> <p>WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. Ciência & saúde coletiva. 2006</p> |

| | | | | |
|---------|------|---------------------------------------|--|---|
| UNIFESP | 2020 | SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA E DO CONFLITO | A violência e o conflito enquanto problemas sociológicos: relações entre objeto empírico e teórico. Perspectivas teóricas de interpretação da violência e do conflito. Perspectivas analíticas e interpretações da realidade brasileira. | <p>MACHADO da SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. <i>Sociedade e Estado</i>, Brasília, v. 19, n. 1, jan./jun. 2004, pp. 53-84.</p> <p>ADORNO, S.; DIAS, C. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs.) <i>Crime, polícia e justiça no Brasil</i>. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 187-197.</p> <p>ARENDT, H. Sobre a violência. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.</p> <p>AZEVEDO, R. G. Sistema penal e violência de gênero. <i>Sociedade e Estado</i>, Brasília, v. 23, n. 1, jan./abr. 2008, pp. 113-135</p> <p>FANON, F. <i>Em defesa da revolução africana</i>. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980.</p> <p>FOUCAULT, M. <i>Segurança, Território e População</i>. São Paulo, Martins Fontes, 2008.</p> <p>GARLAND, David. <i>A cultura do controle</i>. Rio de Janeiro, Revan/ICC, 2008.</p> <p>KANT DE LIMA, R. Éticas e práticas na segurança pública e na justiça criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.;</p> <p>SINHORETTO, J.; MORAIS, D. S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. <i>Revista de Estudos Sociais</i>, 64: 2018, pp. 15-26.</p> <p>SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; MELO, F. A. L. O encarceramento em massa em São Paulo. <i>Tempo Social, revista de sociologia da USP</i>, v. 25, n. 1, jul. 2013, pp. 83-106.</p> <p>WIEVIORKA, M. <i>Violence: a new approach</i>. Londres: Sage Publications, 2009.</p> <p>Complementar:</p> <p>ALEXANDER, M. <i>The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colour-blindness</i>. New York, The New Press, 2012.</p> <p>CERQUEIRA, D.; MOURA, R. 2014. <i>Vidas perdidas e racismo no Brasil</i>. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 22 (1): 2014, pp.73-90.</p> <p>FANON, F. <i>Os condenados da terra</i>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.</p> <p>FELTRAN, G. <i>Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo</i>. São Paulo, Editora Unesp, CEM, Cebrap, 2011.</p> <p>FOUCAULT, M. <i>Vigiar e punir: história da violência nas prisões</i>. Petrópolis, Vozes, 1999</p> |
|---------|------|---------------------------------------|--|---|

| | | | | |
|-------|------|-------------------------------|--|--|
| UFRGS | 2016 | SOCIOLOGIA DA CONFLITUALIDADE | <p>Tem como objetivo o desenvolvimento de uma Sociologia da Conflitualidade, recorrendo ao pensamento sociológico clássico e contemporâneo. Pretendemos analisar os processos de violência, do crime, do desvio e do controle social, reconstruindo duas tradições intelectuais, a criminologia cultural e a sociologia da violência. O escopo intelectual é construir uma Sociologia da Conflitualidade na Era da Mundialização das Conflitualidades. Ao mesmo tempo, será desenvolvido o estudo da Estudo das Conflitualidades na América Latina: serão enfocados o caso da Colômbia e do México, pretendendo reconstruir as manifestações de violência e de criminalidade, os modos de controle social e as figurações da violência, a fim de delimitar a explicação crítica dos dilemas latino-americanos.</p> | <p>ADORNO, Sérgio. "A criminalidade urbana violenta: um recorte temático". 1993</p> <p>PASINATO, Wânia. Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. 1998.</p> <p>BEATO, Claudio. Crime e Cidades. , 2012.</p> <p>BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização, 1994</p> <p>ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio (Coord.). Drogas, policías y delincuencia: otras miradas a la seguridad ciudadana en , 2015. BARREIRA, C., GONZÁLEZ ARANA, R. y TREJOS ROSERO, L. F. (Ed.). Violencia política y conflictos sociales en América Latina. Barranquilla, Univ. del Norte/CLACSO, 2013.</p> <p>WIEVIORKA, Michel. La Violence: voix et regards. Paris, Balland, 2004. WIEVIORKA, Michel. Neuf leçons de Sociologie. Paris, Robert Laffont, 2008.</p> <p>ZALUAR, Alba. Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas. RJ: FGV, 2004.</p> <p>HONNETH, Axel. Patologías de la Razón. – Historia y actualidad de la teoría crítica. Buenos Aires, Katz, 2009.</p> <p>HONNETH, Axel. Reificación. Un estudio en la teoría del reconocimiento. B.A, Katz, 2007.</p> |
|-------|------|-------------------------------|--|--|

Aqui tratamos de realizar somente um breve exercício criativo em torno das ementas enquanto um documento narrativo da entrada de determinados textos e discussões em cursos ministrados para alunos de graduação e pós-graduação na área. A seleção destas três ementas embora revele aspectos positivos da capacidade de penetração do tema na área, não poderia ser tomada como representativa de um cenário geral do campo. O que elas demonstram é uma interlocução com estudos latino-americanos da violência, a preocupação em dialogar com as dinâmicas interseccionais entre gênero e violência e a paulatina presença da discussão racial, mesmo que somente por meio da bibliografia complementar, como no caso da ementa da Unifesp. Através de autores como Franz Fanon, Jacqueline Sinhoretto e Michelle Alexander que, se retomadas as conversas informais realizadas com nossos interlocutores, bem como os achados de outras etapas da pesquisa demonstram a relevância destes que os situam como alguns dos principais pesquisadores de referência mencionados e que também estão contemplados pelas ementas. Interessante notar também que a disciplina da UFSCAR foi ofertada com a mesma ementa para turmas de graduação e pós-graduação no mesmo período, demonstrando um interesse em garantir um maior alcance da discussão entre os alunos, bem como propiciando um legado para a discussão proposta.

Entre os autores citados de forma simultânea nas três ementas estão, os nacionais-Alba Zaluar, Sergio Adorno, Teresa Caldeira, César Barreira, Jacqueline Sinhoretto. E internacionais: Achille Mbembe, Michel Foucault, Michel Wiervioka, Franz Fanon, Michelle Alexander. Alguns dos mesmos que encontramos ao revisar bibliograficamente o campo, demonstrando a relevância destes para a apresentação e aprofundamento das discussões da área. Um aspecto também interessante são os textos pouco comuns a ementas de Sociologia da Violência, como o de Axel Honneth em sua teoria do reconhecimento e o de Franz Fanon e Alfredo Bosi, especificamente voltados para a discussão sobre a colonização.

Portanto, o que se pôde observar no percurso desta pesquisa foi o embate constante entre razões que enfatizam a possibilidade da virada epistemológica antirracista e fatores que a negam. Entre os fatores de negação, estão a própria difusão tímida do termo na sociologia da violência, que ainda é usado por poucos autores, e algo detectado no curso das entrevistas, tanto a distância dos cânones em falar sobre o tema em suas entrevistas de trajetória, bem como em produzir continuamente sobre o tema. Assim como uma relutância dos pesquisadores que já estão inseridos na virada em se filiarem a uma sociologia da violência, sentindo-se muito mais confortáveis em se apresentar como sociólogos das relações raciais ou da criminologia. Entre os motivos que corroboram com a virada antirracista estão: a mudança no perfil dos textos que articulam violência e racismo e o aumento da produção dos mesmos, as transformações promovidas pelos movimentos sociais e políticos antirracistas e a temática dos textos que agora está focada em retratar a agência da população negra nos processos de embate crítico e transformação no que se refere à letalidade, bem como a produção mais consistente de relatórios críticos acerca do tema.

Considerações finais

Nesta dissertação visou-se captar, ainda que de forma bastante inicial e pouco abordada na academia brasileira, o percurso de transformações recentes vivenciadas pelo campo da Sociologia da Violência no que se refere ao trato da temática racial.

Como forma de compreender a penetração do tema das relações raciais ao longo do tempo, buscamos retomar a história do próprio campo da sociologia da violência, demonstrando o caráter “flutuante” do mesmo, marcado ora pelo silêncio, ora pelo tratamento discreto e atualmente por uma crítica e constituição de metodologias de pesquisa interseccional. Entretanto, revisitar o início do campo também nos permitiu concluir que essa crítica não é nova. Uma das explicações para a tergiversação do tema surge na conclusão de Jorge da Silva (1998, p. 211-212):

Como disse no início, algo que me incomodava era o fato de que os estudiosos, por mais que se aprofundassem no estudo da violência do Rio de Janeiro, conseguissem não tocar no tema das relações raciais. Com razão. Numa verdadeira democracia racial seria um contrassenso falar em relações sociais, em problema racial. Conclui, então, que tal omissão não se dava apenas em relação à violência. Com efeito, depois de teorizarem exaustivamente sobre o “problema do negro” até que as teorias “científicas” sobre hierarquia das raças caíssem definitivamente por terra, e depois de definirem a realidade em termos de “miscigenação das três raças”, os estudiosos brasileiros desinteressaram-se do assunto do assunto. Acabara o “problema”. Não se falará mais em relações raciais e sim em “cultura negra”, “folclore negro”, em “escravidão”. Só então passou a fazer sentido para mim o porquê de os estudiosos conseguirem estudar a violência do Rio de Janeiro sem tocar na questão racial. Tinha virado tabu. Enquanto isso no dia a dia aquele discurso despótico referido por Soares e Carneiro (1996), “erudito” ou “popular” (DAMATTA, 1993) continua compartilhado por muitos: “tem que acabar com as favelas, não adianta prender tem que matar”.

Ao investigar como se deu a consolidação dos estudos da violência, Vasconcelos (2009) atribui a emergência do campo ao cenário constituído pelos movimentos sociais e as negociações entre a legitimidade interna e externa à academia durante a redemocratização brasileira. Para o autor, o “modo de produzir conhecimento na sociologia da violência levaria em consideração não apenas interesses cognitivos, mas os problemas práticos” (VASCONCELOS, 2009, p.173). Isso implicaria em uma ruptura com as referências do debate sociológico até então e um olhar apurado para o dilema da conciliação entre militância política e academia. Tornando os rumos dos pesquisadores da violência entrelaçados a diferentes instituições ou concomitante a todas elas: academia, ONG’s, movimentos sociais e administração pública. Tal fato expressa paralelos interessantes com os achados dessa pesquisa, pois a raiz de uma atualização ou de uma virada antirracista nos estudos não

implicaria em um mero recorte, ou subcampo, ela seria a lente indissociável das análises sobre as próprias estruturas da violência no Brasil.

Segundo Pereira (2013, p.116) a relevância da cor/raça para as relações sociais é inegável através da forma como esta “emerge nos discursos – acadêmicos, inclusive – sobre a “nação brasileira”, a forma como ela atravessa, orienta e dá sentido às interações entre pessoas, instituições e coletividades, e ainda a existência de persistentes e vigorosas desigualdades sociais racializadas”. A revisitação de revisões bibliográficas do campo confirma a afirmativa da autora. A análise das entrevistas aos pesquisadores das Ciências Sociais revela que alguns de nossos interlocutores questionam como tal centralidade do conceito “raça” nas Ciências Sociais não se configurou, ou ao menos não completamente, em uma demanda de que as pesquisas sócio antropológicas se ocupassem na criação de um novo olhar para a categoria, retomando-a nos estudos como uma “categoria substantiva” para as análises da Sociologia da Violência que pudesse ser reatualizada de forma a reconhecer sua mutabilidade através do tempo, bem como a forma em que tal categoria se insere nas vivências individuais por meio de dinâmicas de inclusão e exclusão.

Em Pereira (2013) é também possível encontrar uma defesa da mescla entre um “olhar sociológico” e um “olhar antropológico” para a questão, de forma a incorporar uma análise que se dedique mutuamente a compreender as formas estruturais das relações de poder que tem por base a raça, ao mesmo tempo em que se ocupa de captar as identidades e os simbolismos presentes no campo. De modo que se reconheça que “A força (a essência) do fenômeno que poderíamos chamar de racismo provém provavelmente da maneira como concretudes e ideários se entrelaçam, ou seja, como “desigualdade real” e “diferença simbólica” são produzidas, articuladas, e mescladas pelos atores sociais. (PEREIRA,2013 p.19 apud HOFBAUER, 2006, p. 46) ou seja, mais do que demonstrar a existência “estrutural” do racismo nos estudos, por meio dos índices de vitimização e encarceramento ainda há um espaço para desenvolver o entrelace desses fatos com uma faceta de conteúdo simbólico e identitário.

Dessa forma, um dos principais resultados observados para a caracterização de uma virada antirracista nos estudos da Sociologia da Violência foi a capacidade desses novos estudos da área de realizar a crítica às ausências percebidas no campo, e atuar propositivamente através de uma perspectiva focada em uma maior interlocução com os movimentos sociais, em especial com os movimentos da juventude negra que tem utilizado os dados oficiais como forma de qualificar as denúncias de violência. Outra estratégia de superação dos desafios desse campo é a qualificação dos dados, e a capacidade da ferramenta

de co-autoria ou mesmo de “espraiamento” dos projetos da temática. De modo que diversos pesquisadores de núcleos dispostos em diferentes regiões brasileiras possam consolidar formas mais autênticas de interlocução e captação de dados sobre o tema no Brasil. Essas novas estratégias também tem possibilitado perceber o que ainda resta ser desbravado, a exemplo da dissertação de Paulo César Ramos (2014) que destaca a importância de mais estudos que observem o impacto da condição etária na vitimização, a partir de dados que não venham só das instituições de saúde, mas também das delegacias e censos, com enfoque também nas características territoriais dessas vitimizações. O autor destaca ainda outros “desafios teóricos” urgentes, propondo perguntas como:

Contudo, outros desafios teóricos já urgem serem superados. O primeiro deles é como pensar a questão dos homicídios e da segurança pública frente às demandas por reconhecimento, redistribuição e desigualdade? É válido tratar o problema dos homicídios sob a lógica da desigualdade? Como falar em desigualdade e redistribuição quando o problema social visto em face da segurança pública? Como reconhecimento impacta sobre a redistribuição? Estas são algumas das muitas questões que surgem ao analisar o cenário da tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. Há ainda duas linhas analíticas a percorrer, uma diacrônica e outra sincrônica. A primeira é como as noções violência, os homicídios e a segurança pública foram elaborados pelo movimento negro ao longo de sua história, desde pelo menos, 1978; a outra é como a dimensão racial e outros marcadores de diferenças aparecem e são tratados em diferentes esferas sociais que envolvem atores da sociedade civil, movimentos sociais, do Poder Público, e especialistas e técnicos da área da justiça e segurança pública. Há aqui um campo imenso e inexplorado, que apenas as luzes da atualidade mais candente nos proporcionam a formulação de tais dúvidas. (RAMOS, 2014, p.168-169)

Outra contribuição importante da virada antirracista e que esperamos ter pautado nesta pesquisa é a disputa e adoção de determinados conceitos, fato que buscamos tratar nesta pesquisa por meio do termo genocídio, isso porque o termo congrega múltiplos feixes interpretativos, que vêm dos movimentos sociais e da academia. Segundo Ramos (2014) nos movimentos sociais ele ainda é utilizado de forma pouco substancial ou contraditória, o que não invalida sua utilização, mas exige um debate mais aprofundado. Já em Flauzina (2014) o não reconhecimento e negação das consequências materiais e simbólicas do genocídio enquanto um fenômeno concreto no Brasil se deve à exclusividade do uso do termo somente no que se refere ao Holocausto, de forma a evitar legitimar as narrativas de denúncia das vítimas históricas de violências racistas praticadas pelo Estado. Neste ponto, foram encontradas resistências na adoção de determinados conceitos nos discursos de pesquisadores do campo, já que, segundo estes, o genocídio deveria denominar uma violência em torno de um “outro” particularmente bem identificado, o que supostamente não seria “visível” no Brasil.

Esta pesquisa buscou reconhecer esse ambiente apontado por alguns autores do campo como propício ou fértil para uma inovação epistemológica marcada pela porosidade entre Estado, Academia e Ativismo, nesse sentido autores como Facchini (2009) e Zanolini (2019), apontam que os movimentos políticos e sociais passam a ser marcados pela transversalidade e interseccionalidade e por uma conquista: a crescente consolidação de políticas de combate às desigualdades, entretanto, há que se destacar que a reaglutinação de pólos conservadores após as eleições de 2010 demonstrou que não há segurança no progresso de pautas como esta, e que mesmo antes do reconhecimento do avanço do conservadorismo no Brasil, os índices de letalidade e vitimização da população negra já eram altos, algo que classificamos aqui como parte de um projeto, possibilidade aventada por Ramos (2014) ao utilizar o termo “regressive policies” em que um mesmo grupo, no caso a população negra é simultaneamente contemplado em políticas de promoção da igualdade e atacado em seus direitos de cidadania.

A possibilidade de uma virada antirracista nos coloca frente às mesmas questões embrionárias do campo da sociologia da violência: democracia, direitos, prática e militância. Resta saber como podemos evoluir o debate. O novo campo que se delineia é marcado por uma integração com o movimento negro, e por novas agendas, metodologias e enfoques. É possível reconhecer algumas das razões iniciais para a expansão do tema, como o aumento da produção temática, da publicação de artigos e de literatura sobre racismo no país. A consolidação das políticas de ações afirmativas e a relação entre movimentos sociais e academia, bem como a pertinência de campanhas específicas como a “Jovem Negro Vivo” da Anistia Internacional teve impacto inegável. Ainda é difícil afirmar com certeza sobre a penetração e ramificação do tema no debate geral do campo, visto que ele ainda aparece de forma bastante setORIZADA, em grupos de estudo específicos e muitas vezes em pesquisas lideradas por pesquisadores que estão pessoalmente implicados pela questão, pelas suas trajetórias no campo ou pelo pertencimento racial e participação nos movimentos sociais.

Desse modo, os estudos antirracistas que ora se delineiam encontram-se empenhados em demonstrar a relação entre violência e racismo no Brasil a partir do reconhecimento de um contexto amplo que envolve demonstrar as estratégias para viver, ou seja, a atuação do movimento negro, os protestos, as políticas institucionais, produção de discursos e conhecimentos que demonstrem a mobilização antirracista brasileira. Ao mesmo tempo em que reconhecem os mecanismos que deixam/fazem morrer. Ou seja, questionam como o Estado se articula em torno de setores vitimados pela violência letal.

Discutir essa temática e reconhecer a emergência de transformações que possam vir a configurar uma consolidação da virada antirracista no campo demonstra a capacidade cíclica

de alguns debates, entre eles a do engajamento nas Ciências Sociais. Autores como Guerreiro Ramos entendiam a sociologia como uma ciência interessada nos processos que resultam em mudanças sociais. Dessa forma, o autor defendia uma sociologia propositiva que pudesse entrar em embate crítico com os atrasos e as lacunas do campo. A capacidade crítica do autor, no entanto, não saiu incólume, tornando-o alvo de críticas de outros pesquisadores que julgavam-o como “rispido”. No cerne de sua crítica está a habilidade de desenvolver estudos com um olhar autêntico, que reconheçam as singularidades da sociedade brasileira ao invés da importação irrefletida de princípios teóricos europeus e norte americanos. Reconhecer o caráter histórico e buscar ir além do mero descritivismo é parte inerente da mudança proposta pelo autor para enfrentar os problemas da sociedade brasileira. A distinção realizada por Guerreiro Ramos em seu ensaio “Patologia social do branco brasileiro” (1955) entre o “negro-tema” e o “negro-vida” reconhecendo a necessidade de uma perspectiva humanista na leitura das relações raciais.

Portanto, podemos afirmar que gradativamente, percebe-se que o objeto real dos estudos deve ser o racismo e não a raça, de forma atenta às escolhas metodológicas que implicam no “esquecimento” de outras, observa-se que o baixo índice de interlocução das disciplinas aqui mencionadas com pesquisadores negros que há muito já denunciavam o genocídio negro no Brasil tanto no campo da sociologia da violência, quanto no da Criminologia pode ser explicado pelo que José Jorge de Carvalho (2006) aponta como o “confinamento racial acadêmico brasileiro” no qual o racismo epistemológico mantém interlocutores e questões fixas ao longo do tempo como forma de manutenção do poder da branquidade na produção da pesquisa:

No caso da academia, os mecanismos mais comumente ativados que acabam por dar continuidade à prática da segregação racial são: a postergação da discussão, o silêncio sobre os conflitos raciais, a censura discursiva quando o tema irrompe e o disfarce para evitar posicionamentos claros. Procura-se, assim, esvaziar ou desarmar os mecanismos de tensão racial do sistema. Para que isso seja possível, é necessário construir uma alta coesão entre os poderosos e lançar mão constantemente de mecanismos repressivos de baixa intensidade e facilmente disponíveis para uma ação intermitente. Desse modo, evita-se definir o estado de conflito étnico e racial como aberto e a situação é apresentada sempre como transitória, em processo de resolução. (CARVALHO, 2006, p.96)

Para Carvalho (2006) é necessário retomar a história das inclusões e exclusões raciais nos espaços educacionais e acadêmicos. Para isto o autor menciona que no século XX, o

Brasil adotou uma política estatal de destituição de professores e professoras negras de seus cargos em escolas primárias e técnicas:

Ou seja, quando as universidades cresceram naquela mesma época, já o fizeram dentro de um clima geral racista que desautorizava a presença negra na educação. Sintetizando, podemos afirmar com segurança que quando se constituíram as primeiras turmas de universitários no Brasil, nos anos 30, a comunidade negra acabava de ser praticamente expulsa dos cargos de docentes das escolas públicas. O pouco capital escolar que os negros haviam acumulado após a Abolição da escravidão foi então severamente desfeito, de modo que ficaram com chances mínimas de competir pelo seletíssimo número de vagas abertas nas universidades do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. É um fato histórico, portanto, que a universidade pública no Brasil foi instalada explicitamente sob o signo da branquidão. Enquanto esse pressuposto não for criticado e revisado, continuaremos partícipes desse ato racista inicial.

A crítica de Carvalho (2006) passa por uma discussão sobre a recepção de pesquisas realizadas por cientistas renomados em grandes centros universitários que ao tratar do tema das relações raciais ainda não conseguiam ter o alcance e impulsionar padrões de reflexividade e auto exame no qual seria possível repensar o confinamento e a composição racial da academia brasileira. Carvalho (2006) destaca que sua crítica está inserida em uma discussão que já está em curso sendo liderada por pesquisadores antirracistas de diversas áreas que buscam entender como o isolamento racial da academia produz constantemente discursos que se pretendem universais, mas que ainda são voltados somente a uma parcela da academia e que encontram-se desconectados dos próprios processos de internacionalização, considerando que esses mesmos pesquisadores que animadamente observam a presença negra e indígena nos quadros universitários de outros países pouco discutem esses processos no Brasil. Tal crítica é similar a exposta por Barreto, Lima, Lopes e Sotero (2017), que em suas considerações finais, mencionam o fato de que o pesquisador Carlos Hasenbalg dizia se sentir parte de um gueto no qual se sentia impotente, frustrado e pouco escutado. (BARRETO, LIMA, LOPES E SOTERO, 2017 apud HASENBALG, 1992).

Nesse sentido, o surgimento de uma nova agenda de pesquisa que articule as temáticas da violência e do racismo deve ser capaz de estabelecer pontes de interlocução com o campo de estudos da sociologia das relações raciais de forma a compreender como se dá e como superar a desumanização que se abate sobre as vidas de jovens negros no Brasil. Corrobora-se com as afirmações de Sinhoretto e Morais (2018), assim como de Ana Flauzina e Felipe Freitas (2015) de que há um longo caminho a percorrer para que se possa enfrentar de forma plena todos os mecanismos que operam a estruturação do racismo institucional presente nas

múltiplas organizações de segurança, como as polícias, o poder judiciário e as prisões e combater essa dinâmica perversa é necessário trilhar “caminhos ainda limitados” (FLAUZINA e FREITAS, 2015, p.13) como forma de propiciar a construção de políticas antirracistas de segurança pública.

Referências Bibliográficas

ABREU, S. BORDINI, E. **Estimativa da reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais.** Temas IMESC. São Paulo, Soc. Dir. Saúde, 2(1), pp. 11-29, 1985

ADORNO, S.; NERY, M. B. **O movimento da criminalidade em São Paulo: Um recorte temático e bibliográfico.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, v. 76, p. 5-32, 2015.

ADORNO, S. **A síntese criminológica: diagnóstico e prognóstico.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. Anais. São Paulo, IMESP, 1980.

_____. **Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime.** São Paulo: Mimeo, 1990.

_____. **O sistema de administração da Justiça Criminal (fragmentação e conflito no caso paulista).** Caderno de Pesquisas. v. 2. São Paulo: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 1991a, p. 80-82.

_____. **A prisão sob a ótica de seus protagonistas.** Tempo Social, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991b.

_____. **Sistema penitenciário no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n. 9, p. 65-78, 1991c.

_____. **A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático.** BIB, Rio de Janeiro, v. 35, v. 1, p. 299- 342, 1993.

SANTOS, H. R. A. F.; SANTOS, M. do C. R. da C. R.F. **Aportes teóricos e metodológicos decoloniais: o caso da disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”.** Participação, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 26–39, 2018.

BARREIRA, C. e ADORNO, S. **A violência na sociedade brasileira.** Em Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia, editado por Carlos Martins e Heloisa Martins, 303-373. São Paulo: Anpocs, 2010.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CALDEIRA, T. P. do R. **Ter medo em São Paulo.** In: BRANT, V. C. São Paulo: trabalhar e viver. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 151-167.

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, I. . **Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013).** Revista Sinais Sociais, v. 11, p. 85-116, 2017.

CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. C. **Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016).** In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Orgs.). Sociologia brasileira hoje. Cotia: Ateliê, 2017. p. 143-217.

CANO, I. **Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil.** Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012.

CANO, I. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CARDOSO, L. da C. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007).** Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra Faculdade de Economia Centro de Estudos Sociais Programa de Mestrado e Doutorado “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, 2008.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Tese. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. J. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro.** Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 88-103, 2005-2006.

CERQUEIRA, D. e MOURA, R. L. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil.** Publ. UEPG Ci. Soc. Apl., Ponta Grossa, 22 (1): 73-90, jan./jun, 2014.

COELHO, E. C. **A criminalidade urbana violenta.** Dados, v. 31, n. 2, p. 145-183, 1988

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no movimento LGBT brasileiro.** Sexualidad, Salud y Sociedad, n. 3, 2009, pp. 54-81.

FACCHINI, R.; RODRIGUES, J. **“Que onda é essa?”: guerras culturais e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo.** In. MACHADO, F. V.; BARNART, F.; MATTOS, R. (org.). A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. Porto Alegre: Rede Unida/ Nuances, 2017, pp. 35-60.

FACHINETTO, R.F., MADEIRA, L.M., AQUINO, J.P.D., GELINSKI, L. **As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018).** BIB 91. 2020.

FEIGUIN, D. **Criminalidade violenta: algumas hipóteses explicativas.** São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SHADE, São Paulo, 1(2)/23-6, 1985

FERREIRA, P. da S. **Contando as mortes de jovens negros: narrativas de um real insustentável.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 238, p. 543-467, 2016

FLAUZINA, A. L. P. **As fronteiras raciais do genocídio no Brasil.** XXII Semana Jurídica da Faculdade de Direito da UnB, 2018. (Seminário).

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo Negro Caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** Universidade de Brasília, UnB, Brasil. Mestrado em Direito. Ano de Obtenção: 2006. Orientador: Ela Wiecko Volkmer de Castilho. 2006

FLAUZINA, A. FREITAS, F. **Enunciando dores, assinando resistência.** Discursos

negros: legislação penal, política criminal e racismo. 2ed.: , , v. , p. 9-14. 2018

GERALDES, E. C. **A árvore dos frutos de ouro.** In: A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil / The color of the fear: homicides and racial relations in Brazil. Org,1998.

GOMES, N. L. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educação & Sociedade (Impresso), v. 33, p. 727-744, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** Editora 34, 1999.

HANCHARD, M. **Racism, eroticism and the paradoxes of a U.S black researcher in Brazil.** In: TWINE, France Winddance; WARREN, Jonathan W. (org)Racing Research, Researching Race: Methodological Dilemmas in Critical Race Studies. New York; London: New York University Press, 2000, p.165-186.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HOOKS, B. **Intelectuais negras.** Ano 3, 2º semestre, 1995.

JOHN, J. C.; BRANDÃO, C. L. M.; CURY, H. S. **Genocídio negro brasileiro: notas sobre um racismo declarado.** In: COSTA, J. R. C.; SERAU, J.; SOARES, M. A.; CURY, H. (Org.). O "estado de mal-estar social" brasileiro. IEPREV: Belo Horizonte, 2020. p. 436-461.

LIMA,R.K.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-124, 2000.

LIMA, R.K. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** Forense, 1995.

KITAHARA, S. T. **Os comportadinhos na casa dos Gaijins.** In: A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil / The color of the fear: homicides and racial relations in Brazil. In: OLIVEIRA,D.D; GERALDES,E.C.; LIMA,R.B.; SANTOS, S.A. (Org.). A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil. 2ed.BRASÍLIA: Editora da UnB/Editora da UFG, 1998, v. 2, p. 37-60.

LIMA, L. G. de L.; CARUSO, H. **Violência e Racialização: reflexões preliminares sobre a produção social do medo na democracia brasileira.** Seminário Violência e Administração de Conflitos, 2019.

LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, R. S. **Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2011. 308 p.

LIMA, R. S.; RATTON J. (Org.). **As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: FBSP/ANPOCS/Urbana, 2011. 304p.

LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, R.S. **Entre palavras e números**. Violência, Democracia e Segurança Pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011.

MACHADO, E. S. **Visibilidade não marcada da branquitude: discurso de mulheres brancas acadêmicas**. Revista ABPN, v. 10, p. 375-398, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. pp. 127-167. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2010

MARTINS, P. **Confluencias entre el pensamiento de Frantz Fanon y el de Paulo Freire: El surgimiento de la educación popular en el marco de la situación colonial**. In: Educação, v. 37, n. 2, 2012.

MILANEZ, F.; SA, L. ; KRENAK, A. ; CRUZ, F. S. M. ; RAMOS, E. U. ; JESUS, G. S. . **Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas**. Revista Direito e Práxis, v. 10, p. 2161-2181, 2019.

MISSE, M. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estudos Avançados, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

MONSMA, K. **Racialização, Racismo e Mudança: Um Ensaio Teórico, com Exemplos Pós-Abolição Paulista**. XVII Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2013.

MUNIZ, J. ; CARUSO, H. ; FREITAS, F. **Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, v. 1, p. 148-187, 2018.

NASCIMENTO, A. M. **A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de PMs Negros em seus Encontros com a comunidade negra de Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em sociologia) - Universidade de Brasília, 2014

OLIVEIRA, D. D.; LIMA, R. B. ; SANTOS, S. A. . **A cor do medo: o medo da cor**. In: OLIVEIRA,D.D; GERALDES,E.C.; LIMA,R.B.; SANTOS, S.A. (Org.). A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil. 2ed.BRASÍLIA: Editora da UnB/Editora da UFG, 1998, v. 2, p. 37-60.

ORTEGAL, L. **Raça, criminologia e sociologia da violência: Contribuições a um debate necessário.** CEAS. n 238, 2016

PAIXÃO, A. L. **Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania.** In: REIS, F. W.; O'DONNEL, G. (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas.* São Paulo: Vértice, 1988. p. 168-199.

PAIXÃO, A. L. **Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978.** In: PINHEIRO, P. S. (Org.). *Crime, violência e poder.*

PAIXÃO, A. L. **A organização policial numa área metropolitana.** Dados - Rev. Ciências Sociais, vol.25, n.1, 63-85, 1982.

PEREIRA, B. C. J. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras,** Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2013.

PEREIRA, B. C. J. **Dengos e zangas das mulheres-moringa: vivências afetivo-sexuais de mulheres negras.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2019.

PEZZIN, L. **Criminalidade urbana e crise econômica.** São Paulo, IPE/USP, 1986

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

RAMOS, G. **Patologia social do branco brasileiro.** *Jornal do Comércio*, jan, 1955

RAMOS, P. C. **A formação do campo de estudos da violência no Brasil: estrutura e habitus nas Ciências sociais da Nova República.** SABERES EM PERSPECTIVA, v. 7, p. 95-112, 2017.

RAMOS, P. C. **Relações raciais e violência: um balanço da produção teórica nacional e internacional dos últimos dez anos.** In: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015, Porto Alegre. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia - Sociologia em diálogos transnacionais.

RAMOS, P. C. **Contrariando a estatística: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil.** Mestrado em Sociologia Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, Brasil. Ano de Obtenção: 2014.

RAMOS, S; MUSUMECI, L. **“Elemento suspeito”:** abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Boletim segurança e cidadania, Rio de Janeiro, ano 03, p. 01- 16, nº 08, dez., 2004.

RAMOS, S. **O campo de estudos e ação sobre violência, segurança e justiça: constituição, relacionamento com outras áreas e perspectivas.** Rio de Janeiro: CESeC, maio de 2012.

RATTON, J.L.; NICHE, A. ; RIBEIRO, L. *et al.* **Crime, Polícia e Sistema de Justiça no Brasil Contemporâneo.** Revista BIB 84, n. 2/2017, 2017.

RATTON, J.L.; NICHE, A. ; RIBEIRO, L. ; COSTA, A. T. M. ; LIMA, R. S. ; HIRATA, D. *et al.* **Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995

RIBEIRO, L ; TEIXEIRA, A . **O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, v. 1, p. 13-80, 2018.

RIBEIRO, L. **Sociologia do crime: Passado e Futuro.** Universidade Federal de Minas Gerais. Outubro de 2011.

SAGAWA, R. Y. **Uma violência massificada de brasileiros contra japoneses,** p. 122-138. Psicólogo in Formação, ano 14, n, 14 jan./dez. 2010.

SANTOS, S. A. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas.** Tese de Doutorado. Ano de obtenção: 2007. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SARAIVA, J. V. M. **O apagamento da ideia de Raça e o campo de estudos das Relações Internacionais: colonialidade do saber e as violências epistêmicas.** In: 4º Seminário Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2018, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1ª edição – São Paulo: Claro Enigma, 2012

SILVA, M. R.G. **A CARNE MAIS BARATA: política criminal e extermínio da juventude negra de Santa Rita.** Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. Orientador: Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior. 2018.

SILVÉRIO, V.R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SILVESTRE, G. ; SCHLITTLER, M. C. ; SINHORETTO, J. **Notas sobre as estratégias estatais de controle do crime em São Paulo.** In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia- SP. Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: Anpocs, 2013.

SINHORETTO, J. et al. **A filtragem racial na seleção policial de suspeitos : segurança pública e relações raciais.** In: Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. p. 274p. pp. 121–158.

SINHORETTO, J (Org.). **Policimento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime,** 2020.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D.S. **Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada.** Revista de Estudios Sociales, v. 64, p. 15-26, 2018.

SINHORETTO, J. **Apresentação do Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2014, Brasília, 2015**. Secretaria geral da Presidência da República e Secretaria Nacional da Juventude, Brasília, 2015.

Disponível em: www.pnud.org.br/encarceramentoweb. Acesso em: 10/08/2015.

VARGAS, João H. Costa. **Never Meant to Survive. Genocide and utopias in black diaspora communities**. United States: Rowman & Littlefield Publishers, 2010

VASCONCELOS, F. T. R. **Violência e Academia: a construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)**, Ano de Obtenção: 2009

VASCONCELOS, F. T. R.. **A Sociologia da Violência em São Paulo: a formação de um campo em meio à transição democrática**. Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCAR, v. 1, p. 147-178, 2011.

VASCONCELOS, F. T. R.. **Violência, crime e punição nas ciências sociais do Brasil: memórias de um campo em formação**. Estudos de Sociologia (São Paulo), v. 17, p. 571-576, 2012.

VASCONCELOS, F.T.R. **As ciências sociais brasileiras e a formação do campo da segurança pública**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 5, p. 33-58, 2017.

VASCONCELOS, F.T.R. **Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil**. Ano de obtenção: 2014. Orientador: Sergio Franca Adorno de Abreu.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. Bibliografia. Violência – Estatística – Brasil 3.

ZALUAR, A. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, Set, 1999.

ZALUAR, A. **Violência e crime**. In: MICELI, S. (Org.). O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995. São Paulo: Anpocs, 1999. p. 13-107.

ZANOLI, V. P. C. **"Bradando contra todas as opressões!": uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos** (Campinas, 1998-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2019

Entrevistas

PORTO, Maria Stela Grossi. Memória das Ciências Sociais no Brasil. CPDOC FGV - Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/mariastelagrossi>

SILVA, JORGE da. Violência e racismo: uma relação calcada em problemas estruturais. Entrevistado por Renata Cunha. 3 out. 2016.

STONE, Christopher. Ponte para uma discussão pública mais ampla. Entrevistado por Elizabeth Leeds. Revista Brasileira de Segurança Pública v.19. 10 n. 2. 2016

ZALUAR, Alba. "Hipermasculinidade" leva jovem ao mundo do crime. Entrevistada por Antônio Gois.

Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200423.htm>

ZALUAR, Alba. Memória das Ciências Sociais no Brasil. CPDOC FGV - Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/albazaluar>

ANEXO I – Questionário para as conversas informais com pesquisadores

Bloco 1. Pesquisa

1. Gostaria que você se apresentasse, informando também qual a sua formação (graduação e pós-graduação) e onde cursou?
2. Que disciplina (s) leciona?
3. Poderia definir em que momento o (a) Sr. (Sra.) se percebeu pesquisador (a)?
4. Que projetos de pesquisa coordena e/ou coordenou?
5. Fale um pouco sobre o projeto que o (a) sr(a) considera mais relevante em sua carreira de pesquisador?
6. O que considera como uma característica vital para ser pesquisador? Por que?
7. Conte-me um pouco sobre seu processo de inspiração, pesquisa e escrita. Como é a sua rotina como pesquisador?
8. Que mensagem o(a) Sr. (Sra.) gostaria de passar aos estudantes, em relação à pesquisa?

Bloco 2. Sociologia da Violência

1. Como se aproximou desse campo de pesquisa? Como surgiu seu interesse pelo campo da Sociologia da Violência?
2. Antes desse campo, você teve interesse por outra linha de pesquisa? Se sim, qual?
3. Como você definiria o campo da Sociologia da Violência?
4. Qual a principal autocrítica que faz ao seu trabalho? E ao campo como um todo?
5. De forma geral, quais são os/as pesquisadores/as com quem mais dialoga em seus trabalhos? Ou os intelectuais que te inspiram? Por quê?
6. Quais questões o/a Sr/a considera fundantes para o campo no Brasil?
7. Quais considera que sejam os principais temas de interesse atualmente no campo brasileiro?
8. Em sua opinião, quais são os temas que não receberam muita atenção dos pesquisadores até o momento?
9. O que o/a Sr/a diria que é o grande desafio, ainda sem solução, desse campo para os pesquisadores?

10. Os movimentos de direitos humanos, o movimento negro e o movimento de mulheres possuem alguma influência na forma como a Sociologia da Violência é pensada? Qual?

Bloco 3. Raça

1. Gostaria que você me relatasse de que forma as categorias raça, gênero, território e classe já surgiram em seus trabalhos?
2. Você organiza suas pesquisas ou sua escrita considerando categorias como essas?
3. Qual dessas categorias que exploramos você considera que têm predomínio em seus escritos?
4. De que forma você pensa essa categoria? Ou seja, como organiza suas pesquisas para tratar desse tema?
5. No que se refere a esse tema, quem são seus principais interlocutores?
6. A sociologia da violência no Brasil, muitas vezes se vê em embate com algumas teorias fundantes da sociologia brasileira como a ideia do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda e a “democracia racial” de Gilberto Freyre, você concorda? De que forma observa essa questão?

ANEXO II - Formulário/ Protocolo de questionamento aos textos

1. Título do artigo
2. Autoria
3. Instituição (autoria) /Revista
4. Termo utilizado
5. Palavras-chave encontradas
6. Veículo de publicação
7. Instituição do veículo de publicação
8. Período
9. Tipo de publicação
10. Tema
11. Subtema
12. Qual a centralidade da temática racial no artigo?
13. Região do país (autoria)
14. Região do país em que foi publicado